

BRASILIANA

5.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Batista Pereira: Figuras do Império e outros ensaios — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentil: As idéias de Alberto Torres (síntese com índice remissivo).
- 4 — Oliveira Viana: Raça e Assimilação — 3.ª edição (aumentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay. — 2.ª edição.
- 6 — Batista Pereira: Vultos e episódios do Brasil. — 2.ª edição.
- 7 — Batista Pereira: Diretrizes de Rui Barbosa — (Segundo textos escolhidos). 2.ª edição.
- 8 — Oliveira Viana: Populações Meridionais do Brasil — 4.ª edição.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Africanos no Brasil — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Viana: Evolução do Povo Brasileiro — 3.ª edição (ilustrada).
- 11 — Luis da Camara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. ilustrado.
- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cotegipe — Vol. ilustrado.
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: A margem da História do Brasil, 2.ª edição.
- 14 — Pedro Calmon: História da Civilização Brasileira — 3.ª edição.
- 15 — Pandiá Calogeras: Da Regência á queda de Rozas — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").
- 16 — Alberto Torres: A Organização Nacional, 2.ª edição.
- 17 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro, 2.ª edição.
- 18 — Visconde de Taunay: Pedro II, 2.ª edição.
- 19 — Afonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII), 2.ª edição.
- 20 — Alberto de Faria: Mauá (com tres illustrações fóra do texto).
- 21 — Batista Pereira: Pelo Brasil Maior.
- 22 — E. Roquette-Pinto: Ensaios de Antropologia Brasileira.
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil.
- 24 — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração, 2.ª edição.
- 25 — Mario Marroquim: A lingua do Nordeste.
- 26 — Alberto Rangel: Rumos e Perspectivas.
- 27 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 28 — General Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaia — 4.ª edição.
- 29 — Josué de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefacio de prof. Pedro Escudero.
- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada, 2.ª edição.
- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil — a crise actual.
- 32 — C. de Melo-Leitão: Visitantes do Primeiro Imperio — Ed. ilustrada. (com 19 figuras).
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 34 — Angione Costa: Introdução á Arqueologia Brasileira — Ed. ilustrada.
- 35 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada — 2.ª edição.
- 36 — Alfredo Ellis Junior: O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano — 2.ª edição.
- 37 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Povoadores do Brasil — (Ed. ilustrada).
- 38 — Rui Barbosa: Mocidade e Exílio (Cartas ineditas. Prefaciadas e annotadas por Americo Jacobina Lacombe. — Ed. ilustrada.
- 39 — E. Roquette-Pinto: Rondonia — 3.ª edição (aumentada e illustrada).
- 40 — Pedro Calmon: Historia Social do Brasil — 1.º Tomo — Espirito da Sociedade Colonial — 2.ª edição. Illustrada (com 13 gravuras).
- 41 — José-Maria Belo: A intelligencia do Brasil — 3.ª edição.
- 42 — Pandiá Calogeras: Formação Histórica do Brasil — 3.ª edição (com 3 mapas fóra do texto).
- 43 — A. Saboia Lima: Alberto Torres e sua obra.

- 44 — Estevão Pinto: Os Indígenas do Nordeste (com 15 gravuras e mapas) — 1.º volume.
- 45 — Basílio de Magalhães: Expansão Geográfica do Brasil Colonial.
- 46 — Renato Mendonça: A influencia africana no português do Brasil — Ed. ilustrada.
- 47 — Manoel Bomfim: O Brasil — Com uma nota explicativa de Carlos Maul.
- 48 — Urbino Viana: Bandeiras e sertanistas baianos.
- 49 — Gustavo Barroso: Historia Militar do Brasil — Ed. ilustrada. (com 50 gravuras e mapas).
- 50 — Mario Travassos: Projeção Continental do Brasil — Prefacio de Pandiá Calogeras — 2.ª edição ampliada.
- 51 — Otavio de Freitas: Doenças africanas no Brasil.
- 52 — General Couto de Magalhães: O selvagem — 3.ª edição completa, com parte original Tupi-guarani.
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeografia dinamica.
- 54 — Antonio Gontijo de Carvalho — Calogeras.
- 55 — Hildebrando Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America.
- 56 — Charles Expilly: Mulheres e Costumes do Brasil — Tradução, prefacio e notas de Gastão Penha.
- 57 — Flausino Rodrigues Vale: Elementos do Folclore musical Brasileiro.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem à Provincia de Santa Catharina (1820) — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano.
- 60 — Emilio Rivasseau: A vida dos Indios Guaicurus — Edição ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefacio e 19 cartas do Principe d'Orleans, comentadas por Max Fleuss) — Edição ilustrada.
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: O Rio São Francisco — Edição ilustrada.
- 63 — Raimundo Moraes: Na Planicie Amazonica — 4.ª edição.
- 64 — Gilberto Freire: Sobrados e Mucambos — Decadencia patriarcal rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 65 — João Dornas Filho: Silva Jardim.
- 66 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Imperio (Subsidios para a historia de educação no Brasil) — 1.º volume.
- 67 — Pandiá Calogeras: Problemas de Governo — 2.ª edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ás Nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiaz — 1.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 69 — Prado Maia: Através da Historia Naval Brasileira.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: Conceito de Civilização Brasileira.
- 71 — F. C. Hochne — Botanica e Agricultura no Brasil no Seculo XVI — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — Segunda viagem ao interior do Brasil — "Espirito Santo" — Trad. de Carlos Madeira.
- 73 — Lucia Miguel-Pereira: Machado de Assis — (Estudo Critico-Biografico) — Edição ilustrada.
- 74 — Pandiá Calogeras — Estudos Historicos e Politicos — (Res Nostra...) — 2.ª edição.
- 75 — Aionso A. de Freitas: Vocabulario Nheengatu (vernaculizado pelo portuguez falado em S. Paulo) — Lingua Tupi-guarani. (com 8 ilustrações, fora do texto).
- 76 — Gustavo Barroso: Historia secreta do Brasil — 1.ª parte: "Do descobrimento á abdicção de Pedro I" — Edição ilustrada.
- 77 — C. de Melo-Leitão: Zoologia do Brasil — Edição ilustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ás nascentes do Rio São Francisco e pela Provincia de Goiaz — 2.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 79 — Craveiro Costa: O Visconde de Sinimbu — Sua Vida e sua atuação na politica nacional — 1840-1889.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: Santa Catharina — Edição ilustrada.
- 81 — Lemos Brito: A Gloriosa Sotahne do Primeiro Imperio — Frei Caneca — Ed. ilustrada.
- 82 — C. de Melo-Leitão: O Brasil Visto Pelos Ingleses.
- 83 — Pedro Calmon: Historia Social do Brasil — 2.º Tomo — Espirito da Sociedade Imperial.
- 84 — Orlando M. Carvalho: Problemas Fundamentais do Municipio — Edição ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: Cotegipe e seu Tempo — Ed. ilustrada.
- 86 — Aurello Pinheiro: A Margem do Amazonas — Ed. ilustrada.
- 87 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Imperio — (Subsidios para a História da Educação no Brasil) —

- 2.º volume — Reformas do ensino — 1854-1888.
- 88 — Heitor Lobo: Um Varão da República: Fernando Lobo.
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.
- 90 — Alfredo Ellis Junior: Evolução da Económica Paulista e suas Causas — Edição ilustrada.
- 91 — Orlando M. Carvalho: O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco. — Edição ilustrada.
- 92 — Almirante Antonio Alves Camara: Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil — 2.ª edição ilustrada.
- 93 — Serafim Leite: Páginas de História do Brasil.
- 94 — Salomão de Vasconcelos: O Fico — Minas e os Mineiros da Independência — Edição ilustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: Viagem ao Brasil — 1865-1866 — Trad. de Edgard Süsskind de Mendonça.
- 96 — Osorio da Rocha Diniz: A Política que Convém ao Brasil.
- 97 — Lima Figueirêdo: Oeste Paranaense — Edição Ilustrada.
- 98 — Fernando de Azevedo: A Educação Publica em São Paulo — Problemas e discussões (Inquerito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).
- 99 — C. de Melo-Leitão: A Biologia no Brasil.
- 100 — Roberto Simonsen: Historia Económica do Brasil. Edição ilustrada em 2 tomos 100 100-A.
- 101 — Herbert Baldus: Ensaio de Etnologia Brasileira. — Prefacio de Afonso de E. Taunay. — Edição ilustrada.
- 102 — S. Fróes Abreu: A riqueza mineral do Brasil.
- 103 — Sousa Carneiro: Mitos Africanos no Brasil. — Edição ilustrada.
- 104 — Araujo Lima — Amazonia — A Terra e o Homem. (Introdução à Antropogeografia).
- 105 — A. C. Tavares Bastos: A Provincia — 2.ª edição.
- 106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.ª edição.
- 107 — Luis da Camara Cascudo: O Marquês de Olinda e seu tempo (1798-1870) — Edição ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: Por Brasil e Portugal — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 109 — Georges Raeders: D. Pedro II e o Conde de Gobineau (Correspondencia inedita).
- 110 — Nina Rodrigues: As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil — Com um estudo do Prof. Afranio Peixoto.
- 111 — Washington Luis: Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.ª edição.
- 112 — Estevão Pinto: Os Indígenas do Nordeste — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).
- 113 — Gustavo Cruls: A Amazonia que eu Vi — Obidos — Tumuc-Humac — Prefacio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.ª edição.
- 114 — Carlos Süsskind de Mendonça: Silvio Romero — Sua Formação intelectual — 1861-1880 — Com uma introdução biographica — Edição ilustrada.
- 115 — A. C. Tavares Bastos: Cartas do Solitario — 3.ª edição.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: Estudos Paranaenses — Edição ilustrada.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: Tratado Descritivo do Brasil em 1587 — Comentarios de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.ª Edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: Atraves da Mata — Excerptos de "Reise in Brasilien" — Tradução e notas de Frazza da Silva e Paulo Wolf.
- 119 — Sud Mennucci: O Precursor do Abolicionismo — Luiz Gama — Edição ilustrada.
- 120 — Pedro Calmon: O Rei Filosofo — Vida de D. Pedro II. Edição ilustrada.
- 121 — Primitivo Moacir: A Instrução e o Imperio (Subsidios para a Historia da Educação no Brasil) 3.º volume — 1854-1889.
- 122 — Fernando Saboia de Medeiros: A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da America.
- 123 — Hermann Wätjen: O Domínio Colonial Holandês no Brasil — Um Capitulo da História Colonial do Seculo XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: A Córte de Portugal no Brasil — Notas, documentos diplomaticos e cartas da Imperatriz Leopoldina. Edição ilustrada.

- 125 — João Dornas Filho: O Padroado e a Igreja Brasileira.
- 126 e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais — Em dois tomos — Edição ilustrada. — Tradução e notas de Cláudio Ribeiro de Lessa.
- 127 — Ernesto Ennes: As Guerras nos Palmares (Subsídios para sua história) 1.º Vol.: Domingos Jorge Velho e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
- 128 e 128-A — Almirante Custódio José de Melo: O Governo Provisório e a Revolução de 1893 — 1.º Volume, em 2 tomos.
- 129 — Afrânio Peixoto: Clima e Saúde — Introdução bio-geográfica à civilização brasileira.
- 130 — Major Frederico Rondon: Na Rondônia Ocidental — Edição ilustrada.
- 131 — Hildebrando Aclloy: Limites do Brasil — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
- 132 — Sebastião Pagano: O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817 — Edição ilustrada.
- 133 — Heitor Lira: História de Dom Pedro II — 1825-1891. Vol. 1.º "Ascensão" — 1825-1870 — Edição ilustrada.
- 134 — Pandiá Calógeras: Geologia Econômica do Brasil — (As minas do Brasil e sua Legislação) — Tomo 3.º. Distribuição geográfica dos depósitos auríferos. Edição refundida e atualizada por Djalma Guimarães.
- 135 — Alberto Pizarro Jacobina: Dias Carneiro (O Conservador) Edição ilustrada.
- 136 — Carlos Pontes: Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875.
- 137 — Aníbal Matos: Prehistória Brasileira — Vários Estudos — Edição ilustrada.
- 138 — Gustavo Dodt: Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi — Prefácio e notas de Gustavo Barroso. Edição ilustrada.
- 139 — Angione Costa: Migrações e Cultura Indígena — Ensaio de arqueologia e etnologia do Brasil. — Edição ilustrada.
- 140 — Hermes Lima: Tobias Barreto — A Época e o Homem — Edição ilustrada.
- 141 — Oliveira Vianna: O Idealismo da Constituição — 2.ª edição aumentada.
- 142 — Francisco Venâncio Filho: Euclides da Cunha e seus Amigos — Edição ilustrada.
- 143 — Bruno de Almeida Magalhães: O Visconde de Abaeté — edição ilustrada.

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo.

Pelo Brasil Central

562

Série 5.^a BRASILIANA Vol. 30
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

Major FREDERICO RONDON

Sócio efetivo da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro, ex-ajudante da Com.
Brasileira Demarcadora de Fronteiras do Setor Oeste, ex adjunto da Insp.
Especial de Fronteiras.

Pelo Brasil Central

Prefácio do Prof. Pierre Deffontaines
das Universidades de São Paulo e de Lille.

Segunda edição ampliada

FAC. N. FILOSOFIA - BIBLIOTÉCA



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto-Alegre
1938

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

Do mesmo autor:

Na Serie "Brasíliana"

NA RONDÔNIA OCIDENTAL — Vol 130



Edição da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL — S. PAULO

A meu Pai,

*1.º Tenente reformado
José Mamede da Silva Rondon,*

que me ensinou, desde a infância, amar o Brasil e seu glorioso Exército;

A minha Mãe,

D. Ana Isabel das Neves Rondon,

que me ensinou amar os simples;

Ao grande Brasileiro,

General Cândido Mariano da Silva Rondon,

cuja obra de bandeirante incomparavel inspirou as idéias deste livro;

A meus filhos,

Clóri e Frederico,

para que amem cada vez mais o Brasil, na grandiosidade de suas selvas e na humildade do índio e do caboclo;

Ao Exército Brasileiro,

a que devo grande parte do que sou;

A São Paulo,

cuja grandeza encerra as esperanças
do Brasil Central,

DEDICO ESTE LIVRO.

RUMO AO OESTE

***“O verdadeiro sentido da brasilidade
é a marcha para o Oeste”***

Presidente GETÚLIO VARGAS

ÍNDICE

Prefácio da 1. ^a edição (1934)	17
Prefácio da 2. ^a edição	29
I — Dois séculos de evolução	33
II — Problemas Brasileiros	41
III — A política de imigração sob o aspecto etnográfico-nacionalista	51
IV — Aspecto físico do Rio Grande do Sul	60
V — Esboço antropogeográfico do Rio Grande do Sul	72
VI — Demografia do Amazonas	99
VII — Colonização nacional	127
VIII — A missão do Exército	153
IX — O Instituto Rondon	166
X — Solidariedade brasileira	206
Excerptos e conceitos	216
Pelo Brasil Central	253
O Brasil Central, seus problemas e seu futuro	275
Na sessão inaugural do Gremio Precursor do Instituto Rondon em Campo Grande	298
Na assembléia de fundadores do Instituto de Colonização Nacional	309

PREFÁCIO DA 1.^a EDIÇÃO (1934)

J'aime dans le livre du capitaine Rondon les grands appels qu'il contient, appels spécialement brésiliens pour une part, mais aussi appels plus généraux et relevant du progrès de l'humanité; tout d'abord l'appel du Sertão, de l'immense arrière-pays, dont le Brésil a la charge, le Sertão que a été parcouru, puis ouvert à la civilisation par les étonnantes explorations des bandeirantes, qui a connu des époques de prospérité et presque des fièvres d'activité au moment des découvertes minières ou des récoltes de caoutchouc, mais qui, aujourd'hui semble tomber en somnolence, ou l'on rencontre des villes en décadence, des exploitations abandonnées, jeune pays qui déjà connaît les ruines.

Il est bon qu'on rappelle au Brésil ses responsabilités sertanèjes. Les progrès de notre civilisation moderne, loin de provoquer la décadence de ces régions, ne doivent-ils pas au contraire rendre ces provinces à leur service d'humanité?

Il faut que le Brésilien à nouveau regarde vers l'Ouest, retrouve la hardiesse des bandeirantes. Ce n'est

pas vers l'Est, vers la cote ou la mer qu'est l'avenir du Brésil, mais vers l'intérieur. Son effort, sa pensée, ses préoccupations doivent s'orienter vers le grand Ouest qui ne peut plus rester le pays sans vie et sans utilisation sérieuse.

Ce Sertão il faut d'abord le connaître et le capitaine Rondon a bien raison de lancer un appel à l'exploration du pays. Le Brésil possède un tel morceau de la surface de la Terre qu'il se doit tout spécialement d'en assurer la connaissance scientifique, il est dans la mission spéciale du Brésilien d'être géographe. Il serait grave de maintenir longtemps encore tant d'ignorances sur de vastes zones de la terre.

L'Institut Rondon nous paraît devoir spécialement orienter vers ces études, démontrer leur intérêt, provoquer un mouvement d'opinion favorable. Il s'agit non seulement d'assurer l'exploration de ce qui est inconnu, ou peu connu, mais aussi de suivre l'évolution, les changements des pays déjà civilisés. Le Brésil est la région où les transformations humaines les plus rapides se produisent; il est indispensable que ces modifications radicales soient suivies, qu'on analyse leurs orientations, qu'on puisse ainsi davantage les contrôler et même les diriger. Les grands services d'amélioration du pays ont besoin d'instruments d'information sérieux et en tout premier lieu d'une bonne cartographie qui doit servir de base à tous les autres travaux. Le travail cartographique est un des premiers qui s'imposent. Un pays tel que le

Brésil n'a pas le droit de rester sans représentation exacte de son sol et de ses exploitations.

Le service de la carte est un des plus urgents à bien monter; les militaires ont déjà fait un bel effort sur ce terrain; une collaboration étroite doit être demandée à l'Armée pour ce progrès du Sertão.

Le capitaine Rondon met le rôle de l'Armée au premier plan et il a bien raison. Nous savons en France quelle part l'Armée a pris à tout début de colonisation. Elle a presque partout servi de pionnière, c'est son rôle d'être sur la frange pionnière de la civilisation et au Brésil plus spécialement.

Je songe, en pensant au Sertão du Brésil, à l'oeuvre accompli chez nous par des chefs militaires comme Bugeaud, Faidherbe, Galliéni et surtout Lyautey.

N'est-ce pas d'ailleurs une vieille tradition qui part des légions romaines? L'Armée n'est pas seulement chargée de la défense, elle assure souvent une autre bataille, bataille contre les éléments d'une nature encore sauvage que l'homme isolé, le colon, ne peut aussi facilement domestiquer.

Le militaire, comme le moine, a une vocation de service de l'humanité, chacun suivant les époques a participé à ces premiers progrès d'une exploitation en pays neuf.

Combien de pays ont commencé par l'oeuvre des monastères, ou l'oeuvre des militaires.

Le capitaine Rondon montre quelques preuves de l'oeuvre nationale de l'Armée dans le Rio Grande do Sul; il y a là des exemples à étendre.

Le Sertão peut être pour le Brésil un grand terrain de solidarité par tout l'effort qu'il réclame, par l'oeuvre immense d'immigration, de colonisation, d'assistance sociale qui commence à se dessiner et qu'il faut achever. Le Brésil Central doit rentrer dans la civilisation. Les divisions qui parfois séparent les esprits au Brésil doivent s'effacer devant la grande oeuvre du Sertão.

Il faut remercier le capitaine Rondon, le neveu du grand général Rondon, de continuer la tradition de son oncle par un appel aussi vibrant et précis à la principale mission du Brésil.

PIERRE DEFFONTAINES

Professeur aux Facultés des Lettres de
Saint Paul et de Lille.
Docteur en Sorbonne.

Rio, 12 de Dezembro de 1934.

Prezado conterraneo Cap. Rondon.

Com grande satisfação acabo de lêr o seu precioso livro — “Pelo Brasil Central”, com que veio enriquecer a nossa litteratura e tornar, de algum modo, conhecida á grande maioria dos brasileiros uma porção consideravel do nosso territorio.

Muito me agradou o capitulo “A missão do Exército”, no qual o illustre camarada recorda os importantes serviços prestados pelos militares nos confins das nossas fronteiras e no interior do paiz, e delinea um completo programma desse “novo apprehendimento sertanista militar”.

Agradecendo o offerecimento que me fez de um exemplar desse excellent trabalho, felicito-o por tão util publicação e aproveito a opportunidade para apresentar-lhe as homenagens de minha admiração.

Conterraneo e amigo

GENERAL E. DUTRA.

GABINETE
DO
PRESIDENTE
DA
CAMARA DOS DEPUTADOS

Rio, 6 Dezembro 1934.

Illm. Am.º Cap. Frederico Rondon.

Venho agradecer a sua gentileza offerecendo-me o livro que vem de publicar.

Li-o com o maximo prazer, tão interessante é o assumpto nelle tratado, tanto mais quanto soube o meu amigo tratar com grande intelligencia e acendrado patriotismo todos os problemas de forma amena e agradavel.

Muito prazer eu terei, pois, em vêr submettido á consideração da Camara o ante-projecto da creação de um Instituto de Colonisação Nacional, que, segundo consta está sendo elaborado pelo Estado-Maior do Exercito.

Meus agradecimentos e vivas felicitações pelo seu livro que constitue, incontestavelmente, um grande serviço ao nosso querido Brasil.

Affectuosamente seu

ANTONIO CARLOS.

Cuiabá, 31 Outubro 1934.

Prezado amigo, Cap. Frederico.

Muito saudar. Venho agradecer-lhe o mimo do seu livro "Pelo Brasil Central", acompanhado de attenciosa e amavel carta.

Já li quasi todo o volume, que muito se recommenda, não só pelo ideal patriotico que o anima, senão tambem pelo que tem de instructivo sobre nossas coisas e nossa gente, e tudo isso (o que não é menos de notar) exposto numa linguagem castiça, tão sobria quão elegante.

Congratulando-me, pois, com o amigo por esse alvorecer auspicioso da idéa, que ahi me esboçára, faço votos que tudo corra conforme aos nobres anhelos de sua alma de brasileiro, a quem Deus sempre Guarde, como, de coração, deseja

o servo in D.^{no}

† FRANCISCO

Arcebispo de Cuiabá.

MISSION MILITAIRE FRANÇAISE
AU BRÉSIL.

—
ETAT-MAJOR

—
N.º 37

Rio de Janeiro, le 29 Janvier 1935.

Le Lt-Colonel d'inf-rie breveté Carpentier, commandant provisoirement la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Capitaine Frederico A. Rondon. Rua das Larangeiras n° 232.— Nesta.

J'ai l'honneur de vous remercier de l'aimable attention que vous avez eue d'offrir à la Mission Militaire Française un exemplaire de votre ouvrage "PELO BRASIL CENTRAL".

La lecture de votre livre offre à des officiers le plus grand intérêt, car vous avez eu le mérite de rappeler avec éloquence à l'Armée brésilienne la grande mission qui lui incombe dans l'oeuvre civilisatrice à réaliser à l'intérieur de votre immense pays. Cet intérêt est d'autant plus soutenu pour des officiers français que, comme le dit Monsieur Pierre Deffontaines dans sa remarquable préface, "l'Armée française a presque partout servi de pionnière, son rôle a toujours été d'être sur la frange pionnière de la civilisation", dans tout le domaine de la France d'outre-mer.

Les autorités militaires brésiliennes et, en particulier l'admirable Général Rondon, ont d'ailleurs compris ce rôle de premier plan à jouer par l'Armée dans cette grande oeuvre de pénétration vers les terres Sertanèjes.

A mon sens même, dans les conditions actuelles, la mission civilisatrice dépassant la mission purement militaire, doit être considérée comme un des facteurs déterminants de l'organisation et du stationnement des grandes unités et des corps de troupe, ainsi que de la formation professionnelle et morale des cadres.

L'action de l'Armée peut s'exercer dans de nombreux domaines, et tout particulièrement dans les travaux publics (routes, ponts, chemins de fer), dans l'organisation des transmissions et des liaisons, dans la cartographie, dans l'assistance médicale. Les militaires peuvent même collaborer, pour l'administration des territoires les plus reculés, avec les autorités civiles souvent trop éloignées pour travailler utilement.

L'Armée brésilienne a commencé à entrer dans cette voie; ses unités du génie construisent des routes, des chemins de fer et des lignes télégraphiques dans certaines régions frontières, elles exploitent des postes radios; ses escadrilles d'aviation assurent des liaisons périodiques avec l'intérieur. Enfin, elle a désigné un officier général pour étudier les questions concernant le peuplement et le développement des zones frontières.

Il serait souhaitable qu'elle continuât cette oeuvre première en lui donnant plus d'ampleur.

Elle se créerait ainsi un idéal nouveau, celui de porter aux limites des frontières de la Patrie la civilisation brésilienne; dans les efforts qu'ils devraient fournir pour le réaliser, ses cadres puiseraient des qualités d'initiative et d'énergie, qui leur seraient précisément indispensables pour maintenir l'intégrité du pays le jour où celle-ci serait menacée.

CARPENTIER.

Saint-Etienne, le 10 Fevrier 1935.

Mon cher Capitaine.

Comme vous le dites dans votre étude, "Rondon é, hoje, a senha dos Sertões". C'est ainsi un mot de ralliement pour tous ceux qui, comme moi, ayant beaucoup aimé le Brésil et son armée, ayant vécu de la vie de cette armée, partagé ses joies et ses peines, ont pu apprecier tout ce que représentait d'énergie, de volonté, d'amour du Pays, de dévouement à l'humanité, cette belle figure du Général Rondon!

Si je n'avais pas su par ailleurs ce que vous valiez personnellement, ce nom seul en tête de votre Livre m'eut impressionné favorablement.

Mais vous aussi avez déjà fait vos preuves. Et ce Livre n'en est qu'une nouvelle.

Je vous remercie bien sincèrement de me l'avoir envoyé. Cela m'a permis de revivre par la pensée, certaines belles heures de ma vie, ces randonnées à cheval dans le Rio Grande do Sul, dont vous faites une étude si poussée!

Mais surtout cela m'a permis de vibrer aussi — avec vous — à la pensée de cette belle et noble tâche qui

attend l'armée Brésilienne, cette oeuvre de Colonisation dont vous avez tracé le cadre général et fait ressortir tous les aspects, non seulement militaires, mais social et même économique.

Nous sommes trop fiers de la grande oeuvre accomplie par nos coloniaux pour ne pas vous souhaiter de tout coeur une réussite complète.

Ce sera une belle formation pour les jeunes officiers qui s'y adonneront : école de devoir — de résistance — entraînement physique et moral — école de dévouement !

Création — ou réveil — de richesses encore endormies ! — Culture donnée à ces éléments encore frustes qui deviendront des hommes — et des soldats. Le Brésil plus grand, plus fort, plus riche. C'est très grand ! et je comprends que vous en soyez fier par avance.

Merci de m'y avoir associé ! A l'affection pour le Brésil que j'avais acquise au cours de mon séjour de 8 années à Rio se sont ajoutés depuis des liens de parenté qui me le rendent plus cher encore. C'est vous dire que je compte bien — se Deus quizer — aller revoir les bords fleuris de Guanabara.

Ce jour là je serais hereux d'aller vous serrer la main et vous féliciter comme je le fais déjà par avance.

A. LELONG.

PREFÁCIO DA 2.^a EDIÇÃO

“Recebe meus calorosos aplausos e efusivas felicitações pelo decidido apoio de grande alcance á causa que defendes, que tens recebido do Comando da Região, do Governo do Estado, Institutos e Imprensa de São Paulo. Por último receberás de quem te acompanha de coração e espírito pelo bem que assim prestas á grande causa do índio. Afetuosos abraços.”

GENERAL RONDON

(Radio of. n.º 160 — 8 Setembro 1934 —
De bordo do “Libertad”, Rio Algodón
— Colômbia).

Quando resolvi reunir neste volume e oferecer á Editora Nacional, em 1934, as idéias que tinha a respeito de nossos problemas sertanejos, fi-lo com uma grande confiança, não somente nos destinos do Brasil, mas também na capacidade de realização do Brasileiro e no real e sincero interesse pelas nossas coisas, que se observa em todas as esferas sociais e em todos os campos de atividade do País.

Esta nova edição daquele trabalho, que ora aparece com as galas da crítica construtiva, que a primeira merecera, convence-me de que não me havia iludido.

Na verdade, o Instituto Rondon ainda não tomou a fôrma definitiva e exuberante de organização ativa e eficiente, em sua múltipla finalidade, como foi esboçado em "Pelo Brasil Central", com aquela ousadia peculiar dos projetos, que, aliás, receio, no caso em apreço, tenha ficado muito aquém da grandiosidade com que, no Brasil, o esforço humano devera corresponder á natureza, o patriotismo aos anelos nacionais. Mas já não se poderá dizer que a semente tenha sido lançada em terreno sáfaro.

Aduzirei, em reforço á evidencia dos conceitos emitidos, as seguintes efemérides, que o Instituto Rondon já pôde registrar, como as primeiras etapas no sentido de sua realização integral:

15 Setembro 1934 — É dada á publicidade a 1.^a edição de "Pelo Brasil Central".

23 Setembro 1934 — É fundado, em São Paulo, na séde do Centro de Preparação de Oficiais de Reserva da 2.^a Região Militar, o primeiro grêmio precursor do Instituto Rondon — o Grêmio Paulista — tendo por intuito "a fundação do Instituto Rondon, criando o necessário ambiente em todo o País e encetando desde já a obra social e científica do Instituto, dentro de suas possibilidades materiais".

25 Outubro 1934 — É enviado ao Estado-Maior do Exército, pelo Sr. Ministro da Guerra, o ante-projeto da criação do Instituto de Colonização Nacional.

27 Agosto 1935 — É fundado, na Capital Federal, na séde do Centro Matogrossense, o segundo grêmio pre-

cursor do Instituto Rondon — o Grêmio Matogrossense — tendo por objetivo “promover o estudo de assuntos geográficos de Mato-Grosso, a difusão de informações e a defesa dos interesses econômicos do Estado, assim como a assistência às tribus indígenas do Brasil Central”.

30 Janeiro 1936 — É aprovado o regulamento da Inspetoria Especial de Fronteiras (Decreto nº 613), cujo ante-projeto foi moldado nas linhas mestras do Instituto Rondon.

Portanto, ao dar novamente á publicidade “Pelo Brasil Central”, não vejo motivo para arrefecer meu entusiasmo e minhas convicções sertanistas, os quais aqui reafirmo com a segurança de meu sincero empenho em transformar em realidade aquele sonho da grandeza futura do Brasil.

Afigura-se-me difícil, sem alongar demasiadamente este simples prefácio ou cometer injustas preterições, quer pela omissão, quer pela preferência, enumerar todas as manifestações de solidariedade brasileira, que recebi nesses tres anos de luta pelos ideais sertanistas, especialmente, da Imprensa, das Classes Armadas e do mundo científico.

Limite-me, portanto, a deixar aqui a todos meus comovidos agradecimentos pelas referências pessoais que se dignaram, gentilmente, intercalar nos conceitos emitidos, renovando mais uma vez minha fé na grandiosidade futura da Pátria Brasileira, resultante da integração real e definitiva dos Sertões — da terra e do homem — no organismo nacional.

Aos ilustres e prezados amigos, Professores Pierre Deffontaines e Fernando de Azevedo, a quem devo quasi todo o êxito deste livro, minhas congratulações e meus agradecimentos muito sinceros.

À Missão Militar Francêsa agradeço cordialmente a magnifica contribuição, que me ofereceu para a oportuna elucidação da missão sertanista do Exército Brasileiro, e rendo minha homenagem de respeito e admiração, na pessoa de seu ilustre chefe, o Sr. General Paul Noel.

Ao Exército Nacional, que soube tão generosamente acolher meus anelos sertanistas e recompensar meus esforços em prol do Brasil Central, com a afabilidade e o descortino de seus Generais e a simpatia comunicativa dos camaradas, minhas entusiásticas homenagens e a segurança de minha dedicação.

Campo Grande, 23 de Outubro de 1937.

FREDERICO RONDON.

I

DOIS SÉCULOS DE EVOLUÇÃO

O Brasil abandonou muito cedo o ideal bandeirante.

Na fase colonial, as bandeiras haviam alargado os domínios da Corôa, levando as quinas portugêsas até quasi os contrafortes andinos, deixando por terra, de modo irremediavel, a irrisória barreira de Tordesilhas.

No começo do século XIX, com o surto liberal que empolgou a América, entrou a política interna a absorver as jovens Nações do Novo Continente.

Com a emigração da Côrte portugêsa para o Brasil, agravou-se aqui o interesse pela política litorânea. Os Brasileiros de cultura alienígena, ainda em número reduzido, mal chegavam para os cargos públicos e

de representação, dos quais se serviam para implantar no País, a par de um louvável espírito nacionalista, o ideal democrático que empolgava os povos néo-americanos.

Em contraposição ao crescente interesse pelas lutas da política interna, esmorecia o espírito bandeirante.

As Colônias hispano-americanas, emancipando-se, desagregaram-se, deixando o Bloco Brasileiro circundado por Nações fracas. Essa diversidade de forças nacionais, que a jovem América apresentava, criou, no Brasil independente, uma sensação de segurança de que resultou o esmorecimento do espírito bandeirante, até a extinção, e o abandono das fronteiras pátrias, com o refluxo das correntes conquistadoras dos Serções para o Litoral, excepto o remanescente que se disseminou nas povoações sertanejas, como instintivas guardas avançadas da Nacionalidade.

O ideal democrático acende nos povos o espírito de revolta. As lutas intestinas envolvem as populações do Litoral e cada vez

mais desviam dos Sertões o interesse nacional, fazendo esquecer rapidamente a epopéia bandeirante e o gosto das aventuras sertanistas.

O segundo Império vem confirmar a mentalidade alienígena em formação. As condições de vida mais favoráveis, que o Litoral apresenta, e a dificuldade de acesso às Províncias sertanejas retêm as iniciativas, circunscrevendo-lhes o campo de atividade á faixa litorânea que se desenvolve, beneficiada pelos desvelos do Govêrno Central.

A guerra do Paraguai, inesperadamente, chamou para o interior a atenção do Govêrno e da Nação. Mas o desenrolar dos acontecimentos levou os Exércitos além das fronteiras nacionais, ficando circunscrita a luta a porção restrita do território, não tendo por isso tomado a feição de um surto bandeirante. Durante a guerra, os Sertões permaneceram alheios aos acontecimentos, salvo a parte talada do sul de Mato-Grosso, onde a Coluna de Camisão, autêntica bandeira do século XIX, avivou com o sangue de seus glo-

riosos soldados o rasto das monções de Piratininga.

Restabelecida a paz, voltou a política litorânea a absorver a atenção nacional, continuando os Sertões no secular olvido.

As Províncias sertanejas, com seus poucos recursos econômicos e humanos — remanescentes dos áureos tempos das bandeiras, insulados na imensidade das selvas, generosa herança dos avós paulistas — levavam a vida medíocre dos povos conformados com os estágios forçados de sua evolução, sob o império de fatores econômicos inelutáveis.

Com a República ressurgiu num esforço isolado o ideal bandeirante, corporificado nas Comissões militares desbravadoras, culminando na obra da Comissão Rondon — obra de brasilidade com que o Exército assinalou, no primeiro período republicano, sua alta compreensão do espírito de sacrifício, patriotismo, abnegação, amor á ciência e aos elevados ideais de humanidade.

Saiu, em verdade das fileiras do Exército a pléiade de sertanistas que, conduzida

por um dos chefes mais empolgantes que ele tem produzido. — o General Rondon — prolongou, num esforço de quarenta anos, a tradição de amor ao Sertão e zelo pelas fronteiras pátrias, legada por nossos antepassados, lançando arrojadamente, numa afirmação grandiloquente da súpula de virtudes de que as instituições armadas são, no Brasil, a grande escola, as bases da grandiosa obra de integração nacional, que o Govêrno e a Nação souberam compreender, incluindo seus pioneiros em vida na galeria dos beneméritos da Pátria.

A extensão e o vulto dos problemas nacionais que interessam o Brasil Central não permitiram que a evolução econômica do País se ajustasse, no tempo, com a evolução político-social.

Assim, passou o Brasil de Colônia a Império, do regime monárquico para o republicano; transpôs o primeiro período de República, antes que mais de dois terços de seu território houvessem atingido a fase agrícola, em sua evolução econômica.

Ao encetar o segundo período republicano, em que pese aos enamorados de nossa teórica homogeneidade federal, o Brasil é um continente povoado, em extensa faixa litorânea, por uma Nação civilizada em formação, com ramificações mais ou menos ou-sadas para o interior, e nações indígenas de índoles, govêrnos, línguas, costumes e tendências diversos, que dominam, efetivamente, extensas zonas do interior, as quais abrangem, reunidas, quasi dois terços do País, embora não atinjam aquelas, somadas, a 5 % da população global.

Este bosquejo do presente e do passado brasileiros leva-nos, insensivelmente, á comparação dos milagres de que foi capaz o espírito bandeirante, no alvorecer promissor de nossa História, investindo contra um continente hostile, enfrentando o rancor vigilante de um adversário forte, com a incerteza de nossos dias.

A História é a grande mestra. E' ela que nos conforta, nos dias de tristeza, levando-nos instintivamente á repetição de lances

passados. Esqueçamos, pois, as fases amargas da História nacional, para revivermos os capítulos grandiosos que ela encerra.

Foi o espírito bandeirante que lançou os fundamentos da Nacionalidade Brasileira. Ha de ser o mesmo espírito que, num novo surto, marcará o rumo a seguir, no labirinto a que chegamos pelo desprêzo de nossas possibilidades.

Ha de ser o espírito bandeirante que, depois de vencer e dominar o pélago verde dos Sertões, virá, passados dois séculos, ressurgir para integrar a Nacionalidade que fundou e o continente que conquistou na esplêndida realidade de uma pátria forte.

Retomemos, pois, a meada das bandeiras, não mais para ressurgir o nacionalismo inconciente dos primeiros bandeirantes, misto de ambição e espírito de aventura; mas o são nacionalismo, que dois séculos de evolução nos permitiram alcançar.

Retomemos a vanguarda das bandeiras adormecidas, onde nossos antepassados as deixaram, não mais para alargar fronteiras,

mas para justificar os sacrifícios passados, realizando ao mesmo tempo a obra social que redimirá o caboclo e o sertanejo da escravidão verde em que vivem.

Por um Brasil melhor, dentro de um Brasil unido.

II

PROBLEMAS BRASILEIROS

A condição primordial para se chegar, concientemente, á solução de um problema, qualquer que seja sua natureza, é enuncia-lo bem, apresentando seus dados essenciais sob uma fórmula que facilite o raciocínio lógico.

A verdade, portanto, deve ser a primeira preocupação de quem trata de bôa fé um problema. A enunciação dos dados implica o conhecimento da verdade e a solução será tanto mais justa quanto mais exatamente se conhecerem aqueles.

E' dessa falta de exatidão dos enunciados, consequência do conhecimento incompleto dos dados, que se ressentem, em geral, aqueles que entre nós têm tratado as questões econômicas e sociais do Brasil Central.

Na mór parte, nossos sociólogos e economistas são levados a soluções inexatas pelo espírito de generalização.

Admitida a homogeneidade federal, passa o Continente Brasileiro a ser tratado por leis uniformes, assim no domínio social como no econômico, sem atenção á diversidade de condições de vida que apresentam as diversas regiões do País, consequência da falta de ajustamento da evolução econômica com a evolução político-social. Deste defeito da evolução nacional, desde a Independência, resultou, apesar da equiparação política das antigas Províncias, uma insofismavel hierarquia econômico-social, não somente entre as unidades da Federação como entre as diversas regiões daquelas mais extensas.

Transformando-se as Províncias em Estados, sem alteração dos limites tradicionais, agravaram-se os problemas econômicos nascentes. Dando-se á divisão administrativa do Império o carater político que resultou da fórmula federativa, doaram-se por um critério paradoxal maiores extensões territoriais jus-

tamente aos Estados menos aptos para coloniza-las, por mais faltos de recursos econômicos, contribuindo-se dest'arte para o retardamento, que se verificou no desenvolvimento do Brasil Central. Era mais um reflexo da mentalidade alienígena, a cuja formação assistimos desde os primórdios de nossa vida nacional. Decorria da apreciação incompleta dos dados do problema, que a República teve de enfrentar, e do espírito de generalização, que nos leva, insensivelmente, ao trato de assuntos econômicos e sociais por um critério uniforme, sem atenção á diversidade da fôrma por que realmente se apresentam os problemas nacionais.

A consequência primeira da divisão política adoptada pela República foi o recrutamento do espírito regionalista, o qual produziu efeitos opostos, no Litoral e no interior; nos Estados cujos potenciais econômicos eram proporcionados aos respectivos territórios, gerou o progresso espontâneo e natural; nos Estados interiores (excepto o de Minas Gerais, que acompanha a evolução

da faixa litorânea) o retardamento, no terreno econômico, e a conformação dos espíritos com a mesma vida que levavam como Províncias, esperando do Govêrno Federal as providências salvadoras, nas sucessivas crises econômicas de repercussão direta na vida política.

Ficaram assim para o Govêrno Federal, por força das circunstâncias, os onus do desenvolvimento do Brasil Central e a responsabilidade do retardamento da evolução das populações indígenas, no sentido da integração nacional.

Saímos de uma revolução política. Ençetamos uma nova fase da vida nacional. Seria para desejar que os erros passados não se repetissem nem se avolumassem no futuro, maxime em se tratando de problemas humanos tão prementes.

A evolução econômica do País teria sido talvez mais uniforme, se a divisão territorial da República tivesse obedecido, em 1891, a um critério econômico, isto é, se se tivesse dado a cada antiga Província o território que

realmente correspondesse ao seu potencial econômico, ou seja á sua capacidade de auto-desenvolvimento. Por este critério, nas grandes Províncias do interior, o Govêrno Federal teria delimitado os territórios que haveriam de constituir os Estados, dividindo os restantes em departamentos federais. Estes continuariam administrados pela União, até que, pelo desenvolvimento, pudessem aspirar á autonomia estadual.

Talvez tivéssemos hoje assim unidades federadas mais homogêneas, sem embargo da hierarquia econômica, que seria por certo inevitavel.

Mas já não é tempo de reparar o mal pela redivisão territorial. Os Estados já adquiriram direitos sobre seus territórios.

Hoje, talvez não fosse possivel uma divisão territorial do Brasil, baseada, inteiramente, num critério econômico. Seriam necessários, para que os Estados ficassem equivalentes em recursos econômicos, desmembramentos e fusões que, certamente, iriam repercutir na vida política do País,

por força das divisões que, efetivamente, o regime federal produziu na Nacionalidade, refletindo desfavoravelmente na mesma economia nacional, que se procura amparar.

Cumpre orientar agóra a questão excluindo o aspecto político que novas divisões territoriais viriam agravar, procurando o equilíbrio federal pela expansão econômica dos Estados de grande potencial, em proveito dos Estados do Brasil Central.

São Paulo é, daqueles Estados, o que está naturalmente indicado para esta missão:

— por sua situação geográfica, a cavaleiro dos Sertões;

— por seu potencial econômico, equivalente a um terço do potencial nacional;

— por seu passado, que lhe assegura certo direito de precedência sobre as conquistadas bandeirantes;

— por sua ascendência genealógica sobre os povos civilizados do Brasil Central;

— por sua aptidão bandeirante.

São Paulo é assim por todos os títulos solicitado pelos Sertões como o salvador de

sua infortunada gentildade que, não fosse a ignorância em que está mergulhada, com flagrante deslustre para a civilização brasileira, veria num novo surto bandeirante, após um hiato de dois séculos, a solução de seus complexos problemas sociais e econômicos.

O regime federal implantado no País, substituição a um regime unitário, orientou os Povos Brasileiros para a descentralização. Meio século daquele regime bastou para que, nas últimas comoções políticas, se revelasse a evolução nacional no sentido da confederação, isto é, de maior descentralização administrativa.

Passando do regime unitário para o regime federal, antes de havermos realizado a integração nacional, social e economicamente, fizemos um lance político desencontrado da evolução social e econômica.

Estamos com a experiência de meio século desse regime. Cumpre consolidá-lo, trazendo as unidades retardadas para o nível médio do progresso social e econômico da Federação, antes de se aventurarem os des-

tinios da Nação, no lanço político a que seria levada pela evolução natural.

O progresso das unidades litorâneas mais favorecidas, no primeiro período republicano, pela situação geográfica e pelas condições especiais em que se desenvolveram, despertou-lhes o anseio precoce da evolução política. E' que, desenvolvendo-se isolados, mais ou menos indiferentes á sorte dos demais, aqueles Estados iam perdendo a noção do conjunto nacional a que pertencem.

O antídoto desse movimento de descentralização precoce, que representa o anseio dos Estados vanguardeiros do progresso, os quais, havendo-se beneficiado, integralmente, com o regime federal aspiram ao lanço de progresso da evolução política, seria o entrelaçamento econômico das unidades federadas. Os Estados que completaram a evolução social marcada pelo último lanço político viriam assim em auxílio dos retardatários, com a solidariedade que corresponderia ao pacto federal, consolidando a mesma Federação sob cujos auspícios atingiram o esplendor da civilização de que justamente se orgulham.

São Paulo, por seu presente e por seu passado, seria o pioneiro deste movimento de solidariedade nacional.

Quando os trilhos paulistas, transpondo as fronteiras do Estado, cortassem o sul de Mato-Grosso; percorressem Goiaz, rumo ao Pará, a Rondônia, rumo ao Acre; ligassem Cuiabá, como traves do arcabouço nacional, realizando aspirações regionais; e, despondo as cabeceiras do Paraguai ou cortando o alto curso do grande rio, atingissem os Andes, realizando aspirações continentais, a União Brasileira, livre dos fermentos dissolventes da Nacionalidade, iria ocupar, no concerto das Nações sul-americanas, o lugar que lhe está reservado como fator indispensavel da paz e do progresso continentais, mercê de sua situação geográfica e de suas possibilidades econômicas, coerente com sua tradição de cordialidade internacional.

A bandeira paulista, flutuando através dos Sertões, nas asas dos aviões e nas tres frotas bandeirantes que, então, singrariam o Amazonas, o Prata e o Atlântico, tornar-se-ia com justiça o pavilhão comercial do

Brasil; e os sentimentos regionalistas por ventura agasalhados sob o paralelismo das listras alvi-negras, transfigurados pelo transbordamento, iriam fundir-se nos anseios progressistas nacionais, vibrando com estes no isocronismo da fraternidade brasileira.

NOTA — Transcrito da 1.^a edição, sem outro intuito além da preocupação de conservar o cunho original da obra, o presente capítulo contém idéias sugeridas pelo ambiente paulista de 1934, após o movimento constitucionalista.

III

A POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO SOB O ASPECTO ETNOGRÁFICO- NACIONALISTA

Quando encaramos o problema do desenvolvimento do Brasil Central, acode-nos, espontaneamente, a idéia de coloniza-lo com Europeus ou Japonêses.

Os Estados mais prósperos da União devem grande parte do esplendor de seu progresso ao imigrantes europeus — Alemães, Italianos e Eslavos — que entraram no País em grandes levadas, desde a Independência, e, distribuindo-se em núcleos coloniais, impulsionaram a agricultura, livrando-a do braço escravo; abriram estradas, edificaram cidades, proporcionando ás populações nacionais o vultoso contingente branco que, tão oportunamente, haveria de contribuir para a com-

pensação dos outros fatores étnicos nacionais.

Os Estados do Sul foram diretamente beneficiados pela política de imigração adotada, desde o início de nossa vida nacional.

O Rio Grande do Sul, São Paulo e, mais tarde, Paraná e Santa Catarina foram os campos de experimentação dessa política. Os benéficos resultados não se fizeram esperar. Em menos de meio século, o surto de progresso, que o imigrante europeu proporcionou aos primeiros Estados, levou-os á vanguarda econômica do País.

Não deixa, pois, de se justificar a corrente de opinião favorável á imigração em massa. Vem a pêlo, porém, denunciar mais uma vez o espírito de generalização com que, em regra, são tratados os problemas nacionais.

Num país da extensão do nosso, em que os problemas afetam fórmias diversas, no tempo e no espaço, seria temerário levar soluções, ainda que colhidas pela experiênciam, de uma para outra região, do Sul para o

Norte, do trópico para o equador, sem atenção ás condições especiais em que, efetivamente, se apresentam aqueles problemas.

Da extensão geográfica do Continente Brasileiro resulta que os problemas nacionais se desdobrem em problemas regionais, exigindo em cada caso soluções especiais, que se coadunem com o meio particular em que vão ser aplicadas.

A celeuma levantada, recentemente, no País, em torno da questão da imigração estrangeira em massa, a propósito de um projeto de imigração assíria para o Paraná, deixou entrever a atual inconveniência da política imigratória para Brasil.

Não ficou bem clara esta questão, nos debates travados pela imprensa, pois se tratava de certa leva de imigrantes de uma raça exótica, que viria constituir para nós uma nova experiência. Mas ficou de algum modo evidente que o Brasil já não é o País de imigração de um século atrás, que aceitava sem condições correntes quaisquer que de outros continentes demandassem seu litoral.

Uma outra corrente imigratória foi, então, a propósito, focalizada — a corrente japonesa — e discutida sua inconveniência somente do ponto de vista etnográfico e, ainda assim, parcialmente.

Quando o Governo iniciou a política de imigração, teve em vista o desenvolvimento da região que reunia as melhores condições de êxito, já pela fertilidade das terras, já pela acessibilidade, já pela amenidade do clima, que são os Estados do Sul. Os resultados foram surpreendentes; revelaram exuberantemente o acerto da providência. Os Europeus recém-chegados encontravam, nos Estados do Sul, outra Europa meridional na amenidade do clima e, radicando-se ao solo em grandes aglomerações, edificavam suas vivendas ao gosto europeu e passavam a viver como num pedaço da pátria transplantado para o Brasil tropical.

Do ponto de vista econômico, os resultados desta coincidência de condições favoráveis de vida foram surpreendentes. Do ponto de vista etnográfico, a assimilação progressiva dos núcleos coloniais estava de antemão

assegurada pela predominância das populações nacionais preexistentes naqueles Estados, e pelo espírito de brasilidade destas populações, formadas através de dois séculos de lutas com o gentio e o Espanhol.

Apesar deste importante fator moral, vimos, por ocasião da Grande Guerra, a inquietação das massas de origem germânica, como demonstração de que a incorporação das populações resultantes da imigração á Nacionalidade não era tão espontânea, nem se processava tão facilmente como desejavamos.

Um estudo das populações dos Estados do Sul, do ponto de vista etnográfico, evidenciaria, hoje, que o problema da assimilação das massas de origem européia está bem encaminhado para a solução nacionalista que se impõe. A advertência de 1914 foi aproveitada pelos Governos Estaduais interessados e a sequência dos acontecimentos mundiais arredou qualquer idéia por ventura existente naquelas massas, contrariamente á sua assimilação á Nacionalidade Brasileira.

A colonização japonêsa, tentada com êxito em São Paulo, firmou o conceito do Japonês como imigrante, pondo em evidência as virtudes que caracterizam o grande povo asiático — operosidade, resistência física, sobriedade, perseverança. Na agricultura, o colono japonês alia ás qualidades morais da raça a capacidade técnica. Este conjunto de qualidades abriu para os novos imigrantes largas possibilidades; e a corrente japonêsa se irradiou de São Paulo para o Sul e para Mato-Grosso, pela Noroeste.

O Japonês conveio para os Estados do Sul como imigrante, sem embargo da diversidade de raça e da maior dificuldade de assimilação. O mesmo êxito estaria assegurado, dentro de certos limites, a qualquer outro elemento que se estabelecesse no Sul. A assimilação estaria de antemão garantida pela predominância das populações nacionais, cuja formação moral já não pôde sofrer a influêcia de elementos alienígenas.

Transportemo-nos, agora, para o deserto virente do Brasil Central, focalizando novos

aspectos do mesmo problema nacional do povoamento. Iremos dar com problemas regionais que exigirão de nosso bom senso soluções inteiramente diversas.

Encaremos, por exemplo, a Amazônia, que tanto interessa á corrente japonesa. Quão diversa é a Amazônia, qualquer que seja o aspecto sob o qual a consideremos — físico, econômico ou humano! Do ponto de vista da assimilação, agrupamentos humanos esparsos, abandonados no seu estado quasi primitivo, incapazes, portanto, de impor ao ádvena uma brasilidade que ainda não assimilaram.

Na Amazônia teríamos o fenômeno inverso daquele que observamos no Sul — a assimilação do elemento nacional pelas massas alienígenas. As populações civilizadas da Amazônia não constituem ainda massas capazes de assimilar correntes imigratórias estrangeiras, maximé de uma raça exótica, que se encaminhassem em grandes contingentes para o rio mar. As aglomerações alienígenas iriam formar, nos Sertões, quistos indissolúveis que, dentro de poucos anos, absorveriam

os agrupamentos indígenas esparsos, tornando-se impenetráveis ao elemento nacional, pela organização social e econômica que adoptam.

Um confronto atual das duas regiões extremas do Continente Brasileiro — o Sul e o Noroeste — sob o ponto de vista antropogeográfico, deixaria em evidência, como justificação de nossos ousados assertos, o ambiente nacional em que se processou a imigração européia e aquele que receberia o influxo das modernas correntes imigratórias, na incerteza de uma conciliação dos interesses nacionais em jogo.

“*O Sr. Wanderley Pinho* (na Câmara dos Deputados — sessão de 29 de Junho de 1935) — Temos, Sr. Presidente, ouvido em várias sessões desta Câmara discursos de um sabor e interesse que não serão bastante louvados pelos que se dedicam aos assuntos nacionais, a essas graves questões de alta política que relanceiam em conjunto as lições do passado e as certezas ou esperanças do futuro brasileiro. Acima das críticas de atos e cênas contemporâneos; para além das paixões dos partidos; adiante, muito adiante das competições individuais — avultam esses problemas que os espiritos tocados de patriotismo versam, com uma decidida orienta-

ção construtiva. Entre as orações do Sr. Teixeira Leite, sobre o problema alimentar brasileiro; dos Srs. Diniz Junior e Aranha sobre a imigração alemã; do Sr. Acelino Leão sobre a imigração japonesa; impressionaram-me sobretudo certos tópicos do proferido pelo Sr. Acelino Leão como a querer despejar a imigração japonesa das limitações estabelecidas na recente constituição, visando encaminha-la para a Amazônia, para o seu Pará. Trouxe S. Ex. argumentos novos para defender a adaptabilidade do japonês na Amazônia, a sua filtragem e absorção no elemento nacional do extremo norte. Citou-nos a semelhança física do japonês com o nosso cabôclo; as afinidades, a simpatia que essa semelhança desperta em contraste com a hostil diferença de tipos encontrada no sul, pelo nipão, entre os imigrantes europeus, e a aspereza ou desprezo do ambiente social que isola, aqui, os japões, dificultando-lhes a assimilação.

“Aparceavam com vibração, manifestando uma viva repulsa á imigração japonesa, vários Deputados paulistas, enquanto outros representantes daquele Estado, em menor número e também com menos ardor, defendiam idéias contrárias.

“Embora sem simpatias pela imigração japonesa, dizia de mim para mim: — se os amarelos já incomodam, se se enquistam, se são mal acolhidos ao sul; e se terão de entrar no Brasil em certo número todos os anos — mandem-n’os aonde não existem ainda”.

IV

ASPECTO FÍSICO DO RIO GRANDE DO SUL

O território riograndense constitue a transição entre os Planaltos brasileiros e o Pampa argentino-uruguaio.

A Serra do Mar, depois de atravessar o Paraná e Santa Catarina, na direção norte-sul, comprimindo a zona litorânea dos dois Estados, penetra no Rio Grande do Sul, por nordeste e, prolongando-se em declínio na direção do sul, vai morrer nas proximidades de Porto Alegre, na altura do paralelo médio do Estado (30°).

Para oeste, continua a Serra por um grande planalto de rebordos escarpados, defrontando-se, no vale do Jacuí, com a planície que se estende para o sul.

A oeste, o rebordo do Planalto riograndense toma o aspecto de uma serra, orientando-se no prolongamento da Coxilha Grande, que percorre de sul a norte a linha média do Estado.

Estende-se o terreno, para oeste deste rebordo, na direção do Uruguai, em dobras onduladas com algumas alturas — coxilhas, coxilhões — todas orientadas no sentido léste-oeste; desce até o Uruguai, oferecendo a este rio uma margem baixa e alagadiça, entre o Ibicuí e o Camaquan, em contraste com os altos barrancos e a linha de cerros que, por vezes, erguem suas escarpas da beira do rio, entre o Camaquan e o Ijuí.

Ao norte do Ijuí, o Planalto se estende para noroeste, sem o rebordo íngreme que lhe acarretou o nome de serra; mas desce, na direção do Uruguai, para elevar-se em cerros, antes de atingi-lo, dando á faixa marginal deste rio o carater de terreno montuoso.

Os vales opostos do Ibicuí e do Ijuí formam uma grande depressão, separando:

— a Planície, que se estende para o sul em ondulações suaves, com suas coxilhas e raros coxilhões ou serras;

— o Planalto, ao norte, com sua muralha escarpada, na parte léste, seus coxilhões e baixadas, a oeste.

A Coxilha Grande divide a Planície em duas partes: uma a léste, outra a oeste; a de oeste, mais uniforme, mais baixa, alagadiça nas proximidades dos rios importantes, com dois coxilhões:

— a Serra do Caverá, que se ergue entre os vales dos dois maiores afluentes do Ibicuí — o Ibirapuitan e o Santa Maria;

— a Coxilha de Sant'Ana, na fronteira com o Uruguai, com suas ramificações — Coxilha do Japejú, Coxilha do Pai Passo, á margem do Uruguai, entre o Ibicuí e o Quaraí; Coxilha do Haedo, donde manam os formadores do Quaraí.

A parte oriental da Planície, mais acidentada que a primeira, tem duas linhas de alturas:

— a Serra do Eral, entre o Jacuí e o Camaquan;

— a Serra dos Tapes, entre o Camaquan e o Piratiní.

Os coxilhões e as serras, ao sul da depressão central, não tiram ao terreno o caráter de planície. As altitudes são de 95 ms. (Serra do Caverá) a 280 ms. (Serra do Erval).

Ao sul do Piratiní e do Quaraí, continuam as coxilhas, que se estendem através do território da República do Uruguai e vão morrer nas proximidades do Prata, dando lugar ao domínio absoluto do Pampa.

Em território riograndense, para léste, antes de chegar ao Oceano, o terreno toma o aspecto característico do litoral baixo que se comprime entre o Atlântico e as lagoas, entre o Mampituba e o Chuí, formado pelas duas penínsulas que se defrontam na Barra do Rio Grande — o Estreito, ao norte, e o Albardão, ao sul.

Eis esboçadas as quatro regiões deste interessante território em que se processa a mutação do Planalto para o Pampa.

Se acrescentarmos a este bosquejo as linhas naturais que o emolduram — o vale do Uruguai, que circunda o Planalto em grande curva, pelo norte e por noroeste, e a Planície, por oeste,

— a Depressão Central, que separa a Serra e o Planalto, ao norte, da Planície ao sul,

— a Coxilha Grande, que percorre a linha média do Estadô, de sul a norte, separando as duas grandes bacias — a do Atlântico, a léste, e a do Uruguai, a oeste,

— a linha de lagoas que, de norte a sul, delimita pelo interior o Litoral, teremos em evidência os quatro setores do território riograndense:

- a Serra — a nordeste
- o Planalto — a noroeste
- a Planície — ao sul
- o Litoral — a sueste.

O nome de Serra se estende, vulgarmente, ao Planalto.

A planície que se desdobra ao sul da Depressão Central é denominada — Campanha.

A faixa de terreno que se estende entre o rebordo ocidental do Planalto e o vale do Uruguai — campos e matas — tem a denominação particular de Missões ou Região Missioneira.

Com seus campos ondulados das bacias do Piratiní e do Camaquan, lembrando aspec-

tos da Campanha; com seus cerros e coxilhões — serras e matas — da costa do Uruguai, a Região Missioneira é bem uma região de transição entre os campos do Planalto, as matas do norte e a Campanha.

Até hoje, no Rio Grande, se chama vagamente — Missões — a zona oeste do Estado, mas sem se definirem os limites. As denominações oficiais de Região Missioneira e de Missões ficaram adstritas á faixa territorial que se estende entre a Coxilha Grande, a léste, o Ibicuí, ao sul, e o alto Uruguai, a oeste e ao norte.

Outras vezes, restringe-se, em publicações oficiais, a Região Missioneira aos Municípios de São Luiz, Santo Angelo e Palmeira, ficando os Municípios de São Borja e Itaqui sob o título de Vale do Uruguai; São Francisco de Assis, Jaguarí, São Vicente e São Pedro incluídos na Depressão Central; Santiago do Boqueirão, Cruz Alta e Passo Fundo sob o título — Região Serrana.

Mais frequentemente se entende como Região Missioneira apenas a faixa compreendida pelos vales do Piratiní e do Ijuí, onde existiam os sete povos das Missões Orientais — São Nicoláu, São João Batista, São Miguel, Santo Angelo, São Luiz Gonzaga, São Borja e São Lourenço — por ocasião da expulsão dos Jesuitas, no fim do século XVIII.

O território missioneiro, compreendendo sob esta denominação a zona riograndense onde se estenderam as

Missões jesuítas, no seu esplendor do século XVII, com suas reduções e capelas, estâncias e invernações, tinha por limite oriental, do norte para o sul: o espigão que se ergue a léste dos Rios Ligeiro e Carreiro; o Rio Taquarí até sua foz; o Rio Jacuí, desde a foz do Taquarí até a do Vacacaí; este rio e a Coxilha Grande, da cabeceira do Vacacaí á do Rio Negro.

* * *

O Rio Grande do Sul é, sob o ponto de vista florístico, como sob o ponto de vista orográfico, um território de transição.

A floresta brasileira, que atravessa luxuriante o Planalto catarinense, invade o norte do Rio Grande, desborda o Planalto por léste, prolonga-se para o sul e, perdendo espécimens em cada lanço, transpõe o Jacuí, a Serra do Erval, a Serra dos Tapes, que lhe marcam as tres últimas etapas, rumo ao sul.

Von Ihering denominou estes limites botânicos — linha dos louros (a Serra do Erval) e linha dos cedros (a Serra dos Tapes).

A oeste, a transmutação florística se passa na descontinuidade dos **campos missioneiros** e

dos campos de cima (do Planalto), na Região Campestre.

Os espécimens da floresta, nesta região, se congregam nas matas virgens e nos capões. O Ibicuí marca, ao sul, o começo do domínio dos campos — da Campanha.

Do lado do Litoral a transformação da flora é bruscamente interrompida pela barreira das lagoas.

Quem percorre a costa do Rio Grande tem a impressão de um território árido; não pôde fazer idéia da riqueza florestal que se estende poucos quilómetros atrás da barreira de dunas das penínsulas que se defrontam na Barra do Rio Grande.

Lindmann classificou os campos do Rio Grande do Sul, considerando conjuntamente a natureza do solo e a vegetação particular, em campos subarbustivos, campos paleáceos e gramados.

Campos subarbustivos, sujos ou baixos (amarantáceus) são campos de solo duro e sêco (areento, argiloso ou pedregoso), cobertos de gramináceas e outras vegetações rasteiras. São campos pobres.

Campos paleáceos ou altos são campos cobertos de gramináceas, ervas, arbustos — palha, macega, vassoura — formando um tapete desigual, ora denso, ora ralo.

Uns e outros — campos altos e campos baixos — se estendem entremeados irregularmente, por toda a Região Campestre, sem uma separação nítida.

Gramados ou potreiros são campos cobertos de vegetação rasteira e gramináceas tenras e densas, formando um tapete plano, contínuo, de um verde intenso.

Encontram-se potreiros ao redor dos capões e nos claros das matas. São fórmulas aperfeiçoadas de campos sujos e podem tornar-se campos brejosos, formando varzeas, como nos campos da Depressão Central, das margens do Ibicuí e do Jacuí, sem atingirem, contudo, extensão considerável que justifique as denominações que recebem alhures — esteros, pantanais, como em Entre Rios e Corrientes, no Paraguai e em Mato-Grosso.

Na Campanha se estendem de mistura os campos já descritos, com predominância de

— campos altos, nas serras e nos coxilhões da parte oriental;

— campos baixos, nos vales e na parte ocidental (zona situada ao sul do Ibicuí);

— campos brejosos, nas margens do Ibicuí, do Santa Maria, do Vacacaí e nas cabeceiras destes rios.

Os cursos d'água mantêm suas orlas de mata virgem.

Denomina-se, no Rio Grande do Sul, **Costa da Serra** a orla do Planalto, a faixa de terreno que circunda a Região Serrana.

A oeste, a Costa da Serra é acidentada e apresenta fortes declives na descida do Planalto para os **Campos de Baixo**. Compreende uma parte da Depressão Central e outra dos Campos Missioneiros.

Na Costa da Serra, as matas e as moitas de arbustos se intercalam com campos de pequena extensão — campos paleáceos e gramados.

No Planalto, circundados pela grande orla de mata virgem, estendem-se os **Campos de Cima**. São campos extensos como os da Cam-

panha, ondulados, com quasi os mesmos caracteristicos destes últimos.

Os campos do Rio Grande devem ser classificados entre os **campos limpos**, segundo a tecnologia do Sul, em opposição aos **cerrados** e **campos gerais**. São campos sem mata ou vegetação contínua de arvore baixas ou arbustos. Distinguem-se, porém, das chapadas pelas ondulações do terreno — coxilhas — que dão áqueles campos, em certas regiões, o aspecto de um mar revolto que, bruscamente, se houvesse solidificado. Tal o aspecto da Campanha, ao sul do Ibicuí, e dos Campos de Baixo, na Região Missioneira.

A mata virgem, no Rio Grande do Sul, tem as mesmas características da Serra do Mar, talvez com menos exuberância que no Paraná e em Santa Catarina.

Os capões espalhados na Região Campes- tre do oeste riograndense, as matas brejosas e baixas da Planície e as capoeiras são as últimas manifestações da exuberância tropical da floresta brasileira.

A araucária se encontra, no Rio Grande, em densa matas, em toda a zona norte e no-

roeste do Estado e na Região Serrana, com a mesma exuberância com que se ostenta nas matas catarinenses, sustentando com o cedro uma das principais industrias extrativas do Estado.

O Jacuí poderia ser — a linha do pinheir̄o — constituindo o antepenúltimo lanço da floresta brasileira, rumo aos Pampas.

A erva mate é nativa no Rio Grande, na vertente ocidental da Serra do Mar, na Região Serrana e na Região Missioneira.

ESBOÇO ANTROPOGEOGRAFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Na história da colonização do Rio Grande do Sul, distinguem-se duas fases bem caracterizadas pela diversidade de meio e de elementos étnicos em cêna:

— a colonização do século XVIII, que se seguiu á occupação portugueza do Rio Grande, em meio das lutas sustentadas contra os Espanhois do Prata e os índios das Missões Orientais;

— a colonização do século XIX, que teve lugar após a conquista do território missioneiro, quando, integrado o Rio Grande do Sul no Império do Brasil, definidos seus limites geográficos, o Povo Gaucho tomou posse definitiva de seu território e pôde gozar pela

primeira vez um largo período de paz interna (1824).

A primeira fase respondeu a uma necessidade de ordem militar. O Governo Português, disposto a manter, a todo transe, a posse da margem esquerda do Prata, em face dos repetidos ataques dos Espanhois de Buenos Aires á Colônia do Sacramento, compreendeu a necessidade de ligar por terra sua colônia do extremo sul á base de Laguna.

O território riograndense já havia sido devassado pelas bandeiras paulistas do século XVII. Os trilhos dos bandeirantes, através do Guairá, foram desde então percorridos por aventureiros que iam ao Tape, atraídos pela abundância de gado bravio da Vacaria, remanescente das estâncias missioneiras abandonadas pelos Guaranís.

Em 1715, intensificaram-se as explorações no interior do Rio Grande, sob os auspícios do Capitão-mór da Laguna, em busca de ligação terrestre da Capitania meridional com a Colônia do Sacramento.

Em 1736, uma frota portuguêsá entra na Barra do Rio Grande. Iniciam-se a conquista

e o povoamento do Litoral, até o Chuí, e do vale do Jacuí, abrindo-se uma nova fase de lutas contra os Espanhois, que haveriam de ensanguentar a grande planície que se estende ao sul do Jacuí — a Campanha — por quasi um século.

Assim, a introdução das primeiras levas de imigrantes portugueses — ilhéus açorianos — desembarcadas no Porto dos Casais, e a corrente paulista que se estabeleceu pelo interior eram medidas complementares da occupação militar. Os colonos recém-chegados se adaptam ao meio; forçados pelas contingências da guerra, fazem-se soldados para defenderem suas propriedades. Como conquistadores, occupam a terra em largas geiras e a povoam de gado bravo da Serra. A agricultura fica, nesta fase de lutas e migrações, reduzida ao indispensavel para a vida dos povos. Surgem estâncias pelos rincões, sem embargo das condições aleatórias da posse. As populações se congregam em acampamentos militares que, no decorrer da luta, se radicam ao solo, dando lugar a povoados que acompanham as vicissitudes da guerra.

A conquista do Rio Grande se fez em menos de um século. Esse tempo foi, todavia, suficiente para se formar o tipo bem definido do homem da Campanha — esse misto de vaqueiro e soldado que é o Gaucho.

A primeira fase da colonização é a fase de brasilianização do Rio Grande. Através das lutas do século XVIII, admira-se o Povo Gaucho assimilando o elemento português e, ao mesmo tempo, lutando para conservar sua nacionalidade, em face do inimigo externo.

A segunda fase é a fase da expansão econômica. Serenada a Campanha, definidas as fronteiras da Província, o ambiente se torna propício às atividades produtivas dos campos.

Ressentia-se, então, o Rio Grande da falta de braços. A população gaucha não passava, naquela época, de 150.000 habitantes. A imigração era a solução que se impunha. Uma corrente imigratória alemã abriu a nova fase de colonização do Rio Grande.

Em 1824, foram estabelecidos, na antiga Real Feitoria de Linho Cânhamo (atual cidade de São Leopoldo), á margem esquerda do Rio

dos Sinos, os primeiros 38 colonos alemães que aportaram ao Rio Grande.

A Colônia de São Leopoldo, como passou a se denominar a Real Feitoria, continuou a receber outras levas de imigrantes da mesma nacionalidade. Em 1830, já se elevava a 5.000 o número de imigrantes estabelecidos naquela colônia.

O decênio de 1835-45, da guerra dos Farrapos, acarretou um hiato para a colonização nascente. Restabelecida a paz, em 1846, prosseguiu a colonização germânica, avançando pela Costa da Serra, entrando mais tarde pelo vale do Caí, depois pelo Taquarí e pelo Jacuí acima. São Leopoldo é o fóco de irradiação das correntes alemãs para o interior. Em 1849, a população de São Leopoldo era de 10.000 habitantes. Torres e Tres Forquilhas contavam 1.000 colonos ao todo.

Em 1858, funda-se uma colônia alemã na Serra dos Tapes; coloniza-se o vale do Camaquan, donde se alastra a colonização germânica pelos atuais Municípios de Bagé, Piratiní, Cangaussú.

Até 1873, a corrente imigratória para o Rio Grande do Sul era constituída quasi exclusivamente de elemento germânico. O total da imigração alemã era, então, de quasi 25.000 colonos. Nos anos seguintes, até 1880, a colonização alemã permanece circunscrita aos núcleos já fundados, nos vales do Jacuí, do Rio dos Sinos, do Caí, do Taquarí, do Camaquan e no Litoral.

No decênio de 1880-90, tem lugar um novo surto de colonização germânica, no Litoral, na Serra dos Tapes, na Depressão Central e no Planalto. Colônias alemãs são fundadas, nos vales do Ijuí, do alto Jacuí, do Ibicuí, do Toropí, do Comandaí, nos atuais Municípios de Ijuí, Júlio de Castilhos, Santa Maria, São Vicente e Santo Ângelo.

No último lustro do século XIX, a corrente alemã se expande na Região Serrana e descamba para o vale do alto Uruguai. Colonizam-se os Municípios de Cruz Alta, Passo Fundo, Soledade e Palmeira. Em 1911, coloniza-se o Erechim.

Em 1874, inicia-se outra corrente imigratória para o Rio Grande do Sul — a corrente

italiana — a qual toma vulto rapidamente, superando a corrente germânica nas cifras de entrada.

Um grande agrupamento se fórma, desde o início da nova corrente imigratória, no vale do Rio das Antas, com as Colônias de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias, em 1874 e 1875; Alfredo Chaves e António Prado, entre 1885 e 1889; mais tarde a do Guaporé, em 1899, e, modernamente, Lageado, em 1909.

Outros agrupamentos importantes de colonos italianos se constituíram, no decênio 1890-1900, nos vales do Ibicuí, do Jaguarí e do Toropí (nos Municípios de Jaguarí, São Francisco de Assis, Santiago do Boqueirão), no Planalto e no vale do Ijuí (nos Municípios de Cruz Alta e Ijuí), nos Municípios de Soledade, Lagoa Vermelha e, ultimamente, em Passo Fundo.

Até 1895, subia a mais de 56.000 o número de imigrantes italianos entrados no Rio Grande.

A partir de 1888, uma terceira corrente imigratória européia veio concorrer na coloni-

zação do Rio Grande do Sul — a corrente eslava. As primeiras colônias russas e polonêsas foram estabelecidas nos Municípios de Porto Alegre, São Vicente e Júlio de Castilhos. Em 1891, outras colônias eslavas surgem, na Região Missioneira (nos Municípios de Santo Ângelo e São Luiz) e, mais tarde, em Santa Maria.

Em 1914, cessou, por iniciativa do Governo do Estado, a imigração oficial no Rio Grande do Sul.

Dispondo de um população colonial de quasi um milhão de indivíduos, com um crescimento anual médio de 25.000 almas, o Estado prefere reservar suas terras de cultura para os colonos nacionais, em cujo número sobressai o contingente anual da descendência dos imigrantes europeus — cerca de 5.000 — que são atualmente colocados no vale do Uruguai e na Região Serrana.

* * *

O cômputo realizado, no Rio Grande do Sul, em 1927, acusou uma população colonial de quasi um milhão de indivíduos — 980.000 — compreendendo:

Luso-brasileiros	140.000
Alemães e descendência	400.000
Italianos "	300.000
Eslavos "	80.000
Diversos	60.000
	<hr/>
Total	980.000

A população colonial do Rio Grande do Sul abrangia, pois, naquele ano, mais de 1/3 da população global do Estado, calculada em 2.612.500 habitantes, encerrando

40,8 % de elementos de origem germânica e 30,6 % de elementos de origem italiana.

O confronto das cifras censitárias acima referidas basta para se aquilatar a influência do elemento europeu na formação do tipo rio-grandense.

Um exame retrospectivo da colonização do Rio Grande, nas duas fases

- ocupação militar do século XVIII
- expansão econômica do século XIX,

leva-nos a compreender quão pouco propício foi o Estado gaúcho á mestiçagem intensa, co-

mo a que se verificou em quasi todas as outras regiões brasileiras, no largo período da expansão portuguesa na América.

Os tres elementos étnicos em mistura, no Norte, no Centro e no Litoral, entre o equador e o trópico — o branco, o índio e o negro — se encontram tambem no Rio Grande, mas em circunstâncias que não ocorrem alhures.

No alvorecer da História Patria, tambem o Rio Grande era habitado por nações indígenas — os Tapes — nome vago com que Spanhois e Portuguezes designavam a terra e o povo ignorados que existiam entre o Atlântico e o alto Uruguai.

Este povo americano, entretanto, abrangia nações bem diversas em tipos, usos, índoles, linguas, repartindo entre si as diferentes regiões daquele território. A Coxilha Grande separava estas nações em dois grandes agrupamentos:

— a oeste, Guaranís e Minuanos, separados pelo Ibicuí, aqueles ao norte, estes ao sul;

— a léste, os demais ou melhor, particularizando, Tapes, no centro; Caaguás, na Serra do Mar; Guanánás, no norte; Arachanes e Ca-

rijós, no Litoral, Charruas e Guenôas, na Campanha.

Estas nações se comportam de modos bem diversos, no grande drama que se desenrola, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, no extremo sul do Brasil, quando o território do Tape passou a ser talado por Portuguezes e Espanhois ou, com mais justiça, por Paulistas e Espanhois.

Guaranís e Minuanos são os doces catecúmenos das Missões Jesuitas. Tomam o partido da Cruz. São soldados de São Miguel. Rebelam-se contra o jugo de qualquer dos conquistadores. Preferem o êxodo á submissão a outro governo que não seja o dos Jesuitas. Duas guerras a nação Guaraní sustentou para defender suas terras da Banda Oriental — contra bandeirantes paulistas, no século XVII, e contra aliados luso-espanhois, no século XVIII. Duas vezes transpôs o Uruguai, para se acolher na Banda Ocidental, acompanhando seus diretores espirituais.

Bastam estes traços da história das Missões Orientais para concluirmos quão pouco haveria de influir, na formação do Povo Rio-

grandense, a nação Guaraní que, no esplendor das Missões, contava mais de 40.000 índios, tendo atingido um grau apreciável de civilização e de progresso.

Os Tapes, os Caaguás e os índios do Litoral, avessos á catequese ou ignorados pelos catequistas, conservaram-se arredios, nos seus domínios, e, surpreendidos pelo furacão das bandeiras paulistas, que devastou as malocas do Tape, no segundo quartel do século XVII, fornecem os grandes contingentes de escravos que do Sul vieram para os canaviais de São Vicente.

A nação Charrua, a mais forte das que povoavam o Tape, foi por isso mesmo a que deixou vêtígios mais acentuados na constituição física e moral do Gaucho. Tinha, na época da conquista, 2.000 indivíduos. Ao tempo das descobertas, dominava a Campanha da Banda Oriental do Uruguai e Entre Rios, isto é, a larga zona que se estende entre o baixo Paraná e o Atlântico. Quando o Litoral passou a ser frequentado pelos Espanhois, os Charruas se retraíram, a léste, para a margem ocidental da Lagoa Mirim.

O agrupamento charrua que interessa a historia do Rio Grande do Sul é o que dominava, no século XVII, o vale do Jaguarão e assolava a Campanha, nos seus assomos guerreiros contra as outras nações do Tape e as Missões do Uruguai.

Eram os Charruas, diz-nos o Padre Teschauer, de côr morena escura, tirante a negro, bem formados de corpo, vigorosos, ageis e de estatura elevada. Tinham os olhos fundos, horizontais, negros e brilhantes, sombreados por pálpebras entreabertas, dentes claros e fortes. O cabelo preto e basto, usavam-no muito comprido, solto as mulheres, atado os homens. Bons cavaleiros. Como nômaes, tinham habitações portateis. Dormiam no chão, sobre couros de veado. Manejavam a funda e as bolas com mestria, na caça e na guerra.

Vendo o Gaucho da Campanha de hoje, no seu meio, estudando-lhe o carater e os hábitos, sentimos a evocação vigorosa do Charrua do passado. As qualidades morais legadas pelo Charrua, que o fizeram temido dos conquistadores — o valor indômito, o orgulho, a altivez,

o amor á independência — revivem no Gaucho. As bolas — arma de guerra e de caça do Charrua — até hoje o Gaucho as maneja e conduz pendidas á ilharga dos arreios.

A índole do Charrua e a natureza das relações mantidas com os conquistadores, sempre de armas na mão, não eram circunstâncias asadas ao cruzamento. Encontram-se, contudo, na Campanha, não raramente, o tipo do Charrua. Nas cidades, nos quarteis, esse tipo aparece contrastando com o tipo europeu originário das colônias.

A população indígena do Rio Grande do Sul está reduzida a cerca de 2.500 Caingangs ou Coroados (censo de 1927), restos dos Guaranás que habitavam o vale do alto Uruguai, nos séculos XVII e XVIII.

Vivem, atualmente, os Caingangs reunidos em toldos (aldeias), assistidos pelas Comissões de Terras do Estado.

O serviço de proteção aos índios do Rio Grande foi criado em 1909.

Á excepção do toldo do Rio Ligeiro (Município do Erechim), que está sob a direção do Serviço federal, os demais existentes no Rio Grande do Sul estão a cargo

do Estado, distribuídos pelas referidas Comissões de Terras :

— á Comissão de Erechim os toldos de Caseros, Fachinal, Guaraní, Ventarra e Votouro, abrigando uma população de cerca de 500 índios;

— á Comissão de Palmeira e Iraí os toldos de Guarita, Nonoai e Serrinha, com uma população de 1.200 índios;

— á Comissão de Passo Fundo o toldo do Rio Carreiro, com 600 índios;

— á Comissão de Santa Rosa o toldo de Inhacorá, com 170 índios.

Os atuais Caingangs do Rio Grande do Sul vivem em comércio com as vilas e povoados da Região Serrana. Falam e entendem sofriavelmente o português. Todavia, conservam a língua da tribo e a memória de seus antepassados.

“Palmeira, 5 Junho 1930 — ... Fui visitado por um grupo de Caingangs do toldo da Guarita. O primeiro que me procurou, no hotel, era um índio velho. Aparentava uns 70 anos. Foi o meu primeiro informante. Chegaram depois mais dois. Eram os chefes — o “coronel”, o “tenente coronel” e um “capitão”.

O gosto pelos títulos da hierarquia militar é uma lembrança da colonização empreendida pelo Império,

nos Sertões do Sul, congregando as tribus indígenas em colônias militares, de mistura com destacamentos de fronteira e reservistas do Exército.

Eis, resumidamente, quasi com as palavras dos meus informantes, a notícia que recolhi do toldo da Guarita :

— Os índios vivem plantando milho, feijão, mandioca. Tudo está muito barato, milho a 4\$500 o sacco, feijão a 10\$000. Isso não dá para comprar nem um sacco de sal, lá na Serra.

— Todos têm animais, mas não têm carroças. Os índios são, por isso, obrigados a vender os produtos da lavoura lá mesmo nas roças, tudo muito barato.

— Os índios têm porcos e galinhas. “Os índios são como vocês mesmo”. Falta lá um homem para dirigir os índios.

— As terras foram medidas pelo agrimensor e o Governo as deixou para os índios. A terra tem marco. Aquilo é só dos índios. Quem governa os índios é o “coronel” Geraldino Mineiro, que é índio puro.

— Ha só um gaucho que não é índio e que está occupando terra dos índios. Ele já estava lá, quando se fez a medição. Saiu, mas depois voltou. Ele incomoda os índios... Quer tomar o arvoredo que está perto...

— A maior parte dos índios goza saúde. Ha 5 de cama. Com feridas que não saram ha uns 6. Não ha lepra. “As crianças morrem muito”. Morreram, no ano passado, de gente grande uns 10, os mais velhos. Criançada uns 20 por mês (?), com espanhola.

— A Intendência dá remédios para os índios. Mas uma remessinha pouca para gente muita. Não dá...

A única índia que acompanhou os chefes Caingangs ao hotel era uma moça de uns 20 anos, filha do “tenente coronel”. Estava de vestido branco e sapatos pretos, bem penteada. Assistiu á palestra sem dizer palavra. Já no fim da visita, limitou-se a responder com voz sumida as perguntas que lhe fiz.

Depois que saíram os chefes Caingangs, appareceu-me outro índio do mesmo toldo. Este foi mais prático. Tinha ido receber o presente que lhe cabia, pois, os primeiros ganharam roupas e dinheiro. Recebeu dez mil reis. Ao retirar-se, declinou o nome e o posto. Insistiu em que me não esquecesse o posto. Era “sargento”.

Ao escurecer, vi passarem apressados, excessivamente alegres, de braços dados, pelo meio da rua tristonha e deserta, dois dos chefes Caingangs, em palestra muito animada. Pareceram-me alcoolizados.

No decorrer da visita, obtive dos tres velhos Coroados um pequeno vocabulário caingang. Á medida que eu proferia as palavras portuguezas, eles se consultavam uns aos outros e davam a tradução:

chefe	pahí
chefe maior	pahí-bang
homem	hon
mulher	hon-tatá
criança	nhercí
menino	utsí

galo	nhací-bang
galinha	nhací
pinto	nhací-ei
cão	hon-hon
cavalo	gron-gron
casa	hin
roça	epán
estrada	emin
mato ..	naú
campo	erê
rio, água	gói
chuva	tá
fogo	pi
pedra	pó
terra	gá
milho	nhére
feijão	arengueró
arroz	arecané
carne	tini
porco	crepi
facca	rogró
machado ..	bé
pau	ca
boi	oionecá
cama	cacrê
rede	taiafã
plantar milho	nhére créne
plantar feijão	arengueró créne
colher milho	nhére brae

já colheu o milho	brae carsure
ontem	rê-quete
hoje	uri
amanhã	naica
chegou	catê-huri
vai chegar	guai-catê
guerra	já-demongueti

Vimos que a influência dos primitivos habitantes do Tape, na formação do tipo gaúcho, não podia ter sido notável, na primeira fase da colonização do Rio Grande do Sul.

Não obstante a tendência do Português e do Paulista para o cruzamento com o elemento aborígene, por força das circunstâncias — estado contínuo de guerra, relações hostis com os índios — a mesclagem não foi intensa, no Rio Grande, como noutras regiões do País.

O Sete de Setembro veio encontrar, no Rio Grande do Sul, um povo constituído, com seu patrimônio de qualidades morais, que um século de lutas havia consolidado, e um tipo de homem da Campanha — o Gaúcho — que lembra o Português e o Paulista no físico; o índio nos hábitos; este e aqueles no caráter; o Espanhol

no linguajar e nos ademanes; mas bastante forte para suplantar as raças de origem e ser, antes de tudo, Gaucho e Brasileiro.

A segunda fase da colonização é a fase da expansão econômica.

O Gaucho havia cumprido sua missão, ocupando a terra, repelindo o Espanhol, dominando o índio. Urgia consolidar a posse, desenvolver a nova Província, fazendo-a acompanhar no progresso as outras unidades do Império.

Abre-se, pois, a fase da imigração. Tres correntes européias se encaminham para o Rio Grande. Fundam-se colônias. Moradores se congregam em povoados que crescem, tornam-se vilas e cidades em poucos anos... O Gaucho continua, na Campanha, pascendo seus rebanhos, mateando e falando nos fogos, como em acampamentos de postos avançados, guardando aquele outro Rio Grande que surge na Serra, sob o arado do Europeu.

Surge do mesmo passo outro tipo riograndense — o Colono — complemento do Gaucho nas lidas da paz, seu recruta na guerra.

O Colono é, em geral, europeu no tipo e no sotaque, até a segunda geração. Na primeira geração, parece um europeu autêntico. Na raça eslava, a terceira geração ainda reluta para conservar a língua de origem. Entre os Italianos, a partir da primeira geração, a língua é logo substituída, ficando apenas a entonação musical, peculiar da nacionalidade paterna, que se vai perdendo com as gerações. O tipo europeu se conserva, além da terceira geração, e se vai atenuando, ao sabor dos cruzamentos.

Todavia, a herança de raças milenares e de uma civilização mais adiantada não são recursos suficientes para tornar o Colono vencedor no embate com o Gaucho, no meio riograndense. As populações originárias da imigração européia, dentro de alguns anos, estarão assimiladas, graças aos cruzamentos com nacionais brancos, que se verificam no Estado com promissora frequência, e á intensificação das relações comerciais das populações coloniais com os genuínos centros riograndenses.

Suspensa a imigração oficial, estancada a corrente européia que, até 1914, entrava no Estado, o Rio Grande do Sul marcha para uma era de pujante brasilidade, tendo tirado do

Europeu o esforço industrial que o colocou na vanguarda econômica do Brasil, ao lado de São Paulo, e das gerações coloniais o vultoso contingente branco que se incorporou em sua população.

A população colonial do Rio Grande do Sul estava, em 1930, distribuída por mais de 200 colônias, espalhadas em cerca de 50 Municípios.

A população estrangeira, excluída a descendência brasileira, compreendia, aproximadamente, 6,6 % da população global. Não passava, pois, de 180.000 o número de estrangeiros existentes no Rio Grande do Sul, naquele ano. O contingente platino — uruguaio e argentino — era de quasi 1/3 daquele número.

Segundo o cômputo censitário de 1927, para os 6,6 % de estrangeiros concorriam

- 2,0 % de Uruguaio;
- 0,2 % de Argentinos;
- 1,6 % de Eslavos;
- 0,9 % de Italianos;
- 0,7 % de Alemães;
- 0,2 % de Portugêses;
- 0,1 % de Espanhois;
- 0,9 % de diversos.

Os números acima, no que se referem aos Platinos, revelam bem o grau de intensidade de relações comerciais e sociais entre o Rio Grande do Sul e cada uma das Nações vizinhas.

As relações comerciais entre as cidade ribeirinhas do Rio Uruguai, muito cerceadas pelo fisco, são restritas. Os portos argentinos estão fechados para os dois produtos riograndenses que, outrora, entretinham o comércio internacional do Rio Uruguai — o xarque e as laranjas. Restam as madeiras. Estas, porém, descem do alto Uruguai, isto é, das matas donde são extraídas, em balsas, diretamente para os portos argentinos a que se destinam (quasi exclusivamente para Santo Tomé).

A colônia uruguaia do Rio Grande, sobre destacar-se na população estrangeira do Estado, toma particular importância se considerarmos que representa 3,2 % da população da República Oriental. E' um índice evidente do entrelaçamento de relações e interesses entre o Rio Grande e o Uruguai.

Sem pretendermos rebuscar na história, aliás, recente da Banda Oriental as razões de ordem moral para este entrelaçamento, apontaremos as razões de ordem geográfica. Separados os territórios, em grande extensão, por uma linha de fronteira acessível, as localidades lindeiras se fundem, progredindo unidas, as relações comerciais se intensificam com o desenvolvimento econômico da faixa fronteiriça.

Barra do Quaraí e Santa Rosa, Quaraí e San Eugenio, Livramento e Rivera, Jaguarão e Rio Branco são outras tantas expressões geográficas daquele entrelaçamento.

Sant'Ana e Rivera, na coxilha lindeira, formam uma só cidade. Nos extremos da fronteira, a léste e a oeste — no Jaguarão e no Quaraí — onde a natureza separava, o homem uniu os territórios por duas pontes monumentais.

A colônia espanhola do Rio Grande do Sul conta grande proporção de Bascos procedentes do Prata, através da República Oriental. Está, em grande parte domicilia-

da nas cidades da Campanha e nas localidades fronteiriças do sul.

Os Eslavos, Alemães e Italianos que, no quadro da população estrangeira do Rio Grande, formam o importante contingente de 87.000 indivíduos, são, na maioria, colonos remanescentes da imigração suspensa em 1914. Tendem, pois, para a assimilação, adquirindo direito de cidadania, fundindo-se na população nacional.

* * *

No Rio Grande do Sul, também intervem o elemento negro, introduzido desde a ocupação portuguesa do século XVIII. Contudo, no surto agrícola do século XIX, o negro é posto á margem, graças á repulsa do alemão pela degradante instituição da escravidão. Os escravos da antiga Real Feitoria de Linho Cãnhamo foram retirados, a pedido dos colonos alemães estabelecidos na Colônia de São Leopoldo, instalada naquela feitoria, desde o início da colonização alemã.

Nas colônias, todo trabalho é feito pelo colono com sua família. Todos tomam parte na lavoura e, não raramente, a mulher se encarrega do comércio. Ainda hoje se encontram, nas vilas e cidades da zona colonial e nas estradas, essas mulheres fortes, louras, sadias, trajadas, exóticamente, de grandes vestidos de cores variiegadas, lenço de chita na cabeça, atado sob o queixo, sentadas á boléia de carroças ou mercando produtos de lavoura e pequena pecuária.

Relegado a segundo plano, o elemento negro, no terreno econômico; reforçado progressivamente o elemento de imigração, a clarificação do povo riograndense se acentua de ano para ano.

O recenseamento de 1872 acusou 18,3 % de negros na população riograndense (19,7 % para todo o Brasil) e 59,4 % de brancos (38,1 % na população do País).

Em 1890, ainda mais se acentua a predominância do elemento branco, na população riograndense:

70,17 % de brancos;
15,80 % de mestiços;
8,68 % de negros;
5,35 % de índios.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- A sociogênese riograndense (Fernando Osório).
Poranduba riograndense (Padre Teschauer S. J. — 1929).
A colonização alemã no Rio Grande do Sul (L. Truda — 1930).
História Geral das Bandeiras Paulistas (Afonso de E. Tannay).
A batalha do Passo do Rosário (General Tasso Fragoso).
Conférences de Géographie (Lt Colonel Lelong).
As Missões Orientais e seus antigos domínios (H. Veloso da Silveira).
Anuário estatístico do Rio Grande do Sul — 1925 (5º ano).

VI

DEMOGRAFIA DO AMAZONAS

O Estado do Amazonas está dividido em 28 Municípios desiguais em extensão territorial e em desenvolvimento econômico, consoante o exemplo da República em relação aos Estados.

Os Municípios amazonenses são, por ordem de importância, em extensão territorial:

— Tefé, São Gabriel, Moura, Boa Vista — com áreas entre 148.000 e 144.000 km² — maiores que o Ceará (104.250 km²) e Sergipe (39.090 km²) reunidos;

— Borba, com 137.580 km² — maior que Pernambuco (128.395 km²);

— Fonte Boa, Canutama, Lábrea, Barcelos — superfície entre 97.000 e 90.000 km²;

— Caruarí, cerca de 88.000 km², maior que o Estado do Rio de Janeiro (68.982 km²);

— Manicoré, com 80.461 km², equivalente á Paraíba (77.731 km²);

— São Felipe e Benjamin Constant — áreas de cerca de 67.000 km² — equivalentes ao Estado do Rio de Janeiro;

— Coarí e Humaitá — áreas entre 57.000 e 53.000 km² — equivalentes ao Rio Grande do Norte e a Alagôas;

— Manáus e São Paulo de Olivença — áreas entre 43.000 e 47.000 km² — equivalentes ao Estado do Espirito Santo (44.839 km²);

— Manacapurú, Maués, Uruará — áreas entre 32.000 e 37.000 km² — pouco menores que Sergipe.

Seguem-se, em ordem de importância decrescente, os Municípios de

Silves	26.964 km ²
Parintins	20.131 "
Codajás	19.714 "
Porto Velho	17.298 "
Floriano Peixoto	12.731 "

Itacoatiara	6.841 km ²
Barreirinha	5.230 "
Urucurituba	3.422 "

O maior dos Municípios amazonenses — Tefé — pôde, pois, conter o menor 43,5 vezes. O menor Estado — Sergipe — é 3,8 vezes menor que aquele Município.

Eis como se distribue pelas unidades políticas do Amazonas a superfície de 1.816.378 km², que coloca o Estado em assinalado destaque no País, á frente de Mato-Grosso (1.382.800 km²) e Pará (1.149.712 km²) e no Continente:

Venezuela possui	1.020.400 km ²
Colômbia "	1.148.400 "
Perú "	1.200.000 "
Bolívia "	1.300.000 "

As populações dos Municípios amazonenses são ainda mais desiguais que suas extensões territoriais.

Manáus (69.959 habitantes) é o mais populoso. A população do Município da Capital equivale a quatro vezes a do segundo em ordem de importância — Lábrea (16.619 hb.)

Seguem-se Borba, Itacoatiara, Manicoré, Parintins, São Gabriel e São Felipe, com populações de 14.000 hb. em média;

— Floriano Peixoto, Manacapurú, São Paulo de Olivença, Tefé, com cerca de 12.000 hb. cada um;

— Benjamin Constant, Fonte Boa, Humaitá, Maués, com populações de 10.000 hb.;

— Caruarí, Canutama, Coarí e Codajás, com populações de 8.000 hb.;

— Boa Vista, Barreirinha, Porto Velho e Urucurituba, com populações entre 4.000 e 6.000 habitantes;

— Barcelos, Silves e Urucará, com cerca de 3.000 hb. cada um;

— Moura, com menos de 1.200 habitantes.

Antes de fazermos o confronto destes números, como índices da desproporção entre a terra e o homem, no oeste amazônico, esboçemos as zonas em que se agruparam as populações civilizadas do grande Estado, sob a influência dos fatores econômicos e físicos que lhes condicionam a vida de relação.

O Estado compreende sete zonas:

— o **Baixo Amazonas**, com os Municípios de Manáus, Parintins, Barreirinhas, Maués, Borba, Itacoatiara, Urucurituba, Silves, Manacapurú e Urucará — abrangendo uma superfície de 351.844 km², maior que Piauí (301.797 km²);

— o **Solimões**, abrangendo este rio e seus afluentes brasileiros Içá e Japurá, á margem esquerda; Javari, Jandiatuba, Jutai, Tefé e Coari, á margem direita, e os cursos inferiores do Juruá e do Purús, com os Municípios de Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant — compreendendo uma área de 432.487 km², equivalente ao Maranhão (460.000 km²);

— o **Rio Negro**, com os Municípios de Moura, Barcelos e São Gabriel — abrangendo a superfície de 383.660 km², equivalente a Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba reunidos;

— o **Rio Branco**, com o Município de Boa Vista — 143.655 km², equivalentes a Sergipe, Alagoas e Espírito Santo reunidos;

— o **Madeira**, com os Municípios de Manicoré, Humaitá e Porto Velho — área global de 150.866 km²;

— o **Juruá**, com os Municípios de Caruarí e São Felipe — cerca de 156.876 km²;

— o **Purús**, com os Municípios de Canutama, Lábrea e Floriano Peixoto — cerca de 196.900 km², equivalente ao Acre (191.000 km²).

Consideradas, portanto, as sete zonas do Estado novas entidades geográficas constituídas pelos Municípios que se inscrevem em cada uma — áreas e populações — podemos organizar o seguinte quadro:

ZONAS	ÁREAS km ²	POPULAÇÕES	DENSIDADE hb/km ²
Baixo Amazonas .	351.844	152.261	0,43
Solimões	432.487	57.071	0,13
Rio Negro	383.660	18.423	0,04
Rio Branco	143.655	6.186	0,04
Madeira	150.866	29.864	0,19
Juruá	156.876	22.273	0,14
Purús	196.990	36.975	0,18
• SOMAS	1.816.378	323.053	

E' flagrante a desproporção entre as áreas e as populações das zonas do Estado.

Enquanto, no Baixo Amazonas, encontramos a densidade de 0,43, noutras zonas deparamos com índices inferiores a 0,2.

No Rio Negro e no Rio Branco a desproporção é ainda maior (0,04).

As sédes municipais correspondem aos mais importantes núcleos de população. As cidades e vilas abrigam cerca de 1/3 da população civilizada (104.300 habitantes).

A população urbana do Amazonas compreende:

Baixo Amazonas	76.300	habitantes
Solimões	4.900	"
Rio Negro	3.800	"
Rio Branco	1.500	"
Madeira	14.000	"
Juruá	1.600	"
Purús	2.200	"

Se deduzirmos, portanto, da população global do Estado os agrupamentos urbanos, para avaliar a densidade efetiva da popula-

ção rural civilizada, os índices anteriores sofrerão sensível decréscimo.

O quadro seguinte apresenta os índices da densidade da população rural civilizada:

ZONAS	SUPERFÍCIE km ²	POPULAÇÕES RURAIS	DENSIDADE hb/km ²
Baixo Amazonas .	351.844	75.961	0,21
Solimões	432.487	52.171	0,12
Rio Negro	388.660	14.623	0,03
Rio Branco	143.655	4.686	0,03
Madeira	150.866	15.864	0,10
Juruá	156.876	20.673	0,13
Purús	196.990	34.775	0,17
SOMAS	1.816.378	218.753	

Contam-se, pois, distribuídos pela zona rural do Estado:

— no Baixo Amazonas, 2 a 3 habitantes civilizados para 10 km²;

— no Solimões, no Madeira, no Juruá e no Purús, 1 a 2 habitantes civilizados para 10 km²;

— no Rio Negro e no Rio Branco, numa superfície de mais de 525.000 km², 1 habitante civilizado para 33 km², aproximadamente.

Considerando a área total do Estado, temos a densidade média de 0,12 para a população rural civilizada do Amazonas.

O recenseamento realizado a 1.º de Setembro de 1920 acusou para o Amazonas uma população de 361.166 habitantes.

Naturalmente, aquele serviço obedeceu, no Amazonas, ás mesmas normas por que foi executado noutros Estados, uma vez que se tratava de um serviço federal, consoante as praxes administrativas.

Aquele recenseamento foi feito por Municípios, constatando, em cada um, as populações civilizadas das cidades, vilas e povoados e as populações ribeirinhas dos rios navegáveis e transitados por gente civilizada.

Para o Município de São Gabriel do Rio Negro, por exemplo, foi computada uma população global de 14.080 habitantes, sendo domiciliados na vila apenas 600.

Daquela população de 14.080 habitantes, cerca de 80 % são índios civilizados, remanescentes dos Barés e Coeanas, que povoavam o médio Rio Negro, ao tempo das explorações do século XVIII.

Portanto, numa população de 14.080 habitantes, é de presumir-se que, no Município de São Gabriel, se encontrem

civilizados índios	12.800
” diversos	1.280

Um cômputo censitário, que se fizesse nos Municípios amazonenses, com o intuito de apurar a população indígena que já vive nas povoações, em comércio com os civilizados, deixaria em evidência que a porcentagem daquela população sobre a população global dos Municípios varia entre 20 % e 80 %.

Somos levados a admitir que 30 % da população global do Estado, constatada no recenseamento de 1920, eram formados por elementos indígenas incorporados às populações civilizadas.

Não foi computada, em 1920, a população indígena arredia.

Em 1840, “a então Câmara do Alto Amazonas possuía 40.584 habitantes, sendo 23.339 indígenas domesticados pertencentes a várias tribus, entre outras :

- Manáus, Barés, Passés, Baníuas, no Rio Negro;
- Catauixís, Macuxís, Jumas, Paravianas, no Rio Branco;
- Campebas, Ticunas, Maranáas, Jurimas e Jurís, no Solimões;
- Ipurinás, Jamamadis, Muras, Paumaris e Mauateneris, no Purús;
- Miranhas, no Japurá e no Içá;
- Mundurucús, Maués, Torás e Parintintins, no Madeira”.

“Na referida época, foram constatados somente 3.454 brancos, sendo o resto da população composto de mamelucos, mestiços e pretos. Todos esses elementos estavam assim representados:

brancos	9 %
mamelucos	26 %
indígenas	58 %
mestiços	4 %
escravos (pretos)	3 %

“Em 1873, um outro recenseamento computou 53.012 habitantes, sendo 49.767 brasileiros e 3.245 estrangeiros.

“Quatro anos depois desta verificação, em 1877, começou a aumentar consideravelmente a população do

Amazonas, pelo êxodo de retirantes do Nordeste, acosados pelo flagelo das sêcas, ao mesmo tempo atraídos pelo valor comercial da goma elástica.

“Outro cômputo censitário, realizado em 1890, constatou a existência de 147.915 indivíduos. O de 1900 acusou 249.756.

“Pelos cálculos da Repartição Geral de Estatística, procedidos em 1912, foi avaliado um total de 378.476 habitantes para o Amazonas.

“Uma nova avaliação, em 1917, elevou esse número a 459.309. Não é de admirar essa progressão, sabendo-se que, de 1897 a 1918, entre as entradas e saídas, no porto de Manáus, ha uma diferença de 198.774 pessoas, que certamente ficaram a residir no Estado”.

A população indígena incorporada aos agrupamentos civilizados do Amazonas, avaliada em 23.339 indivíduos, em 1840, deve ser, atualmente, de cerca de 100.000, número que corresponde aos 30 % da população global do Estado, segundo o recenseamento de 1920.

A razão desse aumento está na mesma civilização progressiva das tribus e das regiões que, naquela época, ainda não eram acessíveis aos civilizados.

Com a civilização, aumentam as populações indígenas. Passando a viver com mais conforto, socorridos em suas necessidades, assistidos por autoridades e missionários, os indígenas se radicam ao solo, entram em comércio com civilizados; mas continuam a viver sob o regime tradicional num comunismo atenuado em que se vai esboçando, a pouco e pouco, a noção de propriedade individual; contudo, mais ou menos segregados do convívio das populações civilizadas, assim nos rios e lagos transitados, como nas vilas e povoados, sob o governo dos tucháuas, os quais são prestigiados pelas autoridades incumbidas da proteção das tribus e pelos missionários, que entram em contacto com estas.

Os cruzamentos com brancos e mestiços se fazem ainda em proporção insignificante em relação aos conúbios consanguíneos.

Assim, novas gerações indígenas mais numerosas vão surgindo, á sombra da civilização, antes que as tribus se dissolvam na massa civilizada, aglutinando-se, ao contrário, em núcleos ciosos de suas tradições, que são mantidas com certo orgulho de raça, sem prejuizo

da brasilidade, antes em reforço desta, segundo a noção muito justificavel de que são eles, os indígenas, os legítimos Brasileiros.

Nas vilas do Rio Negro, fala-se correntemente o nheengatú. Mesmo entre civilizados é notoria a frequência de expressões hauridas naquela língua indígena, do trato com os caboclos civilizados. E índios são quasi todos os trabalhadores e embarcadiços.

As tribus acessiveis do Amazonas se elevam a quasi cento e cincoenta, espalhadas pelos rios e lagos do grande Estado, segundo um recente cômputo feito pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Admitindo a média de 1.000 indivíduos por tribu, temos a população indígena acessivel, ainda não incorporada ás povoações civilizadas, orçadas em 150.000 índios. Se dobrarmos este número, não ficaremos longe da cifra a que se eleva a população indígena mal recenseada pela falta de contacto com os núcleos civilizados do Amazonas.

No Rio Uaupés, desde sua foz no Rio Negro até a boca do Querarí, seu afluente da margem esquerda, na

fronteira com a Colômbia, registramos em 1932, os seguintes tendáuas e aldeias:

Ilha das Flores — na boca do Uaupés — 5 casas e 1 capela — índios Coeanas.

São Pedro — á margem direita — 2 barracas — caboclos mestiços.

Iacurarú — á margem esquerda — 1 casa de Portugêses.

Tendáuas esparsos, até Tamanduá Cachoeira — 5 barracas de Coeanas.

Idem até Itapinima — 3 barracas de Coeanas e 10 de Tucanos.

Trovão — á margem direita — 12 barracas de Tucanos.

Pituna-Rapecuma — á margem esquerda — 3 casas de Nordestinos.

Mira-Rapecuma — á margem esquerda — 1 barraca de Tucanos.

Conorí — á margem direita — 6 barracas de Tucanos.

Corocoró — á margem esquerda — 3 barracas de Tucanos.

Paraná Iucáua — 1 barraca de Piratapuios.

Iú Rapecuma — á margem esquerda — 1 barraca de Piratapuios.

Caruatana — á margem direita — 1 maloca de Piratapuios.

Bela Vista — á margem esquerda — 5 casas de Nordestinos.

Iacaré Capoama — 2 casas de Nordestinos.

Tatapunha Igarapé — á margem esquerda — 3 malocas de Piratapuios.

Cururú — á margem esquerda — 7 barracas de Piratapuios.

Naná Rapecuma — á margem esquerda — 30 barracas de Tucanos e Piratapuios.

A foz do Tiquié é assinalada pela aldeia de Taraquá — uma extensa aldeia de Tucanos, com 30 barracas alinhadas em rua, e um próspero estabelecimento da Missão Salesiana.

Os edificios estão reunidos na parte mais alta — dois sobrados (um do Colégio outro do Asilo), uma santa casa, uma capela ampla, outros edificios em construção.

Taraquá está á margem direita do Uaupés, menos de 3 km. a montante da foz do Tiquié, sob o equador.

Entre a foz do Tiquié e a do Papurí, outro afluente da margem direita do Uaupés, encontram-se:

Suassú-Aça — á margem direita — 1 barraca de Tucanos.

Ipanoré — á margem esquerda — 12 barracas de Tarianos.

Urubuquara — á margem esquerda — 15 barracas de Tarianos e 1 capela da Missão Salesiana.

Cigarro Igarapé — á margem direita — 5 barracas de Tarianos.

Marié — á margem direita — 7 barracas de Piratapuios.

Busina Ponta — á margem esquerda — 5 barracas de Tarianos.

São José — á margem direita — 15 barracas de Arapaços.

Paraná Iucá — á margem direita — 5 barracas de Arapaços.

Iuquirá Rapecuma — á margem direita — 15 barracas de Tucanos.

Uaracú Ponta — á margem direita — 20 barracas de Piratapuios.

Iacitara — á margem direita — 3 barracas de Piratapuios.

Araripirá Cachoeira — á margem esquerda — 3 barracas de Tarianos.

Iauareté Cachoeira — o grande obstáculo do Uaupés, situado um pouco a montante da foz do Papurí (último degrau da cachoeira está justamente defronte da foz deste rio).

Em Iauareté Cachoeira e Taraquá estão os agrupamentos indígenas mais importantes do Uaupés.

Á margem esquerda, erguem-se os edificios do Colégio São Miguel, da Missão Salesiana do Rio Negro — seção masculina, oficinas, capela, seção feminina, santa casa (ainda em construção) — e uma aldeia de Tarianos de 15 barracas.

Defronte do Colégio Salesiano, á margem direita, a jusante da foz do Papurí, está o posto do Uaupés, mantido pelo Serviço de Proteção aos Índios, e uma aldeia de 10 barracas de Tarianos.

À margem direita, a montante da foz do Papurí, o resguardo colombiano — dois edifícios, um armazem, algumas barracas de empregados. Nenhum núcleo indígena se encontra anexo ao resguardo.

A população, considerados os tres núcleos, orça por 250 indígenas, incluídos os educandos da Missão Salesiana, e 20 civilizados (brancos e mestiços), sendo 5 colombianos.

Uaupés acima, a partir de Iauareté Cachoeira, encontramos:

Querarí Ponta — 6 barracas de Tarianos.

Uirauassú Ponta — 4 barracas de Tarianos.

Taiassú — 10 barracas de Tarianos.

Anuíá Ponta — 1 barraca de Tarianos.

Uacurauá Ponta — 5 barracas de Tarianos.

Boca do Merití Igarapé — 3 barracas de Tarianos.

Umari Cachoeira — 16 barracas de Tucanos.

Mirapirera — 1 maloca e 1 barraca de Tucanos.

Bacaba — 4 barracas de Tarianos.

Macú Ponta — 2 barracas de Tarianos.

Iandú Cachoeira — 1 barraca de Uananas.

Carurú Cachoeira — 9 barracas de Uananas.

Matapí — 4 barracas de Uananas.

Iacaré Cachoeira — 4 barracas de Uananas.

Taraquá — 1 barraca de Uananas.

Iutica — 20 barracas e uma casa assobradada, aldeia principal dos Uananas.

Taina Cachoeira — 1 barraca de Uananas.

Taraquá — 2 barracas de Uananas.

Iauareté Igarapé — 3 barracas de Uananas.

Mirapirera Igarapé — 6 barracas de Uananas.

Comá Igarapé — 1 maloca de Uananas.

Todos os tendauas e aldeias do Uaupés, a montante de Iauareté Cachoeira, ficam á margem esquerda (lado do Brasil), á excepção de Anuiá Ponta — 1 barraca de Tarianos, que fica á margem colombiana.

Cerca de 2 km. a jusante de Pacú Cachoeira fica o posto do Querarí, do Serviço de Protecção aos Índios, á margem esquerda do Uaupés — 3 barracas de moradia dos empregados. Não ha aldeia junto ao posto.

A montante do posto do Querarí, encontra-se Pacú Cachoeira — 5 barracas de Cubeus.

Em Iandú Cachoeira, começa o domínio dos Uananas. Todos os tendauas e aldeias são desta tribu, Uaupés acima, até Iuruparí Cachoeira. A margem direita do Uaupés (lado colombiano) é deserta nesta seção até a foz do Querarí.

Acima de Pacú Cachoeira, defronte da foz do Querarí, encontra-se o primeiro colombiano do alto Uaupés em

Piranha Capoama — uma casa. O proprietário é o único colombiano da região que tem interesses no Querarí — uma exploração de cumarú.

Admitindo-se a média de 5 habitantes por barraca e 10 por maloca, a população indígena do Uaupés, numa extensão de cerca de

quinhentos quilómetros, desde a foz de seu afluente Querari até sua desembocadura no Negro, pôde ser orçada, portanto, em 1900 indígena e 100 civilizados, a saber:

1.^a seção — da foz do Rio Negro á boca do Tiquié:

<i>indígenas</i>	{	Coeanas	65
		Tucanos	310
		Piratapuios	58
		Diversos	150
		Soma.....	<u>583</u>
<i>civilizados</i>	{	Portuguêses	5
		Nordestinos	40
		Caboclos	10
		Soma.....	<u>55</u>
		Total.....	<u>638</u>

2.^a seção — da foz do Tiquié á foz do Papurí:

<i>indígenas</i>	{	Tucanos	80
		Tarianos	325
		Piratapuios	150
		Arapaços	100
		Diversos	100
		Soma.....	<u>755</u>

<i>civilizados</i>	{	Branços	20
		Mestiços	5
		Soma.....	<u>25</u>
		Total.....	<u>780</u>

3.^a seção — da foz do Papurí á foz do Querarí:

<i>indígenas</i>	{	Tarianos	175
		Tucanos	95
		Uananas	270
		Cubeus	25
		Soma.....	<u>565</u>
<i>civilizados</i>	{	Branços	5
		Mestiços	15
		Soma.....	<u>20</u>
		Total.....	<u>585</u>

Resumo:

	<i>Indígenas</i>	<i>Civilizados</i>
1. ^a seção.....	583	55
2. ^a —	755	25
3. ^a —	565	20
Somas.....	<u>1.903</u>	<u>100</u>
Grande total	2.003	

Os tributários do Amazonas compreendidos, á margem direita, entre o Javari e o Tefé (inclusive), são cerca de 170 rios, paranás e igarapés, que banham uma extensão de 365.000 km². aproximadamente, com um desenvolvimento de cerca de 15.000 km. navegaveis por lanchas ou embarcações menores em quasi dois terços deste desenvolvimento.

Acceptando a evidência dos números, á falta de dados mais precisos, somos levados a admitir que a rêde tributária do rio mar, no Estado do Amazonas, compreende cerca de 850 rios, com um desenvolvimento de 75.000 km. (média de 90 km. por tributário), considerando que os 365.000 km². acima referidos são cerca de 1/5 da área global do Estado.

São mais de mil, segundo o Prof. Agnelo Bittencourt, os rios tributários do Amazonas, "das nascentes á embocadura, sem contar os paranás, que conduzem para ele as águas das lagoas abundantes em toda a bacia."

Aplicando, portanto, os dados censitários colhidos no Uaupés (não obstante seja este um dos rios menos povoados e transitados do Amazonas) isto é, estendendo ás outras zonas a média de 4 habitantes indígenas ribeirinhos por km. de via fluvial, chegamos á cifra de 300.000 indígenas da qual deduziremos os 100.000 que atribuímos á população indígena já incorporada aos agrupamentos civilizados (correspondentes aos 30% da população global, segundo o recenseamento de 1920) para voltarmos aos 150.000 que aventuramos alhures para a população indígena acessivel, ainda não incorpo-

rada áqueles agrupamentos e que correspondem á média de 1.000 índios por tribu ribeirinha conhecida. Se dobrarmos este número, não ficaremos longe da cifra a que se eleva a população indígena mal recenseada pela falta de contacto com os núcleos civilizados do Amazonas.

A rede tributária do Amazonas, compreendida entre o Javari e o Tefé (inclusive), tem um desenvolvimento aproximado de 15.000 km. assim distribuido:

Javari	e tributários.....	3.337 km.
Jandiatuba	—	795 —
Jutaí	—	2.520 —
Juruá	—	7.498 —
Tefé	—	765 —
		—————
Soma.....		14.915 —

São tributários do Javari: o Ituí (com seus contribuintes Itecuari, Novo, Iracema, Restauração, Tigre, Negro, Beija-flor, Mamoriá, Limão, Providência, Branquinho, Paraguassú, Paraguá; *Quixito*, Extrema, Traçuá, Araras, Andiratuba), o Curuçá, o Batam, o Esperança, o Alegre, o Triste o Blake.

Tributários do Jandiatuba: o Alerto, o Catuquina, o Mó, o Jutaizinho, o Preto, o Bacaba.

Tributários do Jutaí: o Curuene, o Mutum, o Upiá, o Inajá, o Flecha, o Maçanari, o Riozinho, o Cutinara, o Patí, o Pajurá.

Tributários do Juruá: o Tarauacá (com seus contribuintes Mururú, *Envira*, Juruparí, Aracá, Curuparí, Juritiparí, Pauini, Missipirá; Saúde, Uacurauá, Gato, Boa Hora; *Itucumã*, Pauini, Cangari, Paraiso, Tigres, Carestia, Cobras, Maloca, Uruburetama; Onça, Cujubim, Amarra, Itamaratí, Tres Bocas, Mungú, Samauma, Ati, Joaci; *Macucáua*, Cupixáua, Oriente, Preto, Dois de Ouro, Itaboca, o Meneruá, o Bereu, o Banana Branca, o Araparí, o Monte do Carmo, o Xiburí; o Eirú (com seu afluente Mourão); o Gregório (com seus contribuintes Bacurí, Mochila, Cujubim, Monte Alegre, Coatá, Corrupião, Lorena), o Mú, o Arrependido; o Riozinho do Leonel (com seus afluentes — Silva, Escondido, São João, Divisa, São Luiz); o Corumburú, o Hudson, o Moa, o Juruá-mirí, o Amônea, o Assaituba, o Campinas; o Ipixuna (com seus contribuintes — São Francisco, Negro, Raivoso, Aurora, Quatro Barrancas, Paraná), o Copingo, o Mamorí, o Ipoca, o Carababo, o Pucá, o Jaraquí, o Paraná do Breu.

Tributários do Tefé: o Coró, o Surubí, o Itanga, o Ingá, o Abio, o Socó, o Maravilha, o Arabauá, o Teaní, o Curumitá.

Dentre os mencionados tributários do rio mar, merecem destaque, pela extensão do curso:

NA BACIA DO JAVARÍ

o Javarí	1.522 km
o Curuçá	300 "
o Ituí	260 "

o Itecuari	250 km.
o Quixito	120 "
o Novo	100 "
o Negro	100 "
o Branquinho	100 "
o Paraguassú	100 "

NA BACIA DO JANDIATUBA

o Jandiatuba	350 "
o Jutaizinho	75 "

NA BACIA DO JUTAÍ

o Jutaí	1.200 "
o Riozinho	260 "
o Upiá	250 "
o Mutum	200 "
o Maçanari	150 "
o Patí	150 "
o Cutinara	120 "
o Pajurá	75 "
o Curuene	70 "

NA BACIA DO JURUÁ

o Juruá	3.283 "
o Tarauacá	280 "
o Envira	200 "
o Ipixuna	200 "
o Gregório	200 "

o Eirú	180 km.
o Itecumã	140 "
o Paraná Breu	130 "
o Juruparí	100 "
o Amarra	100 "
o Acurauá	85 "
o Riozinho do Leonel.....	80 "
o Atí	75 "
o Campinas	75 "
o Macucáua	65 "
o Coatá	60 "

NA BACIA DO TEFÉ

o Tefé	500 "
--------------	-------

Encerrando estas sucintas considerações em torno da demografia do Amazonas, não hesitaremos em concluir, sem embargo da falta de dados positivos em que possamos firmar nossos assertos, que se contam, naquele Estado, para 10 km² da zona rural:

índios arredios.....	2
índio civilizado.....	1
branco ou mestiço.....	1

Nesta proporção, a população global do Amazonas já se eleva a cerca de um milhão de

habitantes, tendo em vista os dados de 1920 e o crescimento anual médio de 10.000 indivíduos:

população rural.....	726.551
população urbana.....	104.300
acresc. em 17 anos.....	170.000

Total..... 1.000.851

A população civilizada do Amazonas ultrapassaria facilmente meio milhão com o reforço que lhe poderiam levar as correntes imigratórias nordestinas, convenientemente estimuladas por um empreendimento de colonização nacional de grande envergadura.

Se 1 % da população do Nordeste se transmigrasse para o Amazonas, teríamos o importante contingente de 100.000 sertanejos afeitos ao clima amazônico.

Mas os agrupamentos indígenas, florescentes e numerosos, continuarão sua lenta evolução para a civilização integral, sob o peso do infortúnio que lhes acarreta a necessidade do convívio crescente com indivíduos mais adiantados, que se aventuram até suas tranquilas

tauas, movidos pela ambição, atraídos pelas indústrias faceis, friamente indiferentes aos seus sofrimentos físicos e morais, até que a grande massa dos Brasileiros dignos da Pátria do Cruzeiro, a Nação e os Governos, as classes Armadas e o Povo, a Ciência e as Letras nacionais, num assomo de sadio nacionalismo, congreguem seus esforços num grande empreendimento nacionalista e humanitário, para investir de uma vez por todas os problemas jacentes do Brasil Central e, num ressurgimento do Treze de Maio, proclamem a redenção dos dois milhões de Brasileiros, filhos das selvas, que, escravos da ignorância, vítimas de deshumanos preconceitos, vêm procurar, retardatários de meio século, seu lugar sob a égide da Lei Áurea.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

- Corografia do Estado do Amazonas (Agnelo Bittencourt).
Recenseamento do Brasil (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Diretoria Geral de Estatística) — 1922.
- Mapa do Estado do Amazonas — Escala — 1:2.000.000 (Engenheiros Lourival Alves Muniz e Antenor Rocha — 1926-29).

VII

COLONIZAÇÃO NACIONAL

Dissemos que o Brasil já não é o país de imigração do começo do século. Completemos a ousadia afirmando que o povoamento do interior do País é atualmente um problema de migração nacional ou, usando a expressão em voga — um problema de reajustamento demográfico.

Particularmente, no que interessa aos sertões do Brasil Central, parece-nos desnecessário insistir na inconveniência do povoamento por massas estrangeiras, qualquer que seja a raça, sem um enquadramento concomitante e proporcional de elementos nacionais civilizados e um estágio dos imigrantes estrangeiros nos centros populosos do Litoral.

O problema do povoamento da Interlândia Brasileira é, pois, um problema de migração, de reajustamento demográfico.

Se dessemos um balanço em nossas possibilidades em homens e terras, não ficaríamos, talvez, longe destas conclusões: somos, já, um povo de 48 milhões de almas; admitindo o aumento anual médio de 800.000 indivíduos, estaremos, em 15 anos, perto de 60 milhões; se excluirmos, no cômputo de nosso patrimônio territorial, a Cordilheira Marítima, os pantanais, o mar doce, a faixa árida do Nordeste, as zonas insalubres, cujo saneamento importaria na realização de obras de engenharia fóra de nossas possibilidades atuais, resultará para o Brasil um território util bem proporcionado áquela população.

Quando se agitam, entre nós, modernamente, questões relativas ao povoamento, sentimos, através da opinião pública, a saturação causada pela política de imigração ainda em prática, mercê da aceitação que lhe proporcionou a adopção oportuna. E a estatística demonstrará que o fenômeno demográfico da saturação já se vai esboçando nos Estados po-

pulosos do Sul, exatamente naqueles que mais aproveitaram a política de imigração — o Rio Grande do Sul e São Paulo.

O Rio Grande do Sul com sua grande população colonial de quasi 1 milhão de indivíduos com o aumento anual médio de cerca de 25.000 almas, vai-se tornando um viveiro de agricultores para os Estados vizinhos.

Apesar de haver cessado a imigração em levas, auxiliada pelo Governo do Estado, desde 1914, acentua-se de ano para ano uma corrente emigratória gaucha para os Estados do centro-sul e para Mato-Grosso.

As condições de aquisição de terras mais favoráveis, estabelecidas por empresas particulares, nos Estados de Paraná e Santa Catarina, atraem os colonos riongrandeses para estes Estados.

O Sul de Mato-Grosso é outra zona de atração de Riograndenses. Uma corrente de Gauchos aumenta, constantemente, a colônia da Vacaria matogrossense, onde os Gauchos se dedicam á pecuária e ao comércio.

Outra corrente emigratória constatamos, no Rio Grande do Sul, em 1930, na fronteira

da República Argentina, através dos portos do alto Uruguai — uma corrente de Alemães e Eslavos, atraída pelos trigais argentinos.

Naquele ano, o Rio Grande do Sul mobilizava suas últimas terras devolutas, no norte, no vale do alto Uruguai e na Região Serrana, colocando colonos nacionais, entre os quais sobressaia a descendência dos imigrantes Europeus, que constitue o importante contingente anual de cerca de 5.000 colonos.

A população do Rio Grande do Sul foi calculada, em 1927, em 2.612.500 habitantes. A densidade de população do Estado gaúcho era, naquele ano, de 9,85 hb/km².

A população válida se distribuía pelos diversos ramos de atividade na seguinte proporção:

agricultura	53,51 %	
artes e ofícios	21,99 %	
comércio	10,70 %	
pecuária	6,20 %	..
funcionalismo	5,03 %	
indústrias	1,31 %	
profissões liberais	1,23 %	

Em 1929, a população gaucha foi orçada em.....
2.723.400 habitantes. Constatou-se, pois, o aumento
anual médio de cerca de 60.000 indivíduos.

A densidade de população do Rio Grande do Sul,
segundo dados publicados pela Repartição de Estatística
do Estado, em 1931, era

	até 10	hb/km ²	em 44	Municípios
de	10 a 20	"	em 12	"
de	20 a 30	"	em 19	"
de	40 a 60	"	em 5	"
de	186	"	em 1	"
de	638	"	em 1	"

As maiores densidades de população foram verifica-
das nos Municípios de Porto Alegre e Novo Hamburgo
(638 e 186 respectivamente).

Seguiram-se em ordem de densidade decrescente os
Municípios de Montenegro, Garibaldi, Bento Gonçalves,
Alfredo Chaves e Lageado (40 a 60 hb/km²); Gravataí,
Santo Antônio, Taquara, São Leopoldo, São Sebastião do
Cai, Caxias, Nova Trento, Antônio Prado, Prata, Gua-
poré, Estrela, Taquarí, Triunfo, Venâncio Aires, Santa
Cruz, Candelária, Rio Grande, Jaguarí e Ijuí (20 a 40
hb/km²); Boa Vista do Erechim, Passo Fundo, Encan-
tado, Rio Pardo, Cachoeira, São Sepé, São Gabriel, São
Lourenço, Pelotas, Canguçu, Viamão e Conceição do
Arroio (10 a 20 hb/km²).

As maiores densidades de população do Rio Grande
do Sul, foram, pois, verificadas não somente nos gran-

des centros industriais do Estado como também nos Municípios da Serra e notadamente nos vales do Caí, do Taquarí, do Rio das Antas (alto Taquarí) e de seu grande tributário — Guaporé, isto é, na zona agrícola por excelência.

São Paulo, com seus 8 milhões de habitantes, será dentro em breve outro celeiro de homens para os Estados do centro-sul. O grande desenvolvimento industrial de São Paulo, permitindo aglomerações humanas mais numerosas, tem retardado, aqui, a emigração em massa. Pouco a pouco, ir-se-ão estabelecendo as correntes emigratórias as quais ao primeiro incentivo se encaminharão para Goiaz e Mato-Grosso, seguindo as vias de penetração — a Mogiana e a Noroeste.

A seleção individual de trabalhadores, inaugurada no grande Estado bandeirante, depois do movimento constitucionalista de 1932, é o prenúncio dessa nova era econômica, que consistirá no reajustamento demográfico pelo combate ao urbanismo sedutor do sertanejo. Dificultando, pela seleção, a vida do trabalhador nordestino, nas cidades e mesmo nas fa-

zendas, São Paulo, pioneiro mais uma vez de um movimento progressista nacional, contribuirá para aquele reajustamento que só poderá acarretar efeitos benéficos para a economia brasileira, pelo aproveitamento mais judicioso do território e pela solução espontânea dos falsos problemas de trabalho que as grandes aglomerações humanas da zona litorânea estão criando, prematuramente, para o País.

Entraram no Estado de São Paulo de 1827 até Junho de 1937, 2.943.407 imigrantes.

Desse total eram :

italianos	943.410
brasileiros	531.291
portuguêses	414.277
espanhois	386.786
japoneses	179.520
diversos	488.146

No primeiro semestre deste ano, os nacionais dos outros Estados, notadamente do Nordeste, apresentam o maior contingente: 36.457.

No ano de 1936, entraram no Estado de São Paulo 72.497 imigrantes, (57.643 brasileiros, na maioria do Nordeste, e 14.854 estrangeiros).

Em 1935, registrou-se em São Paulo, a entrada de 71.980 imigrantes, dos quais 57.421 (80 %) foram destinados á lavoura. Os japoneses representavam 10 % do total dos trabalhadores encaminhados á lavoura, em 1936. (Dados da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração).

Os Estados do Nordeste são de ha muito Estados de emigração, por influênciã das condições de vida, cada vez mais agravadas pela reduzida extensão de terras ferteis, pela incidência dos flagelos climatéricos e pelo aumento consideravel da população, graças á proliferação.

O Nordestino é um vencedor na Amazônia. Afeito aos mistéres das indústrias extractivas e da agricultura, ele prospera facilmente, apesar das dificuldades que, atualmente, encontra para a instalação. Nos povoados insalubres e decadentes da Amazônia, entre as populações indígenas civilizadas, nas aldeias ribeirinhas dos altos rios, nas raias setetrionais do País, encontram-se aqueles atletas deselegantes, irradiando energia e brasilidade, isolados, resignados, estoicos, nunca vencidos. Para viver, fazem-se índios, incorporando-se ás

tribus pelo casamento, adoptando seus hábitos, aprendendo suas línguas indígenas, tomando parte nas suas alegrias e nos seus sofrimentos, para receber em retribuição o prestígio da afeição sem limite com que o índio consagra o amigo sincero.

“Posto indígena do Querarí — 7 Dezembro 1932.
...Li, hoje a carta mais original que já me veio ás mãos.
Aqui vai copiada *ipsis litteris*:

“Exmo. Snr. Capm.

“Meu Capm; como eu tenho sirimonha di falar com Vmce pessoalmente; diriço-me por mei o di estas linhas, eu fazendo vêra a meu Capm que — sor um homem pôbre já a 2 anos que nada tenho feito por falta di a limentos; i tenho ma familia, i a diante ms em dirma, assim pessolhi a meu Capm que mi dê trabalhos em vossa companhia ps sou um homem pa qualquer trabalho di esta terra lhi a siguro que mce gostara do meu bom módo ps penço em que vmce nerte sentido não fará o que não quisér.

Nada ms sou

Per^{me} M^{to} Attz^o Cr^o.

R... C...

Hoje mesmo, Raimundo foi incluído entre os meus remeiros. ... Raimundo é um cearense magro, alto,

branco, tipo de sertanejo do Nordeste, dos que a miragem do ouro negro atraiu para a floresta amazônica. Pálido, sêco, mascando sempre um cigarro entre os dentes enegrecidos, serviçal, atencioso, vai prestando bons serviços na turma. É, como diz na carta, "homem para qualquer trabalho desta terra". Não sei como pôde conciliar a caligrafia relativamente boa com aquela extravagante *ortografia*". (Diário do reconhecimento do Rio Querarí — 1932 — F. A. R.).

A colonização da Amazônia pelo Nordeste já se processa, pois, lentamente, arrostando dificuldades. Ao primeiro bafejo oficial, coordenadas as correntes migratórias, o êxito do empreendimento estaria assegurado. Desde que se preparassem núcleos coloniais para receberem os itinerantes, como se faz no Sul com os imigrantes estrangeiros, ter-se-iam retirado os últimos óbices para que se estabelecesse esta migração nacional de duplo efeito benéfico; pois, representaria a felicidade das populações sofredoras do Nordeste e o progresso do Brasil Central.

O problema do índio ha de ser resolvido pela assimilação das populações indígenas.

Os métodos de proteção e assistência aos aborígenes que consistem na organização de aldeias ou colônias de populações exclusivamente indígenas, segregando-as do contacto com elementos nacionais mais adiantados, contribuem para o retardamento da incorporação do índio á sociedade, mantendo nas tribus a primitiva mentalidade, fazendo-as viver sob o regime tradicional mantido pela autoridade dos tucháuas e paiés.

A assimilação do índio dar-se-ia espontaneamente pela mescla de sertanejos civilizados com as tribus já acessíveis, em núcleos coloniais que substituiriam, sucessivamente, as táuas e os povoados retrogradados do Sertão, já atraindo os agrupamentos indígenas doces para os núcleos civilizados, já permitindo a instalação de famílias nordestinas junto ás táuas que, por sua localização e pela índole de seus habitantes, se prestassem á transformação progressista.

O reservista seria o terceiro elemento dos novos agrupamentos sertanejos. Com o espírito de disciplina que leva da caserna, iria ga-

rantir a ordem nos núcleos coloniais, recebendo ao mesmo tempo, com a posse da terra e a colocação, a recompensa do serviço prestado á Pátria.

Cessaria deste modo o inconveniente do extravio de sertanejos, nos centros populosos do País, como se verifica, hoje, com o serviço militar. Extraviam-se, anualmente, nos centros da faixa litorânea cerca de 30.000 sertanejos, que se incorporam, voluntariamente, ás fileiras e, findo o ano de serviço, são licenciados nas guarnições. Atraídos pelo conforto das cidades e pela relativa facilidade de colocação, á falta de um incentivo que os faça regressar ao Sertão, os reservistas sertanejos se deixam ficar nos grandes centros ou empreendem ao acaso longas viagens pelo País, ao deixar o serviço militar, sob pretexto de fixar residência em outras terras, dando expansão ao cinematismo atávico.

“Santa Isabel (Rio Negro — Amazonas) — 15 Março 1933. ...Chegamos, ao entardecer, ao porto de Santa Isabel, depois de tres dias de viagem com escala e pousada em dois portos pobres e tristes desta seção do Rio Negro compreendida entre a vila de São Gabriel e

o porto de Santa Isabel, onde começa a navegação regular a vapor do grande afluente do Amazonas.

Um soldado pernambucano do destacamento de Cucuí baixava com toda a família — mulher e seis filhos, entre um e nove anos. Conheci-o no Colégio Salesiano de São Gabriel, quando me procurou para se apresentar e pedir facilidades de transporte, pois, baixava sem recurso para Manáus por doença da mulher.

Quando a lancha “Auxiliadora”, em que viajava o soldado, atracou ao barranco de Santa Isabel, saltou em terra aquele, manobrando a pequena família com vozes quasi de comando.

Instalou-se a família no trapiche, sob o longo tecto de zinco, entre pilhas de mercadorias, que aguardavam embarque, e bancos de madeira em que moradores do lugar palestravam ainda, assistindo á manobra das lanchas, enquanto esperavam a chegada da chata da Amazon e do gaiola de J. G.

Em poucos minutos, surgiram dos sacos de viagem redes que se cruzaram armadas. A minúscula esquadra de soldadinhos de Cucuí, manobrada pelo pai, aprontava-se para o recolher, naquele pouso de uma noite. A mulher, sentada numa rede, com um pequerrucho ao colo, secundava o marido nas recomendações, como fala de baiana.

Concluidos os preparativos, os cinco pequenos — meninos e meninas — formadinhos no barranco, ao mando do pai, quais escoteiros desuniformizados, cantaram o Hino Nacional e, sob os olhares comovidos e surpresos

da pobre assistência que lhes proporcionara o acaso, naquele anoitecer do Rio Negro, foram se acomodar em silêncio, como se tivessem apenas cumprido o último dos deveres quotidianos, prestando aquele culto á grande Pátria, cujo serviço os levara a tão longes terras, a arrotar climas e privações". (Diário do reconhecimento do Rio Querarí — 1932 — F. A. R.).

Ha, nos Estados que se beneficiaram com a imigração estrangeira em massa, especialmente em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal, um grande número de colonos disponiveis — alemães, italianos, eslavos, japonêses e de outras nacionalidades — que poderiam ser encaminhados para o Sertão. Seriam o quarto elemento dos núcleos coloniais do Brasil Central, a cujos agrupamentos humanos iriam levar a colaboração de sua experiência, com o espírito progressista, a perseverança e a operosidade que os caracterizam. Procedentes dos centros nacionais, depois de um estágio no País, já de posse da língua e dos hábitos brasileiros, em nada prejudicariam o carater nacionalista do empreendimento.

A propósito do valor econômico do índio, têm curso, no Brasil, dois conceitos contraditórios:

- o índio é um forte
- o índio é um indolente.

O conhecimento imperfeito, em qualquer ordem de coisas, se manifesta primeiro pelo espírito de generalização.

Para a maior parte dos Brasileiros, o índio se afigura sempre com as flechas e adornos com que costuma apresentar-se em seu estado primitivo. Aliás, para esse conceito têm contribuído, com a melhor das intenções, os escritores, os fotógrafos e cinematografistas que procuram romancear a vida das selvas, apresentando as tribus ao público, de preferência nos dias festivos daquelas.

A população indígena está, naturalmente, escalonada em diversos graus de civilização. Dos 2 milhões da população global, não seria exagero destacar 10 % ou 200.000 índios, que representam o contingente que atingiu a mentalidade do colono. Estes adoptam os hábitos civilizados, comerciam com as populações civilizadas vizinhas ou vivem em aldeias ar-

ruadas, com pretensões a vila. Ainda assim, encontrados vestidos, trabalhando em suas roças, vivendo em casas higiênicas e bem feitas, os amadores fotógrafos excursionistas fazem-n'os despir os trajes civilizados e envergar as acangataras para, ao som de bombos e carijos, reviver as tradições coreográficas da tribo, soprando em compridos puraquís e sapa-teando no mesmo ritmo com que seus antepassados recebiam os capitães-generais.

Julgar o índio pelo aspecto festivo da vida destas tribus equivale a julgar o civilizado por seu carnaval. O índio também costuma fantasiar-se de... índio.

A indolência e o vigor físico são estados incompatíveis no mesmo indivíduo. Indolente um homem que vive em luta contra a natureza, um vencedor, um forte?

O índio é um **sportman**; tem a paixão do movimento; seu cinematismo tem dois movéis — o dinamismo e a indústria. Vivendo da caça e da pesca, o índio, desde a infância, se apaixona pelos desportos venatórios, que lhe dão o sustento. A vida das tribus se subordina às condições impostas pela indústria.

Quando escasseia o peixe ou a caça, movimenta-se a tribo, em procura de outros vales de seus domínios tradicionais. Com o progresso da civilização, desenvolve-se a agricultura. As migrações se fazem com menos frequência. Radicam-se as tribus ao solo, em táuas que varam anos. O nomadismo passa da tribo para a família. Acompanhado pela mulher e pelos filhos, com seus cherimbabos, o índio anda léguas, tratando de negócios, caçando, pescando.

A dança é outro derivativo que o índio encontra para sua paixão de movimento. Na vida das tribus, tudo é pretexto para dançar. Não passa semana sem que se reünam tribus amigas para beber e dançar. E as dansas comecem ainda com dia e se prolongam noite a dentro e dias seguidos.

Como remeiro, a resistência física do índio é inexcedível. O índio rema horas a fio, de sol a sol, sem aparentar cansaço.

“Taraquá — 4 Dezembro 1932. ...Estou viajando de canoa pelo Rio Uaupés, ha uma semana. Hoje é domingo; por isso fiquei no acampamento de sábado, em

Taraquá, para dar descanso a meus homens, fatigados de tanto trabalho que tiveram com as nossas quatro canoas, arrastando-as sobre as pedras, nos varadouros das cachoeiras, empurrando-as de dentro d'água, nas corredeiras, ou levando ás costas toda a carga, nos trechos em que a navegação é impossivel.

Meus índios trabalham sempre alegres. Atiram-se n'água sem esperar que se mande, quando é preciso. Se cbove, ficam todos molhados, tiritando de frio; mas não se queixam. Esperam chegar ao pouso para se aquecerem junto ao fogo.

Hoje, estão todos satisfeitos, descansando. De manhã ergueram um mastro para a bandeira, defronte de minha barraca. Passaram o dia aos grupos, pescando uns, lavando roupas na praia ou nadando outros. O Uaupés, aqui, é largo e tranquilo.

Ao meio-dia, brusco temporal encerrou a linda manhã de sol que tivemos. O vendaval que trouxe a chuva quasi leva minha baraca. Meus Tarianos acudiram solícitos e joviais; enquanto uns, por dentro, seguravam a lona, outros amarravam melhor os esteios da armação com cipó.

Depois da chuva, fui solicitado para tres batizados, na maloca. Já tenho, com os de hoje, quatro afilhados índios — Joaquim (Tariano), Paulina, Henrique e Matias (Uananas). Matias é grande, já tem dois anos (e foi o que mais chorou). Os outros são pequeninos. Meus compadres Uananas vieram me pedir que tocasse vitrola. Prometi-lhes para a noite uma "hora musical".

Quando escrevia, uma indiazinha de oito anos veio me vêr, na barraca. Entrou confiante e se aproximou de mim, como se quisesse lêr o que eu escrevia. Parecia uma mulherzinha, de saia de chita comprida até os pés, sem casaco. Trazia ao pescoço um colar de contas azues. Correspondeu alegremente ao carinho que lhe fiz, com um sorriso e um olhar meigo”. (Carta a meus filhos — Diário do reconhecimento do Rio Querarí — 1932 — F. A. R.).

Com prazer inserimos, a seguir, as páginas de veemente defesa do índio brasileiro, de L. B. Horta Barbosa, encerrando as presentes considerações em torno do valor econômico do índio.

“Em 1778, Domingos Alves Branco, em seu “Plano sobre a civilização dos Índios do Brasil”, entendia que só á incomparavel viveza dos selvícolas e aos seus conhecimentos de ervas medicinais se devia o bom êxito dos trabalhos de exploração e de estudo dos cosmógrafos portugueses, ao longo das costas e no interior do País.

“João Mendes de Almeida, nas suas “Notas Genealógicas”, escreveu: “A verdade é que os pobres indígenas do Brasil, que foram os verdadeiros construtores das cidades e das povoações após a descoberta, e sem os quais os Portugueses teriam perdido a conquista, pois que eram impotentes para a colonização de tão vasto território, e

ainda mais impotentes para o defenderem dos Francêses, dos Holandêses, dos Inglêses, a verdade, dizemos, que os indígenas do Brasil não mereciam dos Portuguêses sinão o rigor e o mau trato, e, por sobrecarga, o desprezo dos próprios que deles descendem e que consentem no apagamento de todos os sinais de sua natural procedência.

“Ainda por mofina, não têm faltado escritores brasileiros que em vez de reerguerem pela verdade histórica o indígena, hão preferido aceitar e afirmar todas as apreciações falsas dos Europeus que os vieram explorar!

“Foram com efeito só os índios os edificadores das igrejas, dos conventos, dos hospitais, dos palácios, das fortalezas e dos armazens reais. Os governadores e os capitães-móres não conheceram outros operários nas obras públicas. Mesmo os particulares obtinham para seu serviço doméstico índios *livres*. Inúmeras cartas régias dão testemunho desses fatos.

“Azeredo Coutinho, nas obras do bispo d’Elvas, diz: “A conquista do Espírito-Santo foi devida a Tibiriçá; a da Baía, a Tabira; a de Pernambuco, a Itagiba e Piragibe, que foi premiado com o hábito de Cristo e tença; a do Maranhão, a Tomagica”.

“E Gonçalves Dias acrescenta:

“Eles foram o instrumento de quanto aqui se praticou de util e grandioso; são o princípio de todas as nossas coisas; são os que deram a base para o nosso carater nacional, ainda mal desenvolvido, e será coroado das nossas prosperidades o dia de sua inteira reabilitação”.

“Esse é o depoimento da história verdadeira, a qual poderia aqui falar por centenas e centenas de páginas, se quisesse minudear o concurso do Índio na formação da Pátria Brasileira, na dilatação e conquista do seu território para além da Linha de Tordesilhas, até o sopé da Cordilheira dos Andes; na opugnação á conquista holandêsa e até contra a invasão paraguaia, durante a qual a Defesa Nacional viu desenrolar-se um dos seus mais épicos episódios, na resistência oposta pelos Terenas na passagem do Aquidauana.

“O concurso do índio ha de ser procurado, não no desenvolvimento de nossas cidades modernas, nas calçadas de suas avenidas gloriosas, no brilho das nossas obras literárias e científicas; mas sim no interior do País, no desbravamento dos sertões e na sua preparação para receber o homem civilizado, o Europeu ou o seu descendente.

“Os Tapuias, escreveu E. Réclus, na obra já citada, eram, antes da introdução do vapor no Amazonas, os intermediários de todo o comércio, os guias de todos os viajantes. E quantos rios não ha ainda no nosso País, nos quais os transportes e as viagens só se fazem á custa do esforço, do trabalho e da habilidade dos índios?

“Quando o General Rondon, ainda no posto de capitão, teve de enfrentar as dificuldades da travessia do pantanal, de São Lourenço a Taquarí, na construção da linha telegráfica entre Cuiabá e Corumbá, venceu-as graças ao concurso voluntário e decisivo dos índios Borôros, que lhe forneciam turmas de trabalhadores para a aber-

tura de picadas, levantamento e fixação de postes, esticamento de fios, transportes, caçadas para abastecer de carne os acampamentos, e numerosos outros serviços próprios a tão grande cometimento. Antes disso, outros profissionais de reconhecida e incontestável competência, haviam julgado impraticável aquela obra, dada a natureza do solo, os famosos alagados do Paraguai.

“Não é legítimo admitir-se, com o General Rondon, que o concurso do índio foi o fator que faltou áqueles profissionais, e que a sua introdução representa por muito a móla do sucesso depois verificado, ou antes, que representa tudo quanto podia concorrer para esse sucesso, além das qualidades individuais do chefe?

“Anos depois, vamos encontrar esse mesmo grande Brasileiro a afrontar as asperezas, os perigos e os riscos do descobrimento do Juruena e da travessia do Sertão, nessa época ainda desconhecido, que se alonga desde a crista da Serra dos Parecís até as margens do Madeira. Para tão árdua empresa, conta ele com o auxílio dos Parecís, que lhe fornecem no velho Uassá-Curiri-Guassú, o guia que o leva ao Juruena, e depois concorrem para salvar a expedição, abastecendo-a de alimentos, quando ela volta exausta de cansaço e privações.

“No ano seguinte, torna o moderno desbravador de sertões a enfrentar o desconhecido; transpõe o Juruena e descobre a Serra do Norte, palmilhando para isso a terra coberta de aldeias dos aguerridos e hostis Nhambiquaras. Um outro Parecí, Toloirí, é o guia ou explorador de vanguarda. Todas as manhãs parte sozinho; em-

brenha-se pelos trilhos ou caminhos de índios, na direção do poente, á tarde volta, trazendo claras e detalhadissimas informações sobre os accidentes, os obstáculos e os meios de contorna-los, do terreno que tem de ser palmilhado pelos expedicionários, no dia seguinte. Traz, além disso, pesada carga de peças venatórias que constitue valioso, imprescindivel elemento de subsistência para Rondon e seus comandados.

“Mais um ano, e nova investida contra o Sertão, desta vez para atravessa-lo definitivamente, até sair no Madeira. Logo no princípio da expedição, morre Toloirí: perda imensa, que Rondon deplora em palavras sentidas, repassadas de saudade e de reconhecimento pelos serviços que lhe prestou o índio. Levanta-se um terceiro Parecí, e jovem chefe Libânio Coloizorecê, que toma o posto em que tanto se distinguiram os seus dois predecessores. Esse termina o reconhecimento do Sertão e vem com Rondon, pelo Amazonas e pelo Oceano, á Capital da República, que o teria de revêr mais de 10 anos depois, á testa de um troço de guerreiros de sua tribo, trazendo-lhe, no audacioso e empolgante zicunatí, o concurso do índio aos festejos do centenário de nossa Independência. Cumprida a mensagem, a morte colhe-o em meio da enorme caminhada de regresso aos seus campos nativos e ás suas aldeias.

“Por todos os Sertões em que o índio vive, nós o encontramos como nos casos acima apontados, pronto a secundar-nos com seu trabalho, com seu esforço e experiência, e com seus meios de ação e de subsistência, na

verdade parques, mas eficientes. Ainda agora, a Comissão Rondon, por um dos seus mais perseverantes auxiliares, o Major Nicolau B. Horta Barbosa, acaba de esticar o fio telegráfico, na extensão de 360 quilómetros, de Campo Grande a Ponta Porã, na fronteira do Paraguai, tendo como trabalhadores índios Terenas e Caiuás. Os mesmos Terenas e os Cadiuós forneceram importantíssimos contingentes de trabalhadores para a construção da Estrada de Ferro Noroeste, na parte que vai de Tres Lagoas a Porto Esperança. Os Caingangs paranaenses prestaram análogo concurso para a construção da estrada estratégica de Porto União á cidade de Palmas, e deles escreveu distinto official, que os teve sob sua direção nessas obras: “ao lado de trabalhadores alemães, polacos, italianos, russos, argentinos e paraguaios, foram considerados ótimos trabalhadores. Eram os melhores trabalhadores de terra”. Sem os Uapichanas e os Maçuxís, não ha navegação no alto Rio Branco e nos seus afluentes, nem rodeio nas fazendas nacionais e particulares daquelas regiões. São esses índios os campeiros daqueles rebanhos, atualmente avaliados em mais de 200 mil rêses, assim como são os únicos lavradores e fornecedores de produtos agrícolas á população da chamada Guiana Brasileira.

“A estes exemplos, quantos outros não se poderiam juntar? Mas tambem, quanto não ficaria a relação que assim se fizesse, por mais extensa que fosse, abaixo da realidade? E o que não teria de imperfeito e de superficial a representação que por ela se quisesse esboçar do

concurso prestado pelo índio para a formação da Pátria Brasileira e para o progresso da civilização no nosso território e na nossa população?"

E qual a arte, o ofício ou o gênero de atividade que ainda se não conseguiu que aprendessem e exercessem com proveito? Como trabalhadores de machado não encontram quem os iguale entre os machadeiros de todas as origens; como canoeiros, navegadores de rios, são inigualáveis; como campeiros de gado, alcançam e excedem os nossos mais reputados boiadeiros do Norte e do Sul; como lavradores, adaptam-se a todos os gêneros de cultura: no Sul o trigo, em São Paulo o café, no Norte o algodão e por toda parte o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, a cana de assucar, etc. Se lhes fornecemos escolas, como as que o Serviço mantém nas povoações indígenas e em certos postos, com facilidade aprendem a lêr, escrever e contar. As suas mulheres aprendem a coser a mão e a máquina, e elles ajeitam-se aos trabalhos dos motores a vapor, das serrarias mecânicas, dos maquinismos de beneficiamento de cana, de café, de mandioca, de algodão e de cereais. Se o ensejo se lhes oferece, ei-los tripulantes, foguistas e pilotos de embarcações a vapor ou a gazolina. Tornam-se ferreiros, carpinteiros, seleiros, alfaiates, enfim officiais de qualquer profissão elementar que se lhes queira ensinar. Extratores de erva-mate, de óleo de copaíba, de poaia, de castanhas, de caucho e de numerosos outros productos florestais, transformando-se em trabalhadores de construção e de conservação de estradas de ferro e de rodagem, ou de linhas telegráficas.

Com a mesma facilidade, aprendem a arte de manipular os aparelhos Morse, para receber e expedir telegramas. Na grande linha de Cuiabá a Santo António do Madeira, o General Rondon já formou 10 telegrafistas, tirados do seio da nação Parecí; desses uns estão empregados como praticantes, outros como profissionais de classe. A Estrada de Ferro Noroeste, na seção de Mato-Grosso, emprega dois telegrafistas Terenas; um outro é praticante na linha recém-construida de Campo Grande a Ponta Porã. E até como professores, dactilógrafos e ourives ha exemplos deles se applicarem com successo; a Diretoria de Índios possui bijuterias de prata feitas por índios Terenas, do Posto de Proteção do Bananal". ("Pelo Índio e pela sua proteção official").

VIII

A MISSÃO DO EXÉRCITO

Ha, no Brasil, serviços públicos que só o Exército pôde empreender com probabilidade de êxito e levar a termo com proveito para a Nação. Estão nesse rol os serviços que interessam os Sertões.

Os trabalhos que se prendem ao desenvolvimento do Brasil Central, pelo desconforto que o meio sertanejo lhes imprime, exigem de seus executores qualidades morais e físicas especiais, a par de um espírito de organização e disciplina e, por vezes, de renúncia que, em geral, não se encontra fóra das Classes Armadas.

A evidência de nosso primeiro asserto está nos fatos. Se acompanharmos em retrospectão os empreendimentos sertanistas, desde o Império — abertura de vias de penetração, colo-

nização, construção de linhas telegráficas, demarcação de fronteiras, explorações geográficas, etc. — concluiremos por certo que, daqueles empreendimentos, somente os que foram confiados ao Exército ou á Armada lograram êxito e se traduziram em obras duradouras.

Assim, inversamente, os trabalhos que o Exército não empreendeu, como certos serviços federais civis encetados e deixados em meio ou mal sucedidos, com grave dano para a fazenda nacional, continuarão á espera da iniciativa militar ou de um ressurgimento do espírito bandeirante que suplante, ainda oportunamente, o crescente urbanismo que, a pouco e pouco, vai absorvendo preciosa parcela das forças vivas nacionais.

Compreendendo a necessidade de sua intervenção na vida econômica nacional, o Exército aceitou com entusiasmo os encargos complementares que a tradição sancionou, fazendo da grande instituição armada o obreiro máximo do progresso, um Exército construtor.

Estava aliás o Exército, aceitando os encargos de progresso e dando ás missões paci-

ficas o mesmo devotamento que lhe merece o serviço da Pátria, perfeitamente coerente com seu juramento. Guardião nato da integridade de uma Pátria em formação, o Exército se faz obreiro da integração nacional, moldando em seus quartéis o tipo moral do Brasileiro, incutindo-lhe a noção da grande pátria e investindo os problemas que se prendem á obra de consolidação nacional, penetrando as extensões territoriais que jaziam desconhecidas e abandonadas, desde a conquista do Continente, levando ás populações indígenas arredias o conforto da solidariedade nacional e trazendo á Nação o conhecimento de suas próprias riquezas.

Na quadra que atravessamos, a Nação tem a atenção voltada para seu Exército, nele deposita quasi todas as suas esperanças. Cumpre ás novas gerações militares compreender sua complexa missão social, prosseguindo no mesmo trilho que tem sido perlustrado por seus maiores.

O sertanismo, o amor ao Sertão, o espírito bandeirante será a virtude a acrescentar ao catecismo do soldado brasileiro, como comple-

mento indispensavel de sua formação moral, afim de que o Exército continue, coerente com seu passado, a servir á Pátria como se fizer mistér, na guerra como na paz, sem medir sacrificios, sem tergiversar diante da extensão destes ou em vista da natureza dos trabalhos a empreender.

O Exército Brasileiro deve ser o Exército politécnico de que a Nação carece para ultimar sua própria formação. Pois, aceite o Exército mais este setor de ação — o setor econômico, o setor sertanista.

* * *

Nos primeiros anos da República, lançaram-se pelos Sertões, sob a atração do atavismo, as Comissões militares desbravadoras, num ressurgimento do espírito bandeirante, iniciando uma era de empreendimentos sertanistas que haveria de consagrar o Exército Brasileiro como fator incontestavel de progresso social e econômico.

Não chegaram a dois quarteis de século os anos transcorridos, nesse afã patriótico de

construir e desbravar o Brasil Central. Mas a obra realizada vale dois séculos de vida nacional; e a geração de soldados que a empreendeu e levou a termo, com a tradicional galhardia militar, chegou ao limite do que é lícito esperar da atividade pública do cidadão, deixando lançadas as bases de uma grande obra e civilização.

Entre as medidas precursoras da nova era de empreendimentos militares concernentes á reorganização das Forças de terra, o Governo Provisório houve por bem incluir, em 1934, a Inspeção Especial de Fronteiras e, ao definir a missão deste novo órgão do Estado-Maior do Exército, traduziu o patriótico intento de prosseguir a obra de integração nacional empreendida pela Comissão Rondon.

Na verdade, os encargos atribuídos á Inspeção Especial de Fronteiras valem por um programa econômico de elevado alcance social e nacionalista.

“Á Inspeção Especial de Fronteiras, subordinada ao Chefe do Estado-Maior do Exército, cabe:

— tratar das questões relativas ás fronteiras da Amazônia e do Noroeste de Mato-Grosso;

— *zelar pelos interesses de sua nacionalização e desenvolvimento;*

— *colher e manter em dia as informações a elas relativas e necessárias ao conhecimento da respectiva situação”.*

(Art. 19 da Lei de organização geral do Ministério da Guerra, a que se refere o Decreto n.º 23.976, de 8 de Março de 1934).

Com efeito, encerrada a fase de desbravamento, a obra a encetar-se, para o coroamento dos esforços e sacrifícios da Comissão Rondon, devêra ser a colonização do Brasil Central. Será mais um empreendimento oficial de carater militar, nos Sertões, a menos que a Nação não queira que transcorra mais um século de abandono e barbárie para as infortunadas populações indígenas, inutilizando tantos esforços passados e perdendo para sempre o capital nacional que a obra da Comissão Rondon representa.

O novo empreendimento sertanista-militar deve, porém, preservar-se dos erros evidenciados pela experiência dos empreendimentos congêneres do passado.

A colonização militar empreendida, nos Sertões fronteiriços, no século passado, desde a Independência, não deu resultados compensadores. Aquele processo de colonização, que consistia na localização de pequenos destacamentos ou núcleos militares em pleno Sertão, sem organização econômica, tendo em vista tão somente a missão policial-militar normalmente cometida á tropa de fronteira, sem vislumbre de intenção social, sobre ser oneroso ao Governo que o aplica, não colima os objetivos nacionais, cuja consecução justificaria todo sacrificio imposto daquele modo aos humildes engajados. Cabem ao Governo todos os onus de tal colonização e aos particulares intermediários, que, em geral, não concorrem para o empreendimento, os lucros do comércio que, naturalmente, vai sendo estabelecido á feição dos interesses pessoais.

A colonização militar não deve, pois, a nosso vêr, restringir-se aos núcleos militares, por mais caracteristicamente fundamentais que sejam estes naquele empreendimento. Deve, ao contrário, interessar o elemento sertanejo civil — o caboclo, o índio, o civilizado,

— de modo que alcance a amplitude compatível com a extensão do território a beneficiar e o conjunto dos problemas nacionais a resolver. Seria para desejar que aquela colonização promovendo o progresso do Sertão — e este progresso da terra não pôde divorciar-se da prosperidade do homem sertanejo — o fizesse sem o sacrifício desnecessário dos pioneiros militares, sacrifício que, forçosamente, adviria do isolamento dos núcleos militares no Sertão bruto, em face das mil dificuldades creadas pelo mesmo isolamento e pela falta de recursos, aos quais a missão militar a cumprir não lhes permite provêr sem quebra da disciplina, logo da organização.

O regime burocrático empece o desenvolvimento dos núcleos, agravando os onus e refletindo maléficamente nas populações coloniais, em cujo seio vai medrando a mentalidade parasitária, sem outra ambição que a de viver á custa dos cofres públicos, dando á terra o mínimo de esforço por saber que ela passará beneficiada ás mãos de potentados, logo que cesse a assistência do Governo.

Demais, o estímulo do colono é o comércio; e este falta em tais colônias. Colonizar é, aliás, estabelecer o comércio numa dada região, localizando trabalhadores, dando-lhes moradia e terras ao alcance de suas economias, desenvolvendo indústrias, fomentando o progresso por todos os modos, organizando as povoações nascentes, abrindo vias de penetração e de escoamento dos produtos coloniais e proporcionando-lhes mercados.

As colônias militares, propriamente ditas, só se justificam em certos pontos da fronteira deserta, que devam ser guarnecidos durante a paz. E, nesse caso, são verdadeiros destacamentos aldeados, sem vida comercial, como os atuais Contingentes Especiais de Cucuí, no Rio Negro (fronteira colombo-venezuelana), Tabatinga, no Solimões (fronteira colombo-peruana) Vila Bittencourt, no Japurá etc.

Aos núcleos militares devem, pois, associar-se, nas mesmas zonas, núcleos destinados a colonos nacionais, em cuja organização prepondera o senso econômico — condição primordial do êxito — sem prejuízo do cunho social e nacionalista.

A colonização do Brasil Central deve ser obra oficial, dirigida por um órgão técnico militar — a Inspeção Especial de Fronteiras. Cumpre, porém, a nosso vêr, conjugar a este órgão oficial uma organização comercial que empreenda e desenvolva aquela colonização, com a amplitude necessária ao êxito completo, vindo oportunamente exonerar o Governo e o Exército dos encargos coloniais.

Trata-se ainda de medidas preparatórias do grande empreendimento que ha de ser o desenvolvimento do Brasil Central pela colonização nacional. O ensejo está, pois, aberto, dentro do espírito democrático, para as sugestões. Nem encontra fórmula mais espontânea de expandir-se o júbilo patriótico que medidas governamentais de tão grande alcance social despertam. Colabora-se, antecipadamente, advertindo e sugerindo. E tanto mais nacional e duradoura será a obra, quanto menos pessoais forem as idéias que a precederem.

O complemento civil á obra de integração nacional que se vai empreender seria, pois, um instituto bandeirante, eminentemente nacional e nacionalista que, coordenando os esforços

generosos dos Brasileiros — civis e militares — se fizesse herdeiro do patrimônio moral e científico da Comissão Rondon e, dando uma feição moderna, á luz da ciência econômica, ás novas bandeiras que formasse, fosse despertar o espírito bandeirante que dormita irrequieto no sertanejo, para novas monções que hão de levar o prometido progresso até os mais recônditos sertões; um instituto nacional que, num só amplexo, reunisse cidades e selvas, sertanejos e cidadãos e, derramando Brasil a dentro os benefícios da civilização e as conquistas da ciência, fundisse povos até hoje dispersos, na inconsciência de sua própria miséria; á sombra tutelar de uma organização social, assistisse á eclosão do Brasileiro médio que ha de formar, de futuro, a massa obreira do Brasil e, conduzindo-lhe a formação mental e física, traçasse os destinos da Nacionalidade.

Reunindo e ampliando os programas da Comissão Rondon e do Serviço de Proteção aos Índios, a organização em apreço seria, natural e espontaneamente — o Instituto Rondon — auferindo, assim, o patrimônio moral que o

nome representa. Rondon é, hoje, a senha dos Sertões.

Organização nacionalista, destinada á obra de integração dos Sertões — da terra e do homem — na Pátria Brasileira, o Instituto Rondon seria um instituto de colonização nacional. Seria uma organização eminentemente nacionalista, mas, sobretudo, eminentemente humana. Representaria a redenção do índio e a exaltação da brasilidade.

Nesta obra, que abrangeria todos os programas políticos que o espírito democrático possa sugerir, cada Brasileiro encontraria um setor de atividade, conforme sua aptidão e sua capacidade, para dar um pouco que fosse de seu concurso ao progresso do Brasil Central — desse Brasil desconhecido que se estende ás nossas costas; desse Brasil que é mais de dois terços da imensidade territorial que constitue um dos motivos de orgulho nacional; desse Brasil que chegou ao século XX, como um monumento anacrônico de nossa história colonial, encerrando em suas imensas florestas, sob o manto garrido da eterna primavera, dois milhões de Brasileiros desherdados.

O Instituto Rondon viria realizar, na Interlândia Brasileira, a obra nacional até hoje entrevista pelos patriotas, quaisquer que sejam os pontos de vista de que tenham encarado as questões de interesse vital para a Nacionalidade — higiênico, social, econômico, militar — completando, em cada caso, com a sugestão prática de que, em geral carecem aqueles, a copiosa colaboração que têm trazido ao Governo da República, pelas tribunas da Imprensa e do Congresso.

IX

O INSTITUTO RONDON

Encerrando a série de sugestões que constituem o escopo deste ensaio, procuremos definir em suas linhas gerais a organização que deixamos entrevista no capítulo precedente.

O Instituto Rondon propôr-se-ia realizar sob os auspícios do Exército a integração dos povos indígenas e dos Sertões na Pátria Brasileira, levando a termo a obra social e científica, cujas bases foram lançadas pela Comissão Rondon.

Teria, pois, o Instituto finalidade:

social — incorporação do índio á sociedade sertaneja e solução dos problemas humanos do Brasil Central (educação, saúde e trabalho) ;

econômica — desenvolvimento do Brasil Central pela colonização nacional ;

científica — estudo sistemático da natureza brasileira e difusão da cultura brasileira, nos diferentes ramos da Geografia;

militar — execução de medidas sociais e econômicas, no Brasil Central, tendo em vista os interesses da defesa nacional.

A finalidade social compreenderia:

— organização dos agrupamentos indígenas e sertanejos do Brasil Central em núcleos coloniais, em comunhão com elementos nacionais mais adiantados;

— saneamento e educação higiênica daquelas populações;

— educação moral e instrução profissional dos pequenos sertanejos e selvícolas, dotando-os com a cultura intelectual, moral e física e os conhecimentos técnicos indispensáveis para o exercício de sua atividade como obreiros do progresso da Pátria Brasileira;

— proteção ampla e eficiente do índio e do sertanejo acolhidos numa organização social que lhes proporcione a posse da terra em que vivem; trabalho que lhes assegure um salário mínimo; prosperidade material proporcional á

capacidade de trabalho de cada um; aperfeiçoamento moral, intelectual e técnico.

A finalidade econômica traduzir-se-ia pelos seguintes objetivos:

— organização do trabalho pela mobilização de braços nacionais, reunindo em colônias organizadas com os agrupamentos ora esparsos no Brasil Central, sertanejos civilizados, selvícolas que fossem atingindo a mentalidade do colono, reservistas das Classes Armadas, elementos voluntários dos Estados litorâneos, estrangeiros nacionalizados;

— exploração metódica das riquezas naturais do Brasil Central e desenvolvimento de indústrias correlativas, assim da agricultura e da pecuária;

— estabelecimento e exploração de vias de penetração (estradas de rodagem, vias ferreas, vias fluviais, vias aéreas), tendo em vista facilitar o comércio das colônias que estabelecesse, realizando aspirações nacionais e regionais.

A finalidade científica compreenderia:

— a revisão e a reedição da obra científica da Comissão Rondon;

— o prosseguimento das explorações geográficas do Brasil Central;

— a organização e manutenção em dia da biblioteca geográfica brasileira;

— a difusão da cultura geográfica pela divulgação de seus trabalhos científicos e edição de obras didáticas especiais.

A finalidade militar compreenderia:

— a preparação dos contingentes sertanejos e a organização de uma Reserva do Exército especialmente apta para a defesa dos Sertões;

— abertura de vias de comunicações e localização de núcleos de população nacional, tendo em vista os interesses da Defesa Nacional.

* * *

O Instituto Rondon compreenderia tres departamentos:

— um departamento econômico-social — o Instituto de Colonização Nacional (S. A.);

— um departamento científico — o Instituto Rondon;

— um departamento militar — a Reserva Indígena.

O Instituto de Colonização Nacional (S. A.) investiria, privativamente, os empreendimentos relativos á atividade comercial e industrial do Instituto Rondon, assim como a obra social, em tudo o que se refere á assistên-
cia social (educação, saúde, trabalho) das populações que vivessem sob os auspícios do Instituto.

O Instituto Rondon (departamento científico) teria a seu cargo os empreendimentos relativos á atividade científica.

A Reserva Indígena seria o conjunto de homens mobilizaveis do Brasil Central, instruidos e organizados sob a direção da Inspetoria Especial de Fronteiras, como reservistas de segunda categoria do Exército Nacional, em sociedade de tiro e escolas de instrução militar especiais, nos núcleos coloniais e nos estabelecimentos de educação do Instituto, segundo os regulamentos das organizações congêneres do País.

A Reserva Indígena seria organizada em Companhias de Caçadores Indígenas, uma em cada núcleo colonial.

As companhias poderiam, em caso de mobilização, formar batalhões e estes se agrupar em destacamentos, constituindo uma tropa especialmente apta para a defesa dos Sertões.

Nas províncias indígenas, os meninos em idade escolar seriam instruídos militarmente, dentro de uma organização especial em que, sob a assistência do Exército e dos educadores, se desenvolvessem física e moralmente, robustecidos na prática de desportos indígenas e na observância de uma moral sã, preparando-se para o serviço da Pátria.

O elemento da organização em apreço seria denominado — **curumí** (menino) — segundo a expressão tupí.

Os curumís seriam organizados em **esquadras** de seis. Duas esquadras de curumís formariam o **grupo**; dois ou tres grupos o **pelotão**; dois ou tres pelotões a **companhia**; duas ou tres companhias a **bandeira**. As bandeiras da mesma zona formariam a **tribu**. O conjunto das tribus constituiria a **Confederação**,

A Confederação Brasileira de Curumís, parte integrante da Reserva Indígena, teria pois, o cunho nacionalista-indígena-militar.

A instrução militar dos curumís seria limitada aos exercícios de infantaria sem arma, aos rudimentos de serviço em campanha e á educação moral do soldado.

A educação física orientar-se-ia no sentido da preparação militar, disciplinando os desportos indígenas e o manejo das armas de caça indígenas — a carauatana, o arco, a flecha, etc. — atendendo-se á preferêncía de cada tribu.

As unidades de curumís, desde a esquadra até a tribu, teriam denominações indígenas, hauridas no vocabulário tupí-guaraní.

Nas zonas povoadas por tribus de índios canoeiros, como certas regiões da Amazônia, onde pódem ser previstas operações navais, a instrução militar dos curumís teria cunho naval; seria orientada no sentido de prepara-los para marujos de embarcações fluviais adequadas á região. Os desportos aquáticos teriam preferêncía na educação física das tribus.

Naquelas zonas, as sociedades de tiro teriam organização moldada pelo Tiro Naval;

seriam organizadas Companhias de Fuzileiros Navais Indígenas, em número correspondente às necessidades da Reserva Indígena.

* * *

Os tres departamentos do Instituto seriam independentes entre si, embora intimamente ligados e perfeitamente coordenados na consecução de seus elevados objetivos.

O Instituto de Colonização Nacional seria uma sociedade anónima e atuaria como organização comercial, afim de melhor desenvolver o programa social do Instituto Rondon. Seria administrado por uma diretoria geral com séde na Capital Federal, e servido por um corpo de serventuarios e técnicos.

Sociedade anónima, o Instituto de Colonização Nacional reger-se-ia pela fórmula estabelecida na legislação comum, conciliando, nos seus empreendimentos, a atividade comercial e a atividade social, sem perder de vista sua finalidade altruística.

A diretoria geral responderia pela gestão do patrimônio do Instituto perante o Governo Federal e a assembléia de acionistas.

O Instituto Rondon (departamento científico) seria constituído por membros e sócios. Procuraria reunir todos os valores intelectuais que se preocupam com os assuntos referentes ao Brasil Central. Sócios seriam todos aqueles que se interessassem pela obra social e científica do Instituto.

Seriam, inicialmente, constituídos o Grêmio Fundador, em São Paulo e o Grêmio Central, no Rio de Janeiro.

O Grêmio Central criaria os Grêmios regionais, nas sédes que se fossem estabelecendo por todo o País.

Os membros do Instituto seriam eleitos pelo Grêmio Central dentre os sócios.

Os Grêmios regionais, colaboradores do Grêmio Central, seriam dirigidos por mesas eleitas por assembléias de sócios residentes nas respectivas sédes, autorizadas pelo Grêmio Central, e teriam capacidade para admitir sócios. Obedeceriam a estatutos uniformes, aprovados pelo Grêmio Central, e a programas de trabalho estabelecidos por este.

O presidente do Grêmio Central seria o presidente do Instituto Rondon; teria os encar-

gos da alta direção dos trabalhos científicos e representaria o Instituto no País e no estrangeiro.

Nos Estados, os presidentes dos Grêmios regionais representariam o presidente do Instituto, nas relações com autoridades e instituições locais.

A Inspetoria Especial de Fronteiras, órgão técnico militar com os encargos de fiscalização da obra colonial do Instituto, teria suas seções em íntima ligação com os departamentos deste.

Assim, aquela Inspetoria poderia ter a seguinte organização:

1.^a Seção — Serviços astronômico, topográfico e cartográfico. Explorações. Levantamentos.

2.^a Seção — Assuntos geográficos. Questões de fronteiras. Relações com o Instituto Rondon.

3.^a Seção — Organização, instrução e mobilização eventual da Reserva Indígena. Administração dos destacamentos de fronteiras.

4.^a Seção — Assuntos econômicos — produção, meios de transporte, vias de comuni-

cações do Brasil Central. Relações com o Instituto de Colonização Nacional.

INSTITUTO RONDON

FINALIDADE:

ECONÔMICO-SOCIAL CIENTÍFICA MILITAR

ORGANIZAÇÃO:

<i>Departamento Econômico-Social</i>	<i>Departamento Científico</i>	<i>Departamento Militar</i>
Instituto de Colonização Nacional (S. A.) ————— Diretoria geral Serventuários Técnicos Acionistas Colonos	Instituto Rondon ————— Grêmio Central Grêmio fundador Grêmios regionais Membros Sócios	Reserva Indígena ————— Companhias de Caçadores Indígenas Companhias de Fuzileiros Navais Indígenas Sociedades de tiro Escolas de instrução militar Confederação Brasileira de Curumís Tribus Bandeiras Companhias de Curumís

O Brasil Central seria dividido em províncias indígenas. Inicialmente seriam criadas as seguintes:

- a Rondônia — séde em Cuiabá;
- a Amazônia — séde em Manáus;
- a Guiana — séde em Belém do Pará;
- o Araguaia — séde em Goiaz;
- o Amambai — séde em Campo Grande;
- o Guairá — séde em Ponta Grossa.

As províncias do Instituto, sem carater político, seriam entidades geográficas descon-tínuas. Compreenderiam o conjunto de colônias, empresas, concessões do Instituto em cada região do Brasil Central, sob a autoridade administrativa de um superintendente.

As províncias seriam divididas em setores. Cada setor compreenderia duas ou mais zonas. A cada zona corresponderia, em princípio, um eixo de comunicações (terrestre ou fluvial). Os setores seriam confiados a intendentess e as zonas a delegados do Instituto.

As colônias teriam, de preferência, nomes do vocabulário tupí-guaraní ou nomes portugueses sugeridos pela natureza. Projetadas e

construídas como futuras cidades, compreenderiam, cada uma:

um povoado, constituído por lotes arruados, com logradouros;

uma administração (residências, escritórios, armazéns, etc.);

estabelecimentos de assistência e educação;

uma ou mais empresas industriais anexas.

Entre os estabelecimentos de educação haveria um estádio, um cinema e um radio-audiotório, reunidos num recinto que facilitasse a vida social; uma biblioteca, um museu indígena, um horto botânico e um jardim zoológico, destinados a recolher os espécimes da flora e da fauna regionais, sob a direção técnica de especialistas, instalados num recinto propício ao estudo.

Em todas as cidades do País em que o número de sócios do Instituto justificasse, seriam criadas sedes sociais.

Cada sede social compreenderia, em princípio: um Grêmio do Instituto, reparti-

ções administrativas, agência de propaganda e informações.

Na séde central funcionariam o Grêmio Central do Instituto Rondon e a Diretoria Geral do Instituto de Colonização Nacional. Nas sédes provinciais, grêmios regionais, superintendências.

* * *

O Instituto de Colonização Nacional (S. A.) seria administrado por uma diretoria geral constituída por

— diretor geral e diretor secretário, oficiais superiores do Exército de notória aptidão sertanista, nomeados pelo Governo Federal, por indicação do Chefe do Estado-Maior do Exército;

— diretores técnicos, eleitos pela assembléia geral de acionistas;

— conselho fiscal de seis diretores fiscais, dos quais tres nomeados pelo Governo Federal, representantes dos Ministérios da Fazenda, do Trabalho e do Exterior, respec-

tivamente, e tres eleitos pela assembléia geral de acionistas.

A atividade do Instituto de Colonização Nacional seria regulada por planos elaborados pela diretoria geral, com aprovação do Governo Federal, no início de cada quinquênio. Uma vez assentado o plano quinquenal, caberia ao diretor geral desenvolvê-lo, podendo empregar por iniciativa própria até um terço do fundo de reserva do Instituto. O segundo terço deste fundo de reserva poderia ser utilizado, no mesmo quinquênio, com assentimento do conselho fiscal. O último terço não poderia ser aplicado sem assentimento prévio da assembléia geral de acionistas.

Ao conselho fiscal incumbiria zelar pela observância dos estatutos e pela execução do plano quinquenal e julgar os atos administrativos da diretoria geral e dos serventuários, do ponto de vista da legalidade e dos altos interesses do Instituto.

A secretaria, as diretorias técnicas, representações, grandes empresas e províncias

seriam servidas por um quadro de serventuários coloniais, um de serventuários de finanças e quadros de técnicos, providos por nomeação do diretor geral.

A secretaria, com seções especializadas de expediente, publicidade, propaganda e informações, estatística e assistência social, seria dirigida pelo diretor secretário, com os encargos da correspondência oficial do diretor geral, das relações com o Grêmio Central do Instituto Rondon, da administração da sede central (edifício e dependências), da coordenação do serviço de propaganda e informações, da direção dos serviços de assistência social (educação, saúde e trabalho) das populações coloniais.

Em cada superintendência provincial, uma secretaria de organização semelhante à da primeira, dirigida por um secretário provincial, teria os encargos correspondentes, na respectiva província.

O diretor secretário e os secretários provinciais seriam os substitutos eventuais do

diretor geral e dos superintendentes, respectivamente.

Uma diretoria de fomento, com diretor técnico e seções especializadas (agro-pecuária, indústrias extrativas, comércio, viação), teria os encargos relativos á direção técnica dos empreendimentos industriais e comerciais do Instituto e á administração dos órgãos técnicos de estudo e fomento (campos de experimentação, granjas modelo, feiras, exposições, etc.) e das empresas que não estivessem subordinadas ás províncias.

Em cada superintendência, haveria uma seção de fomento, com sub-seções especializadas, dependente tecnicamente do diretor de fomento.

A seção de comércio da diretoria de fomento, com sub-seções especializadas (consumo, produção, contabilidade), teria os encargos da alta gestão comercial do Instituto, coordenando a atividade de comissarias provinciais e sub-comissarias, que funcionariam junto ás colônias, empresas e nos centros comerciais do Instituto.

As comissarias provinciais teriam a dupla subordinação — técnica, ao diretor de fomento, e administrativa, aos respectivos superintendentes — executando as operações comerciais determinadas por estes, dentro das normas e instruções estabelecidas por aquele. Em condições semelhantes funcionariam as sub-comissarias, mantendo relações com os comissários provinciais, intendentes e delegados.

Uma diretoria de finanças, com diretor técnico, contadoria, tesouraria (caixa e carteiras especializadas), seção de contas e seção de patrimônio, teria os encargos da alta gestão financeira do Instituto.

Nas províncias, haveria agências, com organização bancária, diretamente subordinadas ao diretor de finanças, e, nas colônias e centros comerciais, sub-agências, subordinadas às agências provinciais,

A estas agências e sub-agências seriam recolhidas as rendas do Instituto, cabendo aos respectivos gerentes efetuar os pagamentos de pessoal, contas, etc., autorizadas pelos

serventuários coloniais, dentro das normas e dos créditos estabelecidos pelo diretor de finanças.

- A' diretoria de finanças incumbiria, pois,
 - a emissão e o resgate de ações;
 - a fiscalização permanente da administração financeira;
 - a responsabilidade dos movimentos de fundos;
 - o financiamento das iniciativas de colonos emancipados.

A atividade da diretoria de finanças se limitaria, a este respeito, na primeira fase da vida do Instituto, aos empreendimentos coloniais das províncias indígenas. Na segunda fase, com a emancipação das colônias, aquela organização seria ampliada, transformando-se num banco de crédito rural hipotecário, que seria o Banco Indígena.

O Instituto emitiria ações populares de cem mil réis, por meio de carteiras especializadas. Inicialmente, seriam abertas:

— a carteira social, destinada ao financiamento da obra social (assistência, profilaxia, educação);

— a carteira colonial, que financiaria os empreendimentos coloniais.

Seriam criadas pelo mesmo critério novas carteiras correspondentes, respectivamente, a cada ordem de empreendimentos e para certos empreendimentos isolados de vulto (mineração, monoculturas, etc.).

A carteira social seria a carteira dos filantropos. As subvenções dos Governos á obra social seriam, igualmente, retribuídas pelo Instituto em ações sociais, interessando-os ao mesmo tempo em seus empreendimentos.

Em cada emissão, as ações do Instituto seriam postas á venda, simultaneamente, em todos os Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, afim de se manter o cunho nacional dos empreendimentos.

Da renda líquida de cada carteira seria deduzido o orçamento da despesa correspondente ao exercício seguinte. Um terço do saldo resultante desta dedução seria distri-

buido aos acionistas (1.^a quota do dividendo anual) até o montante de 12 % do valor nominal das ações.

Deduzidas as despesas orçamentárias do exercício seguinte e a primeira quota do dividendo anual, os saldos das diferentes carteiras constituiriam a renda líquida do Instituto. Um terço desta renda seria distribuído aos acionistas (2.^a quota do dividendo anual) sem distinção de carteiras.

As duas quotas do dividendo anual não poderiam, somadas, exceder a 12 % do valor nominal das ações.

O fundo de reserva do Instituto seria empregado em novos empreendimentos ou na manutenção das empresas e dos serviços preexistentes, sempre por intermédio das respectivas carteiras.

Os acionistas participariam individualmente do patrimônio do Instituto, na proporção do número de ações de que fossem portadores, sem distinção de carteiras, e gozariam igualmente dos direitos que fossem inerentes á qualidade de acionista.

Durante o regime colonial, o Instituto teria o monopólio do comércio nas províncias indígenas. O comércio de varejo seria entregue a cooperativas coloniais, sob a fiscalização das intendências.

O Instituto empreenderia, por meio de disposições imperiosas de seus estatutos, a educação econômica das populações coloniais, compelindo-as a viverem dentro de suas posses e facilitaria as iniciativas de auxílio recíproco, naquelas populações e entre seus serventuários. Seriam, por exemplo, vedados os adiantamentos superiores a uma semana de salário.

As agências e sub-agências da diretoria de finanças funcionariam como caixas econômicas e colocariam ações do Instituto ao alcance dos colonos, instruindo-os por meio de cartazes expressivos no modo por que deveriam poupar seus bonus até alcançarem o valor da ação, bem como nos direitos decorrentes da posse desta.

Uma diretoria de engenharia, com diretor técnico e seções especializadas (viação e obras) teria a seu cargo;

— a direção técnica das vias de comunicações;

— a execução dos reconhecimentos, projetos, construções, instalações de sédes, empresas e colônias, assim como das obras de engenharia sanitária;

— a administração dos órgãos técnicos (comissões, escritórios, oficinas) e dos órgãos provedores (depósitos, etc.).

* * *

Os oficiais do Exército e da Armada e os funcionários federais poderiam exercer, em comissão, cargos administrativos ou técnicos e desempenhar missões científicas do Instituto, durante estágios regulados por lei, sem prejuizo de acesso ou contagem de tempo, nos respectivos Ministérios, tendo-se em vista o carater nacional do Instituto e a conveniência de se especializarem grupos de oficiais de terra e mar e funcionários federais nos serviços do Sertão e num conhecimento mais perfeito do Brasil Central,

constituindo verdadeiros **Quadros bandeirantes**.

Seriam condições indispensáveis para o ingresso nos quadros de serventuários do Instituto, constituindo merecimento, ulteriormente, para os efeitos de acesso naqueles quadros: patriotismo, aptidão bandeirante, altruismo traduzido pelo amor á causa do índio, probidade e capacidade profissional.

Constituiriam pontos de honra para os serventuários coloniais o zelo pelos interesses dos colonos que estivessem sob suas jurisdições, o escrúpulo na administração das economias que lhes fossem confiadas por aqueles, o carinho especial para com os selvícolas.

Aos cargos eletivos do Instituto só poderiam concorrer Brasileiros natos e, aos quadros de serventuários, Brasileiros natos ou naturalizados. Nos quadros de técnicos, excepcionalmente, poderiam ser admitidos estrangeiros domiciliados no País, mediante contratos renovados de dois em dois anos.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL (S. A.)

DIRETORIA GERAL

Diretor geral Diretor secretário Diretores técnicos	Conselho fiscal (seis diretores fiscais)
---	---

SECRETARIA

Seção de expediente	Seção de propaganda publicidade informações	Seção de estatística	Seção de assistência social
---------------------	---	----------------------	-----------------------------

DIRETORIAS TÉCNICAS

<i>Fomento</i>	<i>Finanças</i>	<i>Engenharia</i>
Sec. Agro-pecuária — indústrias ex- tratativas — comércio Comissarias Sub-comissarias Orgãos técnicos Feiras Exposições Depósitos Entrepostos Armazens	Contadoria Tesouraria caixa carteiras Seção de contas — de patrimô- nio Agências Sub-agências	Seção de viação -- de obras Orgãos técnicos Orgãos provedores

Prosseguindo nossas considerações em torno da solução que o Instituto Rondon representaria para o problema do desenvolvimento do Brasil Central, vejamos como se acomodariam, naquela solução, as tres questões capitais — educação, saúde e trabalho.

Os filhos de colonos, ao atingirem a idade escolar, seriam recolhidos a internatos do Instituto, onde receberiam educação e subsistência gratuitas, até a adolescência.

A instrução teria carater profissional e técnico. Seria graduada de modo que permitisse o aperfeiçoamento progressivo da juventude, por lanços marcados, sucessivamente, por graus definidos de capacidade profissional — meio operário, operário e técnico — prosseguindo até o mais elevado grau, conforme a aptidão, aplicação e recursos intelectuais de cada um.

Os centros de cultura geral e técnica seriam mantidos ao alcance do colono, desde os núcleos coloniais até os grandes centros de civilização do País.

A instrução seria, pois, ministrada:

— ao sexo masculino, em jardins de infância, escolas profissionais elementares, escolas profissionais complementares e escolas técnicas;

— ao sexo feminino, em jardins de infância, cursos profissionais elementares, cursos profissionais complementares e cursos normais.

Os cursos destinados ao sexo feminino seriam ministrados em asilos.

Os jardins de infância seriam semi-internatos.

As escolas profissionais elementares ministrariam conhecimentos primários e iniciariam o aluno em um ofício. Aos 12 ou 15 anos, o aprendiz estaria em condições de ganhar seu salário, numa empresa do Instituto. O melhor décimo de cada turma seria encaminhado, anualmente, para uma escola profissional complementar. Os restantes seriam colocados em empresas da mesma zona e continuariam o aperfeiçoamento intelectual e técnico, frequentando cursos complementares noturnos, nas mesmas escolas profissionais elementares, até atingirem a idade da eman-

cipação, quando se tornariam colonos. Assinariam, então, seus contratos, receberiam seus lotes e constituiriam novos lares.

As escolas profissionais complementares funcionariam nas sédes provinciais, ministrando instrução profissional e conhecimentos razoáveis de humanidades, de modo que os aprendizes, entre 15 e 18 anos, estivessem dotados de conhecimentos profissionais de operário completo, podendo regressar á sua zona como colonos emancipados. O melhor décimo de cada turma seria encaminhado para uma universidade técnica.

As escolas profissionais e técnicas do Instituto seriam cooperativas escolares, concorrendo ao próprio custeio com a economia interna resultante da administração de suas oficinas e do rendimento do trabalho dos aprendizes. Estes participariam, individualmente, de uma percentagem da venda das obras em que colaborassem, constituindo pequenas economias administradas pelos diretores dos estabelecimentos.

Os estabelecimentos de educação seriam confiados a Missões religiosas ou a particula-

res, mediante contratos em que seriam assentados, dentro da mais ampla liberdade religiosa:

— os programas de ensino profissional, instrução geral e educação moral cívica;

— as subvenções a que se obrigaria o Instituto;

— as condições de aquisição das áreas e edifícios necessários aos estabelecimentos, por parte dos contratantes;

— o grau médio de eficiência destes estabelecimentos, em função do corpo docente (número, habilitação profissional e nacionalidade dos educadores);

— o prazo a que se obrigariam os contratantes;

— as relações, enfim, dos contratantes com as autoridades administrativas do Instituto.

* * *

O serviço de assistência médica, profilaxia e educação higiênica das populações coloniais compreenderia:

postos ambulantes de profilaxia e educação higiênica (P. A. P.);

postos permanentes de assistência (P. P. A.);
casas de saúde, maternidade e assistência in-
fantil (C. S. M.);
hospitais de 3.^a classe para 100 leitos (H 3);
„ de 2.^a classe para 250 leitos (H 2);
„ de 1.^a classe, para 500 leitos (H 1);
sanatórios;
leprozários;
laboratórios, etc.

Em cada província, um inspetor sanitário, subordinado ao superintendente, teria a seu cargo a inspeção permanente dos órgãos técnicos e estabelecimentos de saúde e a direção do serviço de profilaxia e educação higiênica.

Os P. A. P. seriam organizados periodicamente com o pessoal técnico do Instituto, por determinação dos superintendentes. Seriam constituídos, em princípio, por um médico, um enfermeiro e serventes, aparelhados para o serviço ambulante, conforme a zona em que tivessem de operar (via fluvial, estradas de rodagem ou caminhos).

Os P. P. A. compreenderiam dispensário,

policlínica e farmácia, a cargo de um médico.

Em princípio, haveria em cada colônia um P. P. A.; em cada zona, uma C. S. M.; em cada setor, um H 3 ou H 2; em cada séde provincial, um H 1.

A administração dos estabelecimentos sanitários seria confiada de preferência á Cruz Vermelha Brasileira ou a Missões religiosas que revelassem aptidão para os Sertões, mediante contratos.

Os serviços médicos seriam gratuitos; os medicamentos e a hospitalização proporcionados ás populações coloniais sem lucro nem onus para o Instituto.

Os estabelecimentos sanitários estenderiam seus benefícios ás populações sertanejas gratuitamente, nos casos de indigência.

O Instituto por seus estabelecimentos sanitários concorreria á campanha contra os flagelos sociais e as endemias.

* * *

A seção de assistência social da secretaria do Instituto de Colonização Nacional,

além dos encargos de educação e saúde, teria os de trabalho, justiça, polícia e assistência especial aos selvícolas.

Acionada pelo diretor secretário, aquela seção se incumbiria:

— da distribuição dos colonos procedentes dos centros civilizados e dos reservistas das Forças Armadas Nacionais, que se destinassem ás províncias indígenas;

— dos assuntos referentes ao pessoal do Instituto (admissão, direitos, obrigações, acesso e remoções);

— da assistência jurídica aos colonos;

— da regulamentação do trabalho, de acôrdo com a legislação federal;

— do estudo das questões de trabalho e justiça, que se prendessem á atividade do Instituto ou á defesa de seu patrimônio.

* * *

As terras destinadas ás colônias e explorações industriais do Instituto seriam obtidas, dada sua finalidade social, por doação, compra ou concessão do Governo Fe-

deral, dos Estados e Municípios interessados, a longo prazo (15 a 30 anos).

No caso das concessões, findo o primeiro prazo dos respectivos contratos, as terras concedidas seriam restituídas, ressalvando-se:

— os direitos dos colonos sobre os lotes de moradia (com ou sem indenização);

— os direitos do Instituto sobre as áreas ocupadas pelas instalações necessárias á administração, ás empresas já organizadas, á assistência das populações coloniais (estabelecimentos de educação, saúde, etc.);

— os direitos do Instituto ao privilégio dos serviços públicos que houvesse organizado (uzinas hidroelétricas, vias de comunicações, etc.), mediante novos contratos por prazo duplo do primeiro.

Qualquer Brasileiro que se acolhesse ao Instituto seria encaminhado com sua família para uma colônia, onde receberia, mediante um contrato inicial:

— o título provisório de posse de um lote de moradia de 1 a 3 hectares, com uma casa higiênica edificada;

— aparelhamento material para o trabalho numa empresa do Instituto ou início de exploração agrícola ou pecuária.

Neste contrato inicial, figurariam as obrigações para com o Instituto os direitos de colono e as condições de quitação do lote, para posse definitiva.

Os lotes de moradia seriam concedidos aos colonos para indemnização num prazo de 15 anos, não podendo o Instituto auferir lucro na transmissão, além dos juros razoáveis do capital invertido no beneficiamento, nem aqueles alienar a propriedade sem consentimento do Instituto, durante o regime colonial.

Aquele prazo, corresponderia uma indemnização de 400 réis por dia por conto de réis do valor do lote edificado.

O regime colonial seria mantido na primeira fase da vida do Instituto, que corresponderia, em cada zona, ao prazo estabelecido no primeiro contrato com o Governo concessor.

Com a emancipação das colônias, seriam criadas as respectivas municipalidades. O

Instituto continuaria com o privilégio dos serviços públicos que houvesse organizado (luz, água, energia elétrica, transportes, etc.), das empresas industriais e do grande comércio, bem como com os encargos públicos da assistência social (educação e saúde), regulados por novos contratos.

Seria vedada nas províncias qualquer concessão de terras a particulares estrangeiros ao Instituto e aos serventuários deste, ainda que por compra, durante o regime colonial.

O Instituto manteria um corpo de polícia civil interna — o Corpo de Segurança — para vigilância de repartições e estabelecimentos, guarda das propriedades e vias de comunicações e polícia das colônias e empresas.

O Corpo de Segurança seria composto de guardas civis especializados nas diferentes funções que competissem áquele. A hierarquia dos guardas compreenderia tres classes. Os guardas usariam uniformes e distintivos internos e armas de defesa pessoal de uso comum nas zonas em que servissem.

O serviço de assistência especial aos selvícolas teria por objeto a incorporação dos selvícolas aos núcleos coloniais do Instituto, em colaboração com o Serviço de Proteção aos Índios da União.

Teria, pois, aquele serviço como objetivos:

— trazer os selvícolas arredios ao contacto da civilização, por meios suasórios, consoante a tradição da Comissão Rondon;

— reuni-los em agrupamentos da mesma tribo, atendendo suas idiossincrasias raciais, em pontos acessíveis, próximo aos núcleos coloniais;

— facilitar-lhes recursos materiais que atenuem suas privações, contribuindo para melhorar suas condições de vida, despertando-lhes o interesse pelo próprio aperfeiçoamento, de modo que evoluam para a mentalidade do colono;

— proporcionar-lhes proteção eficiente contra seus algozes contumazes.

O serviço de assistência especial aos selvícolas seria atribuído, de um modo geral, a todas as autoridades administrativas das pro-

víncias indígenas, no âmbito de suas atribuições, e especialmente a **bandeiras**, organizadas anualmente, atendendo às condições climáticas de cada zona, tendo como base de partida o último núcleo colonial da zona a explorar.

As bandeiras seriam incorporados: grupos científicos, grupos técnicos de reconhecimento e exploração, postos ambulantes de profilaxia e educação higiênica, missionários.

As bandeiras obedeceriam a instruções expedidas pelos superintendentes ou pelo diretor presidente, fixando-lhes a missão, o itinerário, a época e a duração, os meios de transporte, os recursos materiais, a composição. Poderiam ter missões de:

— ligação de núcleos coloniais de zonas vizinhas;

— exploração de determinadas zonas, tendo em vista o estabelecimento de novos núcleos coloniais ou a descoberta e o estudo de riquezas naturais, para futuras explorações industriais;

— abertura de vias de escoamento de produtos industriais para os portos fluviais de embarque;

— fundação de postos indígenas de proteção, nas zonas exploradas por industriais estrangeiros ou nacionais estranhos ao Instituto; ou postos de atração, nas zonas ocupadas pelas nações indígenas arredias.

* * *

As sédes sociais seriam centros de reunião de sócios e acionistas do Instituto, onde haveria, ao alcance de uns e de outros, elementos de informação da atividade social, científica e comercial do Instituto — conferências, filmes, livros e publicações periódicas em que o Grêmio Central e a Diretoria Geral reuniriam aquelas informações.

As sédes sociais teriam organização uniforme em tudo o que fosse possível, desde o estilo e a disposição dos edifícios até os detalhes de organização interna, afim de bem caracterizarem a solidariedade brasileira.

O índio seria a figura central da obra do Instituto. Todas as manifestações da arte indígena seriam, pois, objeto de especial carinho, nas sédes sociais, e a redenção integral do índio a máxima aspiração do Instituto.

O Instituto promoveria a glorificação do Veneravel Anchieta, como o patrono da causa do índio e grande figura da História Pátria e da humanidade, prestando á sua memória, anualmente, no dia 19 de Março, homenagens excepcionais, em todas as sédes sociais e nas províncias indígenas.

O dia de Anchieta seria o dia do índio brasileiro.

Em cada séde social, uma comissão autónoma e permanente de senhoras — a Comissão Redentora — teria os encargos sociais de assistência das populações das províncias indígenas, promovendo as manifestações de solidariedade humana em que costuma expandir-se a generosidade brasileira, em proveito daquelas populações, por meio de donativos, feiras especiais de artefatos indígenas, etc.

As Comissões Redentoras promoveriam, especialmente, a solidariedade da juventude, pela correspondência de jovens índios das províncias com jovens das cidades. Cada jovem índio teria, assim, um correspondente da mesma idade, numa das sédes sociais; por intermédio das Comissões Redentoras e das casas de educação das províncias, trocariam fotografias e presentes, enviando o jovem da cidade ao jovem índio as roupas e os livros que já não lhe servissem e recebendo do amigo índio artefatos indígenas, pássaros e mais curiosidades do Sertão. Cresceriam, assim, as novas gerações brasileiras unidas pelo pensamento, para o serviço da grande Pátria, acostumadas áquelas vibrações de solidariedade.

As Comissões Redentoras, sem prejuízo de quaisquer manifestações religiosas ou cívicas da preferência de cada uma, teriam em especial veneração a memória da Princesa Isabel, a Redentora, e pugnariam, pela influência social, em prol da integral redenção do índio e do império insofismavel da Lei Aurea nos Sertões do Brasil Central.

X

SOLIDARIEDADE BRASILEIRA

O Instituto Rondon seria, antes de tudo, uma grande expressão de solidariedade brasileira.

Solidariedade e colaboração de grandes e pequenos, ricos e humildes, civis e militares, Povos e Governos em prol de uma obra de brasilidade, cuja grandeza só encontraria medida na extensão e importância dos problemas nacionais que nela se acomodam.

Solidariedade brasileira nas províncias indígenas, em que índios e sertanejos, em comunhão com operários do Litoral e reservistas, viveriam trabalhando pelo progresso do Brasil Central, a desfrutar a parcela de felicidade social que lhes é lícito aspirar, num regime de igualdade republicana, sob a égide

da Lei e o amparo de uma instituição nacionalista e humanitária.

Solidariedade de civis e militares, cujos expoentes de intelectualidade se confundiriam nos Grêmios científicos, entre membros e sócios do Instituto, em perfeita cooperação em torno das aspirações progressistas nacionais; na administração das províncias indígenas, em que militares da Reserva e técnicos civis teriam os encargos de direção dos empreendimentos comerciais e industriais.

Solidariedade e cooperação de religiosos e leigos, na obra social de assistência e educação das populações coloniais.

A expressão de solidariedade culminaria nas sédes sociais, que haveriam de se multiplicar no País, desde os grandes centros, de Norte a Sul, á medida do interesse nacional pela obra do Instituto, como pontos de contacto do Brasil Litorâneo com o Brasil Central, estreitando os laços de união da juventude, mercê da ação das Comissões Redentoras, e mesmo dos elementos associados dos grandes centros, os quais encontra-

riam, naquelas sédes, o ambiente propício á eclosão de novas idéias progressistas.

A generosidade que tanto distingue e enobrece o Povo Brasileiro, imprimindo-lhe esse cunho de sentimentos amoráveis, que se traduzem na hospitalidade e na gentileza universalmente reconhecidas e que, por vezes, se tem expandido em magníficos surtos de solidariedade humana, por ocasião de acontecimentos calamitosos até de outros Continentes, encontraria no Instituto Rondon feliz oportunidade para se exercitar em benefício daquela parcela de humanidade por todos os motivos credora de dedicação e do carinho nacionais, que são as populações indígenas do Brasil Central.

O Instituto, por meio de suas sédes sociais, iria empreender um movimento de sentimentalismo e humanidade em torno do índio — o símbolo do Brasileiro sofredor.

* * *

Antes que se desvaneça, na memória dos Brasileiros generosos que tiverem dado a

este pobre opúsculo a benevolência de uma atenciosa leitura, a série de problemas nacionais que passamos em revista e a solução nacionalista que oferecemos, enfeixando aqueles problemas na questão máxima — o desenvolvimento do Brasil Central pela colonização nacional — faremos um apêlo áquela mesma benevolência e ainda mais ao patriotismo, para que estas idéias não sejam esquecidas tão facilmente como, porventura, mereceram pela humildade da origem; mas encontrem guarida na generosidade dos corações a que foram destinadas, com o mérito que seus objetivos lhes emprestam. Não foram, com efeito, destinadas aos cérebros, mas aos corações brasileiros. Não pretenderam ilustrar, mas despertar vibrações de sentimento nacional pelos problemas humanos do Sertão.

Que sejam, pois, destruídas pela crítica ou suplantadas por novas legiões de idéias que surjam, de Norte a Sul, em revide a tão grande ousadia, antes que dissolvidas no deserto da aparente benevolência pública, que o silêncio representa !

Que se arregimente, pois, a primeira bandeira da nova éra sertanista — a bandeira intelectual, que levará estas idéias ao terreno das realizações práticas!

Que surjam em messe promissora colaboradores de todos os matizes intellectuais, em **grêmios precursores** das futuras sédes sociais!

Que os grêmios precursores se unam pelo pensamento, como elos da corrente que ligará os Brasileiros em torno do ideal da grandeza moral e da prosperidade da Pátria, empolgados num novo surto de bandeirantismo e brasilidade!

* * *

Conheci no Amazonas, em Iauareté Cachoeira, numa pitoresca aldeia de Tarianos do médio Uaupés, um velho tucháua que havia conseguido congregar um pequeno grupo de famílias daquela tribu, sob sua autoridade, na foz do Papurí.

Nicoláu (ou Bicoláu, como o chamavam os índios) recebera com agrado e entusiasmo

os funcionários do Serviço de Proteção aos Índios e os missionários Salesianos que, sucessivamente, aportaram á sua táua.

Os primeiros edificaram, ha pouco mais de cinco anos, um posto junto á táua dos Tarianos — o Posto do Uaupés. Os últimos ergueram, no barranco fronteiro, um colégio, um asilo e uma capela que, com o decorrer dos anos, se transformaram num próspero estabelecimento de educação e assistência.

O Posto Índigena do Uaupés e o Colégio Salesiano passaram a exercer grande influência na vida dos Tarianos de Iauareté Cachoeira, mercê da simpatia e confiança que funcionários e missionários souberam conquistar entre aqueles, pela proteção efetiva que lhes davam contra os assaltos de aventureiros colombianos que, desde 1907, inquietavam frequentemente a população indígena do Uaupés, e pela assistência que uns e outros dispensavam (e ainda dispensam) ás tribus circunvizinhas.

Por influência do delegado de índios, as malocas da velha táua de Iauareté Cachoeira foram, pouco a pouco, substituidas por ele-

gantes vivendas de pau a pique, paredes rebocadas, tétos de caranã, com balaustrada e varandim, ao gosto sertanejo. Revelaram-se artistas indígenas em carpintaria e pintura. Entretanto, a nova geração de Tarianos recebia, no Colégio e no Asilo, sob os cuidados da Missão Salesiana, esmerada educação, cujos frutos não se faziam esperar.

Bicoláu assistia risonho ao progresso de seu povo. Vencendo os achaques da idade, ia todos os dias visitar o delegado e, aos domingos, aos primeiros repiques do sino do Colégio, atravessava o Uaupés em sua ubá, para assistir á missa com sua gente e ouvir a prédica em tucano, com que o Padre Director deliciava, semanalmente, os Tarianos de Iauareté Cachoeira.

Quando, porém, chegou a vez de Bicoláu reformar a maloca, para acompanhar o progresso da táua, entrou a protelar. Sim achava que seu povo devia obedecer ao delegado e fazer casinhas modernas. O progresso tinha, na verdade, seus encantos. Mas a dignidade de tucháua impunha-lhe continuar a viver na velha maloca, que guar-

dava, nas suas linhas agigantadas e sóbrias, um pouco daquele passado que ele representava no torvelinho alviçareiro do progresso.

O delegado, tolerante, compreendendo a relutância do velho índio, fechou os olhos á sua teimosia.

Passaram-se os anos... O Colégio Salesiano, o Posto Índigena do Uaupés e os Tarianos de Iauareté Cachoeira identificaram-se na mesma sociedade. As primeiras turmas de jovens educandos retornaram aos lares com a auréola da instrução. Outra aldeia se ergueu em ruas limpas, casas bem dispostas de fundos para o rio, ao lado do Colégio... A velha maloca de Bicoláu era a única lembrança da táua que os beneméritos pioneiros da civilização encontraram em Iauareté Cachoeira, apesar do assédio amistoso, que faziam ao velho tucháua para que aderisse ao progresso.

Certo dia de Novembro de 1932, o delegado de índios do Uaupés surpreendera Bicoláu entregue a ativa faina de edificação,

com os filhos, cavando buracos e erguendo esteios, dentro da maloca.

— O que é isso, Bicoláu? Levantando armação de casa, aqui dentro? — indagou o delegado.

— Olhe. Não diga nada a Padre Diretor. Eu vou fazer minha casa nova, aqui dentro. Quando tudo ficar pronto, eu desmancho a maloca e, então, aparece a casa nova. Padre vai ficar espantado. Espere. Você não diga nada.

Assim o Instituto Rondon, como o velho tucháua de Iauareté Cachoeira, iria erguer, dentro do Brasil velho, um Brasil novo. No seio das florestas multiseculares do Brasil Central, iria transformar um povo velho como o Continente num povo sadio, renovado pelo progresso, pujante de energia e brasilidade, para trazer seu concurso indispensável à obra de reerguimento nacional, pronto para lutar, nas pugnas da paz, por um Brasil melhor, dentro de um Brasil unido.

E estaria consumada a profecia com que Gonçalves Dias, apontando o índio, acenou para a posteridade:

“Eles foram o instrumento de quanto aqui se praticou de util e grandioso; são o princípio de todas as nossas coisas; são os que deram a base para o nosso carater nacional, ainda mal desenvolvido, e será coroado das nossas prosperidades o dia de sua inteira reabilitação”.

EXCERPTOS E CONCEITOS

“A Matto-Grosso, mais que a qualquer outra unidade federal, interessam de perto e vivamente os themas abordados no excellente ensaio, que, por sua relevancia, oportunidade e franqueza no encarar os assumptos, vale por um bello indice do patriotismo de seu auctor”.

“Certo que exprime uma grande e consoladora esperanza no futuro vêr que ha, na confusão da hora que passa, quem se aperceba tão bem de nossas necessidades e veja claramente vista a maneira mais eficiente de attendel-as”.

(JOSÉ DE MESQUITA, para “A CRUZ” de Cuiabá — 30 Dezembro 1934).

* * *

“Nesse livro, que é o fruto de observações directas do Brasil ainda bruto e impro-

ductivo, acompanhadas de meditações oppor-
tunas e alvitres clarividentes, demonstra-se
a importancia do papel a ser desempenhado
pelos autochtones na incorporação de taes
reconcavos ao organismo hygido, vibratil, dy-
namico e fecundo da nacionalidade”.

(BENJAMIN LIMA, para “A GAZETA” de
São Paulo — Fevereiro 1935).

* * *

“Pelo Brasil Central” é escripto com in-
tegral comprehensão do valor do sertanismo
e da missão patriotica e polytechnica do
Exercito Nacional”.

(LEOPOLDO DE FREITAS, para o “CORREIO
DA MANHÃ” — Rio, 27 Novembro
1934).

* * *

“Paiz como este, de civilização quasi ex-
clusivamente littoranea, deve, a rigor, ser in-
cluido no rol dos que se qualificam de semi-
barbaros, nos tratados e compendios de
geographia.

“Para effeitos praticos e definitivos ainda está por descobrir-se a parte maior e talvez melhor da nossa terra. E ahí está o que empresta um valor extraordinario a todos os livros onde se perpetuem as impressões colhidas pelas novas gerações de bandeirantes, cuja maior figura é Candido Mariano da Silva Rondon.

“O merito da obra está acrescido pelo de um prefacio do senhor Pierre Deffontaines. São palavras de um estrangeiro que sabe realmente vêr, e é capaz de fundir, para a terra onde agora jornadaeia, uma definição admiravel como esta: “Jeune pays qui déja connait les ruines”.

“O Brasil é bem isso, e nada comprovará melhor a lamentavel irregularidade do rythmo em que elle vem crescendo e progredindo”.

(“DIARIO DA NOITE” — Rio. 21. Janeiro. 1935).

* * *

“Eis um ensaio sobre assumpto de palpitante interesse: as vastas regiões centraes

do Brasil e o seu habitante, o indio. Estudando um e outro á luz da geographia humana e da anthropologia, o cap. F... R... vem inscrever-se no rol daquelles estudiosos dos maiores problemas do Brasil, quaes sejam os da raça e da colonização.

“Pelo Brasil Central” não é roteiro de viagem. E’ um ensaio intelligente em que o seu autor explana idéas e apresenta soluções que não poderão deixar de interessar aos nossos estadistas, como por exemplo a criação do futuro “Instituto Rondon”.

(“DIARIO DE NOTICIAS” — Rio. 13,
Outubro 1934).

* * *

“Pelo Brasil Central” — é innegavelmente um hymno da intelligencia moça ás nossas mattas, aos nossos rios, aos nossos tapuios, tão desconhecidos e tão maltratados !...”

“Esse livro de clareza e precisão é um ensinamento aos commodistas e aos eternos doentes da fraqueza de attitudes. Suas idéas

magistraes e patrioticas hão de converter mais hoje ou mais amanhã em instituições...”

(B. GARCIA, para “A CRUZ” — Cuiabá, 1935).

* * *

“O sertão e o indio, eis ahi uma dupla preocupação, patriótica e altruística, ao mesmo tempo, constituindo um problema cuja solução dignificaria a geração que a conseguisse. A vossa obra é um grande esforço nesse sentido e tem por si o vosso conhecimento de um e de outro e a simpatia pelo aborigene como consequencia de vossa convivencia com ele. Porque é fato incontestavel que todo o homem de sentimentos normaes, que chega a conhecer o indio, simpatiza fatalmente com ele porque... o indio é naturalmente simpatico.

“Lido com os indios e me preocupo com o problema indigena no Brasil desde 1904, ha cerca portanto de 30 anos. E a minha simpatia por eles, a confiança na possibilidade e vantagens para nossa Patria do seu

aproveitamento, só tem feito crescer. E são hoje maiores que nunca depois da pratica que tive como inspetor do Serviço de Proteção aos Indios, desde 1910 até 1930. E se os grandes sucessos desse Serviço, tão injustamente malsinado, não foram maiores, não se deve atribuir á incapacidade dos indios. Deve-se um pouco talvez ás nossas falhas (falta de convergencia em alguns sectores) e, quasi tudo, á ausencia de interesse nos poderes publicos, representada pela descontinuidade das verbas, como demonstra eloquentemente o grafico correspondente. E essa verba, pequena ou grande, foi só obtida pelo justo prestigio do General Rondon, junto dos governantes, em geral indiferentes ao serviço, ignorando, se não hostilizando o indio.

“Mas voltemos ao vosso livro. Depois do indispensavel preparo (“serie de considerações que constituem o escopo etc.”) chegastes á parte construtiva de vossa simpatica contribuição para a solução do problema da “integração dos povos indigenas e dos sertões na Patria Brasileira”, que essencialmente resumo nos seguintes enumerados:

1.º) a posição mesma do problema, ou seja “a finalidade” do “Instituto Rondon” nome simbolo de toda a ação na interlandia brasileira; 2.º) esposição do grande plano que concebestes para a solução nacional desse ingente problema.

“Quanto á 1.ª parte nada ha a acrescentar, salvo detalhes, penso eu, ao que ali espondes referente, tanto a indios quanto a sertões. Tratando-se do primeiro é o programa do Serviço de Proteção aos Indios, que projeta e opera, dentro da modestia dos seus recursos possiveis, tanto em dinheiro como em apoio oficial. (Vide bases para estudo do regulamento do Serviço de Proteção aos Indios, organizados etc.). Ahi encontrareis, além dos postos de atração e de educação para indios em estadios diferentes de civilização, as colonias regionaes de nacionalização destinadas a indios que já tenham atingido a “mentalidade de colonos” juntamente com os colonos nacionaes, que constituem o “meio” em que os indios se integrarão.

“Felicitemo-nos, pois, por esse acordo que prova a oportunidade da providencia, como oportunas são todas as outras idéias e providencias consignadas nessa parte de vossa obra.

“Quanto ao vosso plano para a solução do problema, é ele grandioso; mas parece-me que o nosso meio não dispõe dos elementos correspondentes a obra de tão grande envergadura:

1.º — Por falta de convicções, de filantropia e preocupações, a bem do indio e do sertanejo, capazes de determinar contribuições ou empregos de capitaes em seu beneficio, no vulto que seria mistér.

2.º — Pela pobreza mesma desse capital, entre nós escasso até para as applicações seguras e farta e imediatamente remuneradas nas cidades; e nessa pobreza esbarraria o movimento de sentimentalismo e humanidade em torno do indio — o simbolo do brasileiro sofredor”.

3.º — Pela situação economica, nacional e internacional, que entre nós se revela pela queda dos preços e das esportações e, lá fora,

pelo desemprego das massas proletarias e empobrecimento dos ricos. Essa situação tornaria problematica, nos anos mais proximos, pelo menos, os resultados dos empreendimentos industriaes de grande vulto que o Instituto fizesse, na hipotese de obter fundo de reserva suficiente.

“No entanto a idéia de um apelo á generosidade brasileira, escitada por uma propaganda como imaginaes, é magnifica e não deve ser abandonada. Algun resultado dará, seja qual fôr, é um beneficio para o indio e para seu irmão mais avançado, o sertanejo. E depois, quem sabe? Pode ser que tudo seja possível na magnitude com que imaginastes, e eu não esteja vendo claro no panorama nacional. No vosso projeto eu estou vendo só a intenção simpatica, humana e brasileira, sem opinar sobre o mecanismo da organização concebida, em si mesma complicada pela diversidade dos aspectos — sociaes, politicos, economicos, financeiros, tecnicos e administrativos que apresenta e dificultam um julgamento criterioso. O que porém deve ser posto acima — de tudo, e que tão eloquentemente ezaltaes, é a solidarie-

dade “brasileira”, que se devia manifestar em torno desse problema nacional como os que mais o sejam.

“O nosso meio está atualmente muito apático a tudo que não seja esporte espetaculoso e perdeu a crença na sinceridade dos homens. Infelizmente, parece que, no seu instintivo espírito de justiça, ainda acredita no General Rondon. Uma jornada encabeçada por ele terá entre nós, apesar de tudo, a adesão massiva que o nosso meio puder dar. Mas não me parece que o apoio assim obtido, dos particulares e mesmo do governo, permita uma organização no vulto que projetaes. Como quer que seja, fica de pé o vosso anhelado de servir ao índio e ao sertão, o que equivale a servir da melhor maneira ao nosso caro Brasil. A vossa demonstração de que é ao Exército que, no cumprimento de sua missão nacional, incumbe a providência de semelhante serviço é de imensa oportunidade. Infelizmente o grande papel sertanista do Exército brasileiro ainda não foi percebido pela maioria dos nossos oficiais,

que não tiveram ocasião de afrontar os ser-tões e de adquirir a largueza de visão nacional, o sentimento da miseria presente, mas da possível grandeza futura, que ali fatalmente se adquirem, e de que o vosso livro é um vivo atestado.

“Ha alguns detalhes no vosso grande plano com que não concordo inteiramente. “Os estabelecimentos de educação seriam confiados a Missões religiosas ou a particulares, mediante contratos que seriam assentados, dentro da mais ampla liberdade religiosa”. A feitura de semelhantes contratos com as missões religiosas tem todos os inconvenientes, a começar pela impossibilidade doutrinal de elas cumprirem a condição: “dentro da mais ampla liberdade religiosa”.

“Nessa questão de relações com religiosos o nosso ponto de vista deve ser o do padre Alfredo Damaso, ilustre prelado pernambucano, neste momento em Buenos Aires, como uma das figuras mais expressivas do clero brasileiro, constante da publicação inclusa. A sua tradução material é o que se

passa com os Uaupês de Iauareté Cachoeira, segundo a bela e espressiva narrativa-simbolo com que encerraes a vossa obra magnifica de brasilidade. O posto de indios de um lado, o collegio dos missionarios do outro e o rio colocado entre os dois. E eles ahi vivam como escelentes vizinhos, **podendo até almoçar juntos**, mas agindo separados e independentes, sem se perturbarem, trabalhando cada um na sua seara propria, temporal de um e espirital de outro.

“Não sou tambem partidario dos internatos para os indios, salvo casos especiaes.

“Acho tambem que o lote minimo atribuiavel a um colono deve ser de 25 hectares, em terras boas. O lote de 1 hectare a que vos referis será certamente para simples moradia e chacara, destinando-se o colono, como assalariado, aos trabalhos intensivos e mecanicos do Instituto. Penso que nas colonias deve-se desenvolver a pequena propriedade, com os ditos lotes de 25 hectares no minimo, exploraveis diretamente pelo colono, instruido e ajudado pelas instituições nacionaes e locaes a isso destinadas. Penso tambem que

ao indio se deve ensinar officios, não com o intuito de que ele seja, em geral, um profissional, artifice assalariado e ao serviço dos outros; mas um artifice para a satisfação das necessidades proprias, nos sitios ou fazendas de sua propriedade, porquanto, no meu entender, a ação sobre a terra, como lavrador e criador, deve ser o destino normal dos indios e para ahi devemos de preferencia encaminhal-os.

“O indio seria a figura central da obra do Instituto”, esse é o grande principio que orientou o vosso projeto; e ele basta para atrair o meu caloroso apoio de velho amigo do sertão e do indio, acima de quaesquer divergencias, que na ezeução certamente desapareceriam, dada a correção que a pratica trás sempre ás demasias ou deficiencias por acaso ezistentes nos projetos”.

(DR. ANTONIO ESTIGARRIBIA — Carta do Rio, 2 Outubro 1934).

* * *

“O Sr. Xavier de Oliveira (na Câmara dos Deputados — sessão de 25 Junho 1936)

— Sr. Presidente, venho ocupar-me de assunto que reputo da máxima importância para a própria vida material da Nacionalidade. Está ele inserto no art. 166 da Constituição de 16 de Julho, ampliação, especificação minuciosa do n. 16 do art. 34 da Constituição de 1891, atinente áquilo que bem se poderia chamar de nossa política lindeira, de nossa antropogeografia ou, melhor, de nossa geopolítica de fronteiras.

.....

“Sr. Presidente, ainda o ano passado, um militar da estirpe de Rondon, num livro de brasilidade a que denominou de “Pelo Brasil Central”, vinha corroborar as idéias em que baseei a minha campanha na Constituinte, em torno desta matéria.

“E’ assim que o Sr. F... R..., autor desta obra que todos os nossos estadistas precisam lêr, escreve textualmente:

“As colônias militares só se justificam em certos pontos da fronteira deserta, que devam ser guarnecidos

durante a paz. E, nesse caso, são verdadeiros destacamentos aldeiaados, sem vida comercial, como os atuais Contingentes Especiais de Cucuí, no Rio Negro (fronteira colombo-venezuelana) e Tabatinga, no Solimões (fronteira colombo-peruana)".

"Em seguida, depois de fazer um estudo completo sobre o que deveria ser a colonização do Brasil Central, S. S. chega a pregar, neste precioso volume, a instituição de um organismo nacional de colonização das nossas fronteiras como órgão para-militar, anexo ao Exército Nacional.

"Folgo em vêr, Sr. Presidente, que um militar, que viveu toda a sua vida no sertão brasileiro, que fez toda a sua carreira nas fronteiras pátrias, venha predicar aquelas mesmas idéias por que me bati, na Constituinte, com o maior denodo de que fui capaz visando a consecução integral daquilo que reputo uma necessidade vital para a própria existência material do Brasil.

Este problema, no Brasil, oferece singularidade, que é mister fixar bem, emprestando-lhe o character estritamente nacional, que não pôde deixar de ter.

“Para-militar é a organização com que o Exército Francês colonizou a Argélia; para-militar é a organização com que a Itália fez a Tripolitânia; para-militar é a organização com que o Exército Britânico conquistou o mundo asiático e africano, com que fez o oriente próximo, com que fez a conquista da Índia, com seus 400 milhões de habitantes; para-militar é a organização da Espanha e da França em Marrocos. E para-militar deve ser a organização com que havemos de fazer o Brasil interior de o incorporar á civilização litorânea do País. Não nos iludamos: o sertão é a verdadeira Nação, o verdadeiro Brasil.

“Dizia eu, porém, que para-militar deve ser a organização com que havemos de incorporar o Brasil interior ao Brasil civilizado, a civilização importada á beira-mar. Civilização industrial, não digo bem; mas civilização, emfim, intelectual, se assim me posso

expressar, civilização de bem estar social, que já se observa em algumas capitais do litoral.

“E assim me refiro ao Exército, Sr. Presidente, porque tenho que ele e o clero católico são as duas forças organizadas, que têm dado o sentido de brasilidade, o sentido de unidade pátria á Nação, desde os primórdios da sua formação, porque vem desde a colônia a sua ação bemfazeja, a sua ação construtiva, orientada sempre no sentido da civilização cristã”.

(Do “DIARIO DO PODER LEGISLATIVO” — 26 Junho 1936).

* * *

“O aproveitamento das grandes e variadas riquezas, que jazem latentes ou desconhecidas, no interior do Brasil, é um dos problemas mais sérios, que têm despertado as cogitações dos nossos estadistas do atual como do velho regime. As penetrações realizadas desde Jean de Lery e de quantos bandeirantes vararam o “Hinterland” nacional, da costa ás últimas raias ocidentais de Mato-

Grosso, revelaram sempre, até agora, a uberdade do solo, a brandura do clima, a índole hospitaleira dos selvagens, a grandeza das florestas, a abundância de minerais uteis, a pujança da fauna, a facilidade dos transportes pelo traçado de inúmeros cursos d'água, tudo, enfim, capaz de atrair e fixar uma civilização a que nada faltaria para sua subsistência higiênica e económica. O povoamento dessa vastíssima região, dentro da qual caberiam vários países europeus, vai sendo vagarosíssima. Ha mesmo zonas que nunca foram perlustradas por homens de cultura. O noroeste de Mato-Grosso, de uns vinte e cinco anos a esta parte, rasgado pela linha telegráfica estratégica, que termina em Santo António do Madeira, está virgem. E' apenas o domínio do selvícola semi-bárbaro. E' o sertão misterioso, na sua opulência primitiva.

“O General Rondon foi o seu desbravador, no trecho por onde passa a referida linha. Tão desconhecido era esse imenso território que, encontrando o alto rio Castanho, afluente do Jamarí, lhe deu o nome de Rio

da Dúvida, por não saber se suas águas pertenciam ao Tapajóz ou ao Madeira, fato que se esclareceu quando, em outra viagem, em companhia de Teodoro Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos do Norte, deu novamente nesse caudal, batizando-o com o nome de Rio Roosevelt, em homenagem ao ilustre itinerante norte-americano. Verificou-se, então, que se tratava do Rio Castanho, até certo ponto conhecido e explorado pelos caucheiros amazonenses, aviados de Manáus e de Belém, muitos anos antes dessa penetração.

“O mesmo General verificou e corrigiu muitos enganos consignados em cartas geográficas, fantasiadas anteriormente. Assim, a verdadeira situação da serra dos Parecís, numerosos afluentes do alto Madeira e do Tapajós. O acêrvo científico, constante de estudos sobre a natureza, nos domínios da zoologia e da botânica, relatórios, mapas, conferências etnográficas, etc., trabalhos esses realizados pelo próprio Rondon, como por seus auxiliares, é um monumento de tenacidade, competência e abnegação patriótica,

em prol do Brasil Central, olhado, ainda hoje, com terror, embora com admiração. Não obstante, ao longo da estrada, começa o povoamento em volta das estações telegráficas e postos de conservação. Esse elemento de penetração e a Madeira-Mamoré continuarão a fixar gente civilizada nesses vastos desertos verdes. Sem essas vias de comunicação, tudo, ali permaneceria, como ha um século.

“O problema do Brasil Central, como bem o pondéra, no seu excelente livro, o Cap. F... R..., depende, em grande parte, da facilidade dessas penetrações, para que a população litorânea, já densa em alguns Estados, se descongestione em rumo ao Sertão, resolvendo uma das nossas mais prementes necessidades: o aproveitamento das nossas riquezas naturais e a valorização do trabalho rural. Desde os tempos da Independência, cessadas as partidas ou bandeiras em busca do ouro e pedras preciosas, os problemas económicos têm-se restringido á zona marítima do país, excepcionalmente a Minas Gerais, Mato-Grosso e Goiaz, cuja atividade agrícola (compreendida a pecuária) se de-

senvolve pelo esforço próprio, com imigração espontânea, sem auxílio do governo federal.

“O povoamento do Amazonas deve-se á valorização da goma elástica, quando esta era o **ouro negro** das matérias primas.

“A localização da Capital Federal, no Planalto de Pirenópolis, onde chegou a ser demarcado o município respectivo, assunto que não passou de letra morta da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891, e que foi transferido para a vigente, seria o começo da ocupação demográfica da região em apreço. Para a nova cidade, centro da nervura sonhada, desde José Bonifácio de Andrada e Silva, convergiram imediatamente os caminhos de ferro e as rodovias, espalhando das extremas de todos os quadrantes do Brasil, até lá, a civilização representada em escolas, policiamento, justiça, trabalho, unidade política e riqueza coletiva.

“Infelizmente, nem as ditaduras que, por duas vezes, assaltaram a ordem constitucional, tiveram força para cumprir essa aspiração ou, melhor, essa necessidade nacional.

Convem lembrar que foram as vias de transporte e o regimen da colonização, garantindo as terras aos seus ocupantes (colonos) que, na América do Norte, tornou eficiente a penetração de cerca de 30.000.000 de indivíduos, de 1820 a 1930.

“O Cap. F... R..., na sua citada obra, apresenta um plano grandioso, vastissimo, para consumir o povoamento do Brasil Central.

“Acho que, em teoria, é apreciavel semelhante plano. Estou certo que, na sua execução, falharia certamente.

“Primeiro que tudo, pense-se nas despesas colossais, que iria motivar. Bem assim, não se deve esquecer que a mentalidade, nem as algibeiras do povo estão preparadas para uma cooperação de trabalhos pertinazes, confiança e auxílio monetário, numa obra de remota eficiência, quer pelo seu custo, quer pela vastidão em que se ha de realizar.

“O mais difficil, abstraindo-se o consequimento dos recursos para essa empresa de patriotismo e economia, estaria em prover todos os estágios de atividade do Instituto

Rondon de pessoal idôneo, pela honestidade, competência e abnegação, para trabalhos nesses ínvios sertões do Brasil Central, pessoal que fizesse despertar, nos selvícolas e nos colonos, a simpatia pela continuidade do afeto, da brandura e da confiança.

“A vida urbana tem um grande atrativo (e muito natural) nos moços, civis ou militares. Quem tivesse de desempenhar, nas clareiras das florestas, ás margens dos rios e lagos, as incumbências daquele Instituto, nos Estados de densidade demográfica muito fraca, pouco se demoraria no emprego. Saudade da família, dos amigos, das diversões, etc.... Quando não surgisse o pretexto da enfermidade.

“Sem muito dinheiro, trabalho persistente, dedicação e competência, jamais se efetua empreendimento de valor.

“O fator tempo precisa ainda ser levado em conta.

“No meu obscuro modo de pensar, as missões religiosas, com aquele despreendimento de vida, que lhes conhecemos, poderiam

alargar o seu círculo de ação, chamando ao redil da disciplina social os milhares de patrícios nossos, que povoam esse "hinterland", ora desaproveitado, no mais criminoso abandono. São exemplos convincentes, que o Cap. Rondon bem conhece, as missões de Tاراquá e Jauareté, no rio Uaupés (afluente do Rio Negro) bem assim as de Mato-Grosso. Para início, essas missões; para o impulso e remate da catequese, o Instituto Rondon, com algumas modificações, que a experiência fosse aconselhando, no sentido de menos aparato e mais economia.

"O livro "Pelo Brasil Central", com restrição de certas estatísticas optimistas, próprias, aliás, de uma sugestão disposta ao encorajamento, vem acelerar a resolução desse problema demográfico, do nosso querido país. E' um livro de alta política e, por isso, de sadio patriotismo. Que os nossos dirigentes reflitam sobre o assunto que ele encerra; levem a Capital da República, para o ponto já escolhido: apoiem outros empreendimentos, como aquele que rasgou os referidos sertões, de Guajará-mirí a Santo António, dando a

chefia do serviço a homens da envergadura do General Cândido Rondon, e a civilização central do Brasil será um fato. Surgirão incalculáveis recursos, naturais e agrícolas, para encher as arcas do Tesouro e dar felicidade a muita gente, que perambula nas cidades do litoral, porque não tem que fazer...”.

“O engenheiro Belo Lisbôa, em notável conferência, proferida recentemente na Associação Comercial de Belo Horizonte, exclamava: “O Brasil é, principalmente o seu “Hinterland”, a sua agricultura toda farta de martírios, desde o casebre inhóspito do colono, ás jornadas de sol a sol, de enxada em punho, e tanta luta, para ninguem próspera — porque a rotina consome a energia, o insulamento prejudica a ação, a falta de assistência estiôla o indivíduo e, ainda, sobretudo, as doenças, que aspecto tão macabro dão á nossa gente”.

“De fato, estender o Brasil civilizado pelo interior do Brasil inculto e abandonado é fazer deste país um portento economico e

político, no rol das nacionalidades mais adiantadas e respeitadas”.

(AGNELO BITTENCOURT, para o “O JORNAL” de Manaus — 2 Março 1935).

* * *

“Uma das minhas “delenda Carthago”, através de discursos na Câmara Federal, de artigos e até de romances, tem sido chamar a atenção dos poderes públicos para o nosso “hinterland”. Fiz disso o tema de um romance, publicado ha vinte anos e hoje com duas edições esgotadas.

De vários discursos parlamentares fiz éco dos clamores da nossa gente sertaneja. Lembra-se também de um parecer em que me opunha á execução de suntuárias obras de embelezamento na Capital Federal, sob o argumento de que deveríamos cuidar menos da fachada, do litoral, e mais carinhosamente do âmago da nacionalidade, que habita as terras agrestes do interior.

“Com toda esta minha propensão pela causa dos nossos heroicos patrícios humildes,

fôï com sincero prazer que recebi, enviado gentilmente pelo autor, o recente livro intitulado "Pelo Brasil Central". Tratar-se-ia, á primeira vista, pelo título, de uma obra de viagens pelo centro do nosso território, mas não é; o que se nos depara naquelas páginas é um ardente brado em favor da massa de habitantes do sertão, desde o caboclo, o matuto, até o índio, semi-civilizado ou ainda selvagem.

"O autor do simpático trabalho é um official do Exército, o Capitão F... R... Sobrinho do homem a quem se deve o gigantesco trabalho que Roquette Pinto descreve em "Rondônia", mostra-se um discípulo fervoroso do General Rondon, a cuja obra procura sugerir um complemento muito lógico e, principalmente, muito patriótico.

"Já o fato de chamar a atenção dos governos para a vasta região que tem sido sempre menosprezada, é cousa meritória.

"Mas o livro do Capitão F... R... não se limita a uma interpelação vivaz pelo esquecimento em que ela tem sido deixada. Descreve minuciosamente a formação étnica e his-

tórica daquelas populações, estuda as faces diversas — climatérica, económica, topográfica — do “hinterland”, para culminar em um esboço de plano colonizador e civilizador, que não poderá deixar de merecer aplausos e simpatias. Acho dever de civismo divulgar o pensamento do ilustre militar, e fa-lo-ei em posteriores artigos, procurando assim concorrer, embora modestissimamente, para a sua empresa de melhorar, sanear, desenvolver o Brasil Central”.

“São conhecidos os trabalhos executados pela missão Rondon, estendendo fios telegráficos ao longo das mais inhóspitas zonas, exercendo uma influência benéfica sobre as populações incultas, concorrendo para o conhecimento e demarcação das nossas fronteiras. O General Rondon é positivamente o heroi bandeirante dos dias contemporâneos.

“Não se deve regatear louvores a quem sugere um plano de alcance patriótico, como faz no seu livro o Cap. F... R... Cépticos haverá por força que venham acoimar de fantasia, de sonho, o projeto por ele aventado, no

sentido da incorporação gradativa dos nossos índios á comunhão civilizada. Ele nada mais propõe, entretanto, do que a ampliação inteligente de medidas já enquadradas na órbita oficial, segundo recente decreto do governo provisório.

“Convem notar, entretanto, que o seu programa baseia-se exclusivamente na ação privada, propondo a criação de associações devotadas á verdadeira cruzada pela população indígena, seja selvagem ainda, seja já meio civilizada.

“O Instituto Rondon nascerá assim de uma verdadeira cooperativa destinada a “derrear Brasil a dentro os benefícios da civilização e as conquistas da ciência, reunindo num amplexo cidades e selvas, fundido povos até hoje dispersos, na inconsciência de sua própria miséria”.

“Procurando vulgarizar as idéias tão oportunas e sadias do referido oficial do nosso Exército, desejaria vêr despertarem-se em torno delas as energias da mocidade atualmen-

te tão inteligentemente orientadas em relação ao futuro da nossa grande pátria.

“Bem haja o pregoeiro da nova campanha, o Pedro-o-Eremita da cruzada benemérita rumo aos sertões, infelizmente sempre esquecidos, jamais merecedores da atenção dos nossos governantes, fanatizados pelo brilho das capitais, voltados como a agulha magnética para uma direção única, a da fachada, a do litoral...”

“Exatamente quando me ocupava nesta coluna do trabalho do Cap. F... R..., em prol dos nossos selvícolas, leio nos jornais do Rio a notícia de que lá se acham a vagar pelas ruas, empunhando arcos e flechas, alguns índios chegados do Sul.

“Que vieram fazer os míseros aborígenes? Nada menos do que pedir ao governo que lhes dê um pedaço de terra, pois foram violentamente despojados do chão que vinham ocupando desde remotos tempos. São homens e mulheres, escreve um jornal, fortes, bem dispostos, e que possuem capacidade de trabalho; precisam apenas de orientação e amparo ao seu

* direito de produzir no país em que nasceram é de que imemorialmente são legítimos donos.

“Nada oficialmente se faz na Capital da República pelos infortunados postulantes. Lá estão a percorrer as ruas, aos dois e aos quatro, solicitando niqueis aos transeuntes.

“Tudo isso parece inverosímil, nesta terra em que os nobres se lembraram ha pouco de encarnar no “Vovô Índio” o tradicional “Papá Noel” estrangeiro. A arte vai procurando têmas entre as usanças e apetrechos selvagens. o nosso falso sentimentalismo ostenta a brasilidade do bugrismo, mas quando aparecem os representantes autênticos dessa corrente, relegam-nos ao abandono e á mendicidade.

“Confirmamos assim a teoria de Proudhom de que a propriedade é um roubo. Espo-liamos os **primi-occupanti** das nossas selvas, dando-lhes o exemplo da maior barbaridade, os pretensos civilizados, os que se ufanam de cultivar o direito e a justiça!

“Nos Estados-Unidos, os poderes públicos procedem de maneira muito mais humana. Quando se decretava a abertura de um novo território, o governo desapropriava a terra, pa-

gando-a, indenizando os habitantes primitivos. Ha em regiões petrolíferas índios que são acionistas das grandes empresas que ocuparam as suas terras, recebem dividendos, guardam dinheiro nos bancos.

“Aqui, no Brasil, os míseros selvagens têm sido escorraçados a ferro e a fogo. Não admira, quando sabemos que até infelizes caboclos, detentores do solo ha dezenas de anos, de pais a filhos, se têm visto vítimas dos ambiciosos “grileiros”, que os despojam dos seus bens com o auxílio da força armada, das praças da policia estadual.

“Urge um movimento de reparação para com esses desgraçados, que sofrem a mais revoltante espoliação, e se vêm na contingência de abalar das suas aldeias a pedir providências officiais. E pedem em vão, condenados a estender a mão á caridade pública, nas ruas da Capital do País.

“O brado do autor de “Pelo Brasil Central” precisa ser ouvido...”

(VEIGA MIRANDA, para “A TARDE” de
Ribeirão Preto — 4. Outubro 1934).

“Sem dúvida continua a ser para o país assunto de real interesse esse que diz respeito á imigração. Dada a nossa extensão territorial, estamos ainda em condições de localizar mais algumas dezenas de milhar de imigrantes, aproveitando para isso os lugares que mais se prestam e que são muitos, já pela qualidade de suas terras, já pelo seu bom clima, bastando proporcionar somente meios faceis de transporte.

“E’ disso que carecemos. Pondo o caso em Mato-Grosso, que é dotado de um clima saudavel e cujas terras servem para todas as culturas, desde aquelas que exigem um clima frio ou fresco, até aquelas que são próprias de um clima quente, espalhadas em todos os sentidos e derramadas por esta vastidão estupenda, zonas que facilitam sobremodo o acesso ás estradas de ferro, barateando-as ao custo de construção o modelado de seu solo, do que precisa, é de imigração e transporte, porque tem clima para todas as raças e terras para todas as culturas.

“O elemento alienígena aqui, sem mesmo preocupar-se á adaptação ao meio senão em

parte, dá-se logo perfeitamente bem aos costumes da terra e pouco ou nada ressentido por influências climatéricas, uma vez que se localize em zonas saudáveis. O nosso clima é variado, mas com pequenas oscilações de temperatura; não chega no inverno a um frio de entanguir o vivente e nem vai ao calor asfixiante das zonas tórridas. Nos chapadões das serras é sempre fresco e nas campanhas baixas ha sempre uma viração constante. Não ha esse calor estafante e continuado que é mais frequente mesmo no sul, que quasi mede pelos extremos; quando frio, neva, e quando calor, asfixia.

“A diversidade de nossos fatores étnicos e económicos tem forçado, por assim dizer, o progresso do país por zonas.

“Mato-Grosso, entretanto, pôde oferecer todas as condições especiais de localização”.

(CLODOMIRO BASTOS, para “A CRUZ, de Cuiabá — Janeiro 1935).

* * *

“Ha, atualmente, uma cousa que (triste é de se dizer) acima de tudo, perde o homem: o

interesse, esta cousa mesquinha e humilhante que a todo momento vemos se apossar de vultos brilhantes da nossa intelectualidade militar.

“E nós, aqui na Escola, vemos tudo isso, e cada vez mais firmamos propósitos em não trilhar o mesmo caminho. E nos é sumamente agradável o desvendar de caminhos outros em que esta cousa seja no máximo um méro acidente, a que se não dará sinão a pouca importância que tem.

“O seu trabalho, Sr. Cap., e peço que creia no que eu lhe digo (apesar de serem palavras de um jovem cadete e, portanto, não possuindo o valor de um conhecedor, mas possuindo em alto grau a sinceridade que faz com que espontaneamente pegasse a pena e ousasse lhe escrever esta carta), o seu trabalho, repito, assim como ecoou no meu cérebro, ecoará no de todos aqueles que o lerem com atenção e, principalmente, meditarem sobre a extensão, a profundidade, a plenitude e a magnitude do problema que o Sr. encara de modo preciso, sem tergiversação ou sequer adaptações,

“O Sr. disse precisamente, nem mais nem menos, o que deveria ser dito, repetido, enfim o que deveria ser conhecido de todos, mormente daqueles que têm, sinceramente, vontade de ser profissionalmente honestos e patrioticamente dedicados aos interesses pátrios que se ligam á própria missão do Exército.

“Sabe o Sr. que ha dificuldade na difusão de certos aspectos da vida do Exército, não havendo mesmo a exata compreensão da significação e da razão de ser de certos órgãos que são creados e que permanecem em essência quasi no que nós chamamos — “no mistério”...

“E a razão? Dificil de explicar.

“Ainda bem que o Sr. veio proporcionar aos Cadetes, que hoje trabalham nesta Escola, o conhecimento exato do problema do Brasil Central, e certo deve o Sr. estar que, apesar dos pesares, ha muitos dentre eles que, pessoalmente, irão procurar os seus guias na carreira militar, dentre os que se dedicam desinteressadamente, fugindo conscienciosamente da comodidade das cidades para, nos ínvios Sertões, continuarem a patriótica obra da Comissão Rondon.

“E, no mutismo inacreditavel que fazem cercar a nossa Escola, ha sons que ecoam mais fortes que o ribombar dos canhões: são aqueles que se ouvem das gargantas dos officiaes do Exército que, como o Sr., vêm até nós como a dizer que ha alguém que ainda atenta na Escola Militar”.

(CADETE AUGUSTO PEREIRA — Carta do Realengo — 5. 11. 34).

PELO BRASIL CENTRAL

Aos jovens cadetes do Brasil

No primeiro quartel do século, o Exército Brasileiro prendeu a atenção do mundo científico com uma grande obra geográfica conhecida, sem embargo das denominações oficiais, por ventura, mais explícitas de sua finalidade, por Missão Rondon.

A Comissão de Linhas Telegráficas ou Comissão Rondon, nome mais aproximado da denominação oficial, reuniu um valoroso grupo de oficiais, que formou a escola bandeirante do Exército — ínclitos continuadores dos geógrafos militares que, desde os tempos coloniais, velaram sem desfalecimento pela integridade territorial do Brasil, palmilhando as fronteiras em constantes explorações científicas, deixando por vezes os trabalhos astronómicos

para correrem ás armas, em defesa da soberania nacional.

Ricardo Franco encarnou por longos anos esse tipo de soldado cientista, ávido de conhecimento geográfico e vigilante na defesa do território pátrio.

O exemplo era bastante vivo e a obra assás grandiosa para que não frutificassem. E o Exército recolheu com carinho aquela tradição de amôr ao Sertão e zelo pelas fronteiras pátrias, que recebeu do Brasil colonial, nas ante-vésperas de Sete de Setembro.

Na República, a Comissão Rondon foi a depositária dessa tradição e a conduziu galhardamente até os nossos dias.

O ano de 1908 ficou nos anais do Exército como um marco luminoso da fase fúlgida em que entrou, mercê da reorganização por que passára, deixando os velhos métodos de instrução, as vetustas unidades, que tão bem haviam cumprido sua missão, naqueles primeiros lustros da República. Mudou de tática, de organização, de armamento, até de uniformes. Ressurgiu luzido e renovado, sob o influxo das

doutrinas de um grande Exército paradigma, reanimados os Quadros pela esperança que lhes proporcionavam os novos meios de cultura profissional.

Um grande nome de soldado se inscreveu, então, no livro de ouro da eterna instituição — o Marechal Hermes da Fonseca.

Outro ano se inscreve nos anais do Exército — 1934. Um quarto de século era, na verdade, prazo dilatado para justificar uma consolidação das remodelações por que havia passado o Exército em seis quadriênios sucessivos de Governo republicano.

Desta vez outros nomes se inscrevem no livro de ouro. Tarefa dos vindouros o declina-los na escala do mérito.

Tambem desta vez um grande Exército paradigma inspira as reformas e colabora nos estatutos.

Idêntico zelo pela tradição bandeirante se revela auspicioso no novo espírito organizador. Desta vez — acentue-se por justiça — tudo parece consolidar-se em obra permanente. Já não será uma Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas a depositária da tradição ban-

deirante. E' o Estado-Maior do Exército — nada menos — que recebe os encargos sertanistas, collocando-se sob a immediata autoridade de seu Chefe a nova escola de geógrafos bandeirantes, que será a Inspetoria Especial de Fronteiras.

No balancear dos méritos da nova organização se ha de ressaltar, no futuro, este zelo pelas fronteiras, patenteado agora com mais efficacia e igual interesse.

A Inspetoria de Fronteiras será sempre a Comissão Rondon, para o mundo científico, porque a obra da Ciência tem o cunho da immortalidade. E a Comissão que conduziu Roosevelt através do "hinterland" brasileiro e lhe merecera o título de moderna maravilha do mundo, depois de projetar-se além das fronteiras em cuja guarda tanto se desvelára, não pôde vir a ser destruida sem a revolta dos espíritos bem formados e sem desdouro para nossos foros de cultura e nosso patriotismo.

A Missão Rondon ha de se perpetuar através da ação dos órgãos officiais que a sucedem no tempo. E porque não esperar do Exército a nobreza de um ato conciente neste sentido?

A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas correspondeu a Comissão Rondon. A uma obra transitória, na intenção do organizador, um nome transitório — Comissão. A' Inspetoria Especial de Fronteiras — órgão permanente — corresponderá, logicamente, o Instituto Rondon como duradoura sugestão para os vindouros responsáveis pelas nossas tradições científico-militares.

A Escola Militar, depositária das tradições do Exército, soube sempre conciliar as virtudes hauridas no passado com o entusiasmo da mocidade e o espírito progressista. E quem melhor do que os heroicos geógrafos-soldados da Comissão Rondon poderia empolgar os corações votados ao serviço da Pátria, uma vez conhecidos seus trabalhos e suas virtudes? Que modelos mais nobilitantes de bravura, saber e patriotismo encontrariam os jovens cadetes do que em Horta Barbosa, Lira e Marques de Souza — glorioso trio de tenentes que tombaram nos sertões do Brasil Central a serviço do ideal, marcando para a eternidade os vértices do triângulo Ciência-Pátria-Humanidade, que

simbolizam a grandeza do Exército na rigidez da figura geométrica que definem?

A idéia, lançada em São Paulo, terra das grandezas, berço das bandeiras, tocou a alma paulista — manancial inesgotável de generosidade — reunindo desde logo um punhado de soldados e paulistas.

Sob a presidência do General Almério de Moura — o General da mocidade — foi fundado, a 23 de Setembro (1934), na séde do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, á Avenida Tiradentes, o Grêmio Precursor Paulista do Instituto Rondon.

Tive, então a honra desvanecedora, que me foi conferida pela generosidade dos fundadores, de orientar os primeiros trabalhos do novo Instituto bandeirante, como assistente técnico de sua diretoria.

As idéias que me inspiraram nessa missão foram reunidas numa conferência pronunciada na sessão solene de instalação e posse da Diretoria "General Almério". Nenhum outro fecho poderiam ter estas páginas de fé na mocidade brasileira e esperança nos gloriosos destinos de Pátria; e ao inseri-lo agora reme-

moro com saudade aquela tarde luminosa de São Paulo, aquela seleta assembléia a que não faltaram cravos paulistas e lídimas representantes da intelectualidade feminina.

* * *

“Senhor Presidente.

Exmas. Senhoras.

Meus senhores.

Servia, em 1930, no Estado-Maior da Circunscrição Militar, em pleno Sul de Mato-Grosso, quando fui chamado a colaborar na inspeção que, desde 1927, o General Rondon havia empreendido ás fronteiras do País, com um grupo de oficiais em que figuravam ainda alguns de seus velhos companheiros de jornada na exploração da Rondônia.

Recebida, na Capital Federal, minha missão — a inspeção á fronteira da República Argentina com o Rio Grande do Sul, parti para Porto Alegre, em Maio daquele ano.

Em agosto, concluía os trabalhos a meu cargo, na Barra do Quaraí. No dia 26 de Agosto de 1930, precisamente, fiz uma excursão ás cidades vizinhas, tendo passado a manhã na Argentina (em Monte Caseros), a tarde no Uruguai (em Santa Rosa) e regressado ao anoitecer ao Brasil. Poderia dizer que vivi aquele dia em tres países.

Em Novembro, regressei ao Rio, em companhia do General Inspetor.

Em Março de 1931, quando ultimava minha missão na Inspeção de Fronteiras, recebi a designação para membro da Comissão Demarcadora de Fronteiras do Setor Oeste, que devia, naquele ano, iniciar os trabalhos de caracterização da nossa fronteira com a Colômbia, assentada pelo Tratado Enéas Martins-Vasquez Cobo, assinado em Bogotá, a 24 de Abril de 1907.

Agosto de 1931. A primeira turma da Comissão Mixta, instalada a bordo do "Nariño", vapor á disposição da Comissão colombiana, ultimava os trabalhos astronómicos e topográficos, em Tabatinga.

Coube-me curto serviço topográfico entre Tabatinga e Letícia e ao longo do Igarapé Santo Antônio, insignificante afluente do Solimões a que os tratados deram importância internacional.

Aos domingos, entregava-me ao desporto venatório, na excelente companhia dos membros mais jovens da Comissão colombo-brasileira. Dizíamos, então, gracejando, que vivíamos em tres países. Morávamos na Colômbia, trabalhávamos no Brasil e caçávamos no Perú.

Abril de 1932. A 1.º acampava com a turma de reconhecimento do Papurí, na cabeceira deste rio, que se tornára, em virtude do Tratado de 1907, o extremo noroeste do Brasil.

Março de 1933. Partia de Manáus, de regresso á Capital Federal, a serviço do Comando da 8.ª Região Militar. Deixava assim o Amazonas, onde havia dado dois anos de esforço ao serviço do Brasil, cativo da gentileza de seu povo e enamorado de sua maravilhosa natureza.

Peço desculpas, Senhores, por haver começado falando de mim mesmo.

Queria dizer-vos, porém, onde e como passei os tormentosos meses que nossa Pátria viveu, desde a queda da primeira República até o estabelecimento do equilíbrio político que precedeu o novo regime.

Entre Agosto de 1930 e Agosto de 1931, vi dois pontos extremos do País. Fui do extremo oeste riograndense ao extremo noroeste do Amazonas, num percurso de quasi dez mil quilómetros, em território nacional. Percorri em 12 meses a costa brasileira e o rio-mar, de seu majestoso estuário até as águas do Marañon. Convivi com o Gaúcho na sua Campanha e com o Amazonense, desde sua elegante Capital até as mais longínquas táuas indígenas dos rios que descem dos Andes Colombianos e vêm engrossar os gigantes fluviais da Planície Amazônica.

Na solidão dos acampamentos, em plena floresta, recolhia, amortecidos pela distância, os rumores do movimento de renovação política que se processava no País.

Desta diversidade de pontos de vista físicos de que assistia aos acontecimentos e enca-

rava os problemas nacionais resultou, forçosamente, um modo personalíssimo de apreciá-los.

De regresso pela segunda vez de meu empolgante Mato-Grosso, coube-me a fortuna de servir em São Paulo por oito meses. Vim para a grande colmeia paulistana e fui contaminado de seu febricitante idealismo. Idéias sugeridas pelo ambiente virginal da floresta amazônica tomam vulto e se corporificam em anteprojetos grandiosos que o cenário bandeirante acolhe e anima. E' esta acolhida fidalga e generosa que me proporciona o ensejo de vos falar.

* * *

O centro de gravidade da Nação Brasileira se desloca para o mar. O interior do País dá-nos a impressão de que a Nação esteja evacuando o Continente. Os grandes centros do litoral atraem, hoje, o homem do sertão como as selvas ignotas atraíam o bandeirante. Tudo se passa como se a vocação marítima de nossos avoengos ressurgisse em nossos dias em surto seródio e absurdo.

O espetáculo desolador do Brasil Central, abandonado á rudeza primitiva de seus problemas, lembra certo personagem de novela que exclamava humilhado, diante das armaduras de seus avós:

— De que me servem vossas armas, se não tenho vossas almas?

— De que nos servem estas selvas incensuráveis como a alma heroica de nossos antepassados, si já não nos anima o espírito bandeirante, que os fazia remover as montanhas do desalento e do desconforto, praticar coisas exímias pelo ideal de um Brasil maior!...

Seria mesmo assim o Brasileiro hodierno?... Não seria demasiada ousadia afirmá-lo diante de Paulistas?... Sim. Injustiça fácil de se demonstrar.

A chama bandeirante está ainda nos corações brasileiros. Ela se revela a cada instante: no povo, do operário, do sertanejo, do soldado. Uma paródia generosa do “Delenda Carthago” Governos, na palavra e na ação do homem do paira em todos os pensamentos brasileiros: — te, nos escritos dos intelectuais, nos atos dos

E' urgente salvar o sertão, curar seu povo, instruí-lo, rasgar estradas, povoar, despertar as fontes adormecidas da prosperidade, extrair do seio uberrimo da terra as riquezas que jazem á espera do condão do trabalho.

Eis a peroração sincera, posto que sedição, de quasi todas as orações patrióticas; a essência de toda uma legislação nacional; o lugar comum de todos os pensamentos sugeridos pela visão desoladora da Interlândia Brasileira.

O terreno está, pois, arado para uma nova seára de bandeiras.

Como justificar, assim sendo, tão longa protelação da nova arrancada, hoje, tão menos árdua que ha quatro séculos passados? Hoje, que o íncola é irmão e o Espanhol aliado? Hoje, que a indústriã prodigaliza utilidades atenuadoras do desconforto do Sertão?

* * *

Os problemas sociais e económicos do Brasil Central estão todos entrelaçados. Não são somente problemas de educação, saúde,

trabalho, agricultura, indústria ou viação; mas de cada um destes ramos da atividade pública entrelaçados na sua fôrma primitiva. E cumpre resolve-los como na realidade se apresentam. Cumpre aborda-los em conjunto e não isolados segundo nossas próprias preferências.

Vejo no desprezo desta circunstância a causa de insucesso de muitas iniciativas sertanistas oficiais.

O problema do homem. Antes de pensarmos em utilizar o Sertão, devemos pensar em transformar o homem sertanejo. Mas o homem é produto do meio. Como transformar aquele sem transformar o meio sertanejo? Eis o problema humano ligado ao problema económico.

Investe o higienista isolado o problema da profilaxia rural, para esbarrar com a falta de transporte, de vias de comunicações, de recursos de qualquer espécie, arcando por sua vez com a insalubridade mesma das regiões em que se encontram as populações que devem receber seus desvelos de sacerdote da Ciência. Esgotam-se as ambulâncias. Quininiza-se o ho-

mem; mas não se enxugam os pantanos, nem se assoalham os brejos. Medicam-se os opilados; mas não se lhes proporcionam os meios de evitar nova contaminação. Como drenar pantanos sem engenharia? Como fazer o caboclo usar calçado e observar higiene de alimentação sem elevar seu padrão de vida?

Fracassa, pois, o higienista por falta do concurso do engenheiro, do professor e do industrial.

O problema da viação leva-nos a um círculo vicioso. Como abrir estradas sem ter o que transportar, sem povoamento, sem indústria organizada, sem agricultura, sem saneamento? Como povoar sem estradas, sem indústrias, sem capital?

Nossos empreendimentos de colonização oficial, no Brasil Central, têm sido, desde o Império, as colônias militares. Destacamentos são colocados em pontos escolhidos, nas zonas cujo desenvolvimento se procura e aí abandonados quasi aos seus próprios recursos. Sem aptidão para o desenvolvimento industrial e comercial, tais colônias não passam de destaca-

mentos aldeiaados, com uma população parasitária sem aspiração, presa ao soldo dos engajados. Novas gerações surgem assim, com a mesma mentalidade, plenamente conformadas com a mediocridade da vida aventureira. Passam-se os anos. As colônias cada vez mais onerosas, acabam por serem extintas, retirados os destacamentos. Ficam as infelizes populações, que elles congregaram, entregues á própria sorte, á mercê dos potentados, que se apossam das terras valorizadas pelo sacrifício daquellas.

Contrariando as leis económicas, as colônias militares são, assim, votadas ao insucesso.

Não seria este o exemplo da iniciativa do soldado que não logra êxito por falta do concurso dos outros factores sociais de progresso — do industrial, do higienista e do professor?

E cada empreendimento mal sucedido no Sertão acarreta dois efeitos maléficos: o insucesso de si mesmo e o adiamento de nova iniciativa congênere por mais alguns decênios, dando ensejo ao pessimismo nacional e ás objurgatórias em que este pessimismo se descarrega no índio e no caboclo — os eternos responsaveis

pela falta de organização e de senso econômico daqueles empreendimentos.

Entretanto, continuam as infortunadas populações indígenas e sertanejas a curtir sua miséria, até que a generosidade dos verdadeiros responsáveis pela ordem e pelo progresso da Nação Brasileira seja orientada para a solução imposta pela natureza dos problemas jacentes do Brasil Central.

Os jatos de pessimismo cessam afinal, para ter lugar o comodismo, que se manifesta sob duas fórmulas: a espera da iniciativa oficial e a justificação sumária do adiamento.

— “O desenvolvimento do Sertão não é para nossos dias. Ainda não chegou o tempo do Brasil Central.”

— “Cabe ao Governo promover o desenvolvimento do Sertão, abrindo estradas (para uns), saneando e povoando (para outros)”.

Sempre o Governo.

A iniciativa oficial assim estimulada se traduz por leis e organizações burocráticas especializadas. E novas investidas infrutíferas contra o Sertão. Começam os cortes orça-

mentários a mutilar planos grandiosos de início, até reduzir aqueles organismos oficiais á vida vegetativa que mal justifica sua existência agora inutil.

Quando se manifesta a iniciativa particular é para desenvolver explorações em proveito de pequenos grupos, por vezes estranhos aos interesses nacionais, com o fito de obter, unicamente, lucros pessoais. Segue-se a exploração desregrada de riquezas naturais, favores, concessões. Mas a obra social que desenvolvem, nula ou nociva ás infortunadas populações, que têm de assistir á derrocada de suas riquezas, considerando-se muito felizes quando conseguem trabalho mal remunerado nas empresas.

Os métodos de trabalho, que adoptam, os secularmente condenados — o trabalho quasi servil do camarada, o eterno devedor desanimado e submisso ante o preposto autoritário do patrão invisível e insaciável. No fim de cada safra, o balanço acusa o patrão mais rico e o camarada mais endividado. Si envelhece ou morre, vai o empresário buscar o filho, que já nasceu escravo, para saldar a divida do pai e

começar a sua própria. Nessas empresas, ás vezes poderosas, que dominam extensões territoriais de Municípios inteiros, escolas? hospitais? o Governo que os faça. E não ha para quem apelar. Os patrões estão escudados em contratos quasi seculares.

A situação do índio, nesse embate social, é ainda mais dolorosa. Quanto mais se aproxima da civilização mais sofre, arcando primeiro com os vícios daquela, antes de gozar qualquer vantagem do progresso. O mais pobre dos mendigos de nossas cidades é mais feliz que o mais feliz dos índios de certas regiões do Brasil Central. Áquele, si estende a mão na via pública, chovem esmolas. Edifícios se erguem majestosos para acolhe-los nas enfermidades. Ninguem lhe rouba os filhos, nem lhe explora o trabalho.

E' sobretudo este aspecto humano dos problemas do Brasil Central que torna imperdoavel o comodismo protelatório.

A solução historica, Senhores, dos problemas do Sertão é a bandeira. Por que despreza-la?

A bandeira é a cidade ambulante. Leva o soldado, o professor, o médico, o industrial, o agricultor, o comerciante, o governo. Si as dificuldades avultam, instala-se a bandeira no terreno conquistado. Surge a cidade, base de partida da nova arrancada.

Ensaíemos aplicar á bandeira histórica as conquistas da ciência e da indústria e teremos a solução moderna do problema do Sertão. Animemos o bandeirante moderno de propósitos altruísticos inspirados nas conquistas sociais que nos enobrecem, de um são nacionalismo sem a jaça do rancor de raças ou da ambição desmedida, de um verdadeiro amor ao íncola e á natureza; conciliemos pela organização os interesses individuais com os da sociedade, dando a cada um o quinhão de proventos materiais, que deve constituir o razoavel, o honesto de toda aspiração humana, proporcionando ao mérito e á operosidade o ensejo de progredir em proveito próprio, e teremos a moderna bandeira, com a herança de virtudes de nossos avós acrescida das conquistas de nossa civilização.

Com o advento da Independência, o espírito bandeirante se refugiou nos quartéis para ressurgir com a República, animando os modernos êmulos de Raposo, Paes Leme e Moreira Cabral, menos lendários que estes porque mais próximos no tempo — Gomes Carneiro, Teles Pires, Rondon, Estilac Leal, Franco Ferreira, Pinheiro, Horta Barbosa, Lira, Amaran-te, Pirineus, Alencarliense, Cardoso, Marques de Souza, para não falar sinão nos que mais se distinguiram. Bandeirantes incansáveis da ciência e da humanidade, fizeram uma obra geográfica, que honraria qualquer exército e qualquer nação!...

Ainda ressoa em nossos ouvidos o éco da última arrancada... Mas o rebrilho escarlate das calças garances já se perdeu no verde escuro das selvas... E o trilho da monção ameaça apagar-se, sob a pujança da floresta que se renova... E o íncola, cansado de esperar pela volta dos soldados de Rondon, retornará dentro em breve ao primitivo retiro...

E Rondon e seus companheiros passarão para a legenda, citados nos serões de aldeia — os Sumés das novas gerações?... Não, Se-

nhores. A mocidade de São Paulo ouve o relato do peregrino sertanejo e evoca seus heroicos antepassados. Uma nova bandeira se apresta nos campos de Piratininga. A Comissão Rondon já não comportará a adesão de toda uma geração bandeirante. Urge ampliá-la. O Instituto Rondon, que já existe no subconciente dos Brasileiros, virá á luz para suceder a Comissão na nova arrancada, cujo elan terá por barreira, no espaço, as raias do Brasil e, no tempo, a idade áurea da Pátria, que será anunciada pelo império da fraternidade e da justiça integrais!

(Artigo para a "REVISTA DA ESCOLA MILITAR" — Dezembro, 1934).

O BRASIL CENTRAL, SEUS PROBLEMAS
E SEU FUTURO
(CONFERÊNCIA)

Ouvi certa vez, no Rio Grande do Sul, um amigo comentar com patriótica indignação a notícia que um jornal francês havia publicado a respeito do presidente eleito da República Brasileira, então, recém-chegado a Paris.

E' que, segundo o referido jornal, o Dr. Júlio Prestes seria presidente eleito do México, não do Brasil. E o meu amigo não se conformava com aquele deslize do jornal francês.

Resolvi intervir com equanidade.

— Sejam os justos. Paris recebe todos os dias chefes de Estado de todas as partes do mundo e não tem culpa de que se pareçam tanto, no físico e até nos nomes, os latino-americanos em geral.

— Começemos a justiça por casa. O Sr. poderá me dizer os nomes de todos os presiden-

tes de Estados do Brasil? Quem é o do Ceará, por exemplo? (Estávamos em 1930).

E o patriota teve de capitular. Não conhecia mais de seis presidentes brasileiros...

Doutra vez, assisti a um incidente entre um oficial e um soldado dos chamados "patriotas" da revolução de 1924.

O soldado acabava de ser admoestado por uma falta disciplinar. O incidente já estava encerrado, com a submissão e retirada daquele. Mas um graduado, notando, momentos depois, que o "patriota", ainda mal humorado, conduzia uma faca metida no cano da perneira direita, com o cabo á altura do joelho, foi denunciar ao oficial os possíveis propósitos de vingança daquele, justificando suas apreensões com aquele modo de ocultar a arma, que lhe parecera estranho.

O "patriota", que já se dispunha a almoçar, sentado entre camaradas, na plataforma da estação ferroviária em que nos achavamos, foi novamente repreendido e desarmado. Interveio, então, o comandante do batalhão e, com explicações razoáveis, poz termo ao incidente.

De que se tratava? Era nortista o graduado e sulista o soldado.

Odios regionais? Nada disso. E' que o Gaucho costuma trazer a faca metida no cano da bota, em vez de a colocar á cintura, como faz o Sertanejo. O graduado não conhecia o Sul. Aquilo que lhe parecera dolo no soldado era hábito.

* * *

Uma conclusão, posto que sedição, nos é lícito tirar deste introito propositalmente displicente de nossa palestra. E' que o Brasil é um país desconhecido, não somente do mundo, mas dos Brasileiros, o que é mais grave. E desse desconhecimento geográfico, agravado pelas dificuldades de comunicações, podem resultar desinteligências, que nem sempre terão o desfecho singelo do incidente simbólico ha pouco referido.

Faz bem pouco tempo, havia escritores nacionais que se especializavam em certa literatura, que foi bem comparada ao ópio. Era o ópio nacional a consumir as energias do Brasileiro em estereis divagações sobre as belezas

naturais do País, dando áquele a impressão de que pertence á Nação mais feliz e mais rica do Mundo.

No entanto, não pode haver maior perigo para um povo do que a ilusão.

Cumpre-nos viver o momento universal, que atravessamos, de olhos abertos, vendo claro o terreno que pisamos, coesos e confiantes nos estadistas e nas Forças Armadas; mas também concios das responsabilidades que nos cabem no País, individualmente, como cidadãos, e no Mundo, coletivamente, como Nação; conhecendo nossas possibilidades e nossas fraquezas. Somente assim poderemos expender o esforço necessário para compensar nossas deficiências e dar, conscientemente, nosso sacrifício, na hora suprema da salvação nacional.

Jamais o Brasil careceu tanto de uma reação nacional no sentido da realidade, como no momento atual. Mas esta reação não póde resultar de leis ou de atos do Governo. Estas leis, estes atos serão letra morta si não encontrarem éco na consciência coletiva da Nação. Aquela reação ha de ser a resultante da convergência de esforços individuais ou de classes

que, segundo a hierarquia social, tenham maior ou menor responsabilidade nos destinos da Pátria.

Dentro da organização política e social, que a Nação adoptou, é possível uma reacção no bom sentido do nacionalismo, sem se divorciar a República da realidade brasileira.

E o primeiro passo para essa reacção ha de ser no domínio geográfico. E' necessário, antes de tudo, conhecer o País, que nos cumpre amar e servir. Ha de ser estudando e divulgando nossas questões geográficas, sob todos os seus aspectos — físico, económico, humano — no País e no estrangeiro, que havemos de chegar a conhecer bem o Brasil e faze-lo conhecido no Mundo.

Sentimo-nos melindrados, quando no estrangeiro se demonstra ignorar nosso País ou estrangeiros se propoem explora-lo com expedições aparatosas. Mas ficamos no protesto platônico; nem obstamos á entrada dos exploradores nem saímos em campo para precede-los a serviço da ciência e do Brasil.

Aqui deixo, pois, meu primeiro apêlo aos meus compatriícios para que se multipliquem

no País as sociedades de Geografia, precursoras de um grande instituto geográfico nacional, coordenador da atividade geográfica do Brasil, como uma confederação de sociedades regionais, se possível, municipais.

Seria difícil fazê-las surgir em nossas cidades? Certamente, não ha duvidar do êxito da iniciativa. E as ha florescentes no País, embora padeçam muitas do mal do academismo.

Aliás, a atividade geográfica deve caracterizar-se, a meu vêr, pelo cunho regional. Um instituto geográfico nacional não poderia prescindir da colaboração de sociedades regionais. Estas, mais próximas das regiões de estudo, contando com o concurso de conhecedores do terreno, dos usos e costumes, das riquezas naturais, da vida, enfim, das regiões, é que poderão satisfazer certos quesitos de estudo sem as fantasias de que padecem, em geral, os trabalhos teóricos ou de compilação.

* * *

Nada mais elegante do que a caridade e a ciência.

Lembra-me sempre esta reflexão, quando entro em nossos clubes sociais. A cultura e o bom gosto de nosso povo se afere, em geral, pelo carinho com que cultiva a sociabilidade.

Ditosas as sociedades que, nos seus momentos de alegria, têm um pensamento para os que sofrem! Ergam-se monumentos architectônicos! A beleza da arte corresponderá á magnificência do espírito e a majestade dos edifícios não humilhará a pobreza, que, antes, se regosija com o fausto, que é da cidade!

Alie-se á sociabilidade e á caridade a ciência e teremos a cultura no seu maior esplendor.

E que ciência mais amena que a Geografia encontraríamos para preencher nossas horas de sociedade? Que ocupação mais grata aos nossos corações brasileiros, nas horas de lazer, do que a Geografia do Brasil?

Estudando o País em suas regiões, o Município em suas vilas e povoados, fazendas e aldeias, campos e florestas, montanhas e caudais, flora e fauna, o homem em seu habitat, todas as manifestações da vida, como se apresentam, o homem e a natureza, enfim, aprendemos a amar o Brasil com patriotismo conciente, sem

as hipérboles da ilusão nem os colapsos do pessimismo injustificado.

O intercâmbio intelectual entre as sociedades regionais, de Município para Município, de cidade a cidade, por todo o País, sob os auspícios de um colégio central, instalado na cidade cérebro do Brasil, seria o corolário dessa atividade geográfica, fazendo sob o influxo da ciência, a unidade da Pátria, pela identidade de pensamento, pela harmonia da língua, pelas vibrações do espírito, gerando pelo conhecimento recíproco a confiança e a solidariedade.

Demais, nenhuma outra das ciências sociais poderá produzir com seu cultivo a união dos Brasileiros melhor que a Geografia. A História, que tanto interessa nossos estudiosos, traz em si os ressaibos dos dissentimentos nacionais, tanto mais sensíveis quanto mais recentes. A Geografia empolga pela singeleza. A natureza é um livro aberto. Assim, a Geografia não pede arquivos nem bibliotecas, privilégio de poucos. Ela requer tão somente curiosidade científica e afã de perquirir. Apresenta-nos o homem sem as paixões e nos surpreende com a unidade moral de nossa gen-

te. Revela nossas riquezas, orientando nosso idealismo, reduzindo á sua verdadeira grandeza, ora aquem, ora além de nossa expectativa, os surtos de nossa imaginação de patriotas.

O Brasileiro, em geral, disse o Professor Deffontaines, tem o dever de ser geógrafo. O Brasil possui tal porção da superfície da terra, que não pôde eximir-se de torna-la util e conhecida.

E o Corumbaense, em particular, testemunha quotidiana desse capítulo inacabado da Gênesis, que é o Pantanal, deve ser um geógrafo nato.

Basta-lhe, em verdade, vir á sua bela avenida para descortinar essa maravilha do mundo a que Pinzon teria chamado Mar Dulce del Sur, se houvesse remontado com suas caravelas as águas do Prata, até os domínios dos Paiaguás. E a contemplação desse empolgante cenário da criação ha de dar ao Corumbaense a impressão de estar mais perto do Creador e ouvir ainda a alvorada da vida. E se Corumbá meditar um momento sobre esse milagre que é o Pantanal — esse paul sem paludismo — em cujo solo perambula a imensa riqueza pecuária acumulada

pela operosidade de seus filhos; na riqueza ainda maior, que se presume incomensuravel, de seu sub-solo; na audácia que ressuma da história de sua conquista, no alvorecer da Nacionalidade, ha de encontrar motivos veementes para render graças ao Doador de tanta munificência, compreendendo o dever que se lhe impõe, em face da posteridade, de conservar e engrandecer pelo estudo e pelo trabalho seu torrão natal!

* * *

Ha certas expressões que soam mal aos ouvidos dos nacionalistas intransigentes, embora signifiquem fatos evidentes e práticas seguidas, aqui, por aqueles mesmos que as condemn alhures. Entre aquelas está o regionalismo. Qualquer manifestação de regionalismo é tomada, em geral, pelos forasteiros quasi como um atentado á integridade da Pátria.

Eis outra ilusão, fruto do ópio literário e da falta de Geografia.

Quanto a mim, sou francamente pelo regionalismo. Sou pelo bom regionalismo —

estímulo de atividades produtoras, sementeira de civismo.

O que é o regionalismo, senão o civismo espontâneo? O homem, antes de alcançar a concepção da grande pátria, é atraído por essa parcela do todo que primeiro lhe impressiona o espírito e lhe empolga o coração. E' nela que vive; por sua grandeza que luta. E' ela que recolhe suas primeiras aspirações, que o ampara em seus primeiros passos. E' o prolongamento do lar, a escola, a oficina. E' a sociedade em que se integra. E, amando-a e servindo-a com todas as veras, de coração ama e serve a grande pátria. E' o regionalismo que, paradoxalmente, cria e conserva o carater nacional na sua pureza. E' o regionalismo que, antes de tudo, põe em evidência a verdade geográfica.

E que de proveito não tiraria o Brasil se o são regionalismo orientasse sua política? O Nordeste nos apresenta um exemplo de regionalismo sadio. São Estados pequenos e pobres. Mas somam dez milhões de Brasileiros. Para o cenário nacional é o Nordeste, coeso e

solidário nos seus sofrimentos e nas suas aspirações.

Ha outro bom regionalismo que urge aparecer no cenário político nacional — o do Brasil Central. Antes de tudo, trata-se de uma reivindicação. O Brasil Central seria o conjunto dos Estados centrais, Mato-Grosso, Goiaz e a Amazônia o teatro das bandeiras, sob a liderança de São Paulo — o Estado Bandeirante, constituindo um novo bloco, para a defesa de suas aspirações progressistas pela grandeza do Brasil.

* * *

Falando-vos, ha pouco, daquele ornamento das sociedades, que é o sentimento de humanidade sob a inspiração de Deus — a caridade, evoquei, naturalmente, a indigência das ruas e dos arrabaldes, que bem sei merecer de vossos corações, coletiva e individualmente, atenções e carinhos que quasi a tornam venturosa.

Quisera, porém, evocar essoutra indigência invisivel, que aos próprios sofrimentos acrescenta o de não poder sequer inspirar pie-

dade aos seus concidadãos; porque não conhece o conforto da cidade e não logra atrair até seus míseros ranchinhos os corações tão sensíveis e tão prontos para o bem das Damas de Caridade — a nossa gente do mato, “essa mesma gente que trabalha e que produz, gente indefesa nessa vigorosa natureza tropical, em que, no dizer do grande Carlos Chagas, “em que tanto abundam os fatores da criação e da vida, quanto os da destruição e da morte; gente degradada, anemiada, estropiada, estiolada, ainda carente dos recursos da ciência, na luta contra a doença e na assistência á saúde; gente a quem faltam todas as iniciativas, todas as alegrias da vida sadia e a quem inferiorizam e diminuem, em constante agressão, nesse ambiente climatológico propício, os agentes do contágio animado; gente abandonada mas resignada, cujo infortúnio implora a piedade dos homens e proclama a imprevidência do Estado.”

“A redenção sanitária de nossas populações rurais (é ainda Carlos Chagas quem o afirma) deve constituir a mira das mais amplas e firmes decisões dos Governos, deve ins-

pirar e fundamentar o acerto dos mais largos programas administrativos, deve autorizar as mais audaciosas iniciativas de organização médico-social, deve concretizar, enfim, na robustez do homem, nos privilégios da raça, na produtividade da terra, na abundância da seara, na compensação do trabalho, na felicidade da vida, todos os nossos anseios de vigoroso nacionalismo”.

E que direi ao meu complacente auditório dessoutro infortunado compatriótico — o índio, que tem contra si as agruras da natureza e, por vezes, ainda a hostilidade do homem; não somente do sertanejo, miseravel como ele, mas do civilizado sem alma?

Falamos do bom regionalismo, incentivo de energias. E’ oportuno apresenta-lo sob esoutro aspecto humano e patriótico da assistência social.

Não é possível, atualmente, divorciar da técnica as atividades humanas de mais a mais complexas. O empirismo conduz ao insucesso ou á mediocridade, em qualquer domínio, assim na administração pública como nas atividades privadas. E o próprio Governo tende acen-

tuadamente, em todos os quadrantes do Mundo, para a organização técnica.

Seja-nos lícito, portanto, aplicar os ensinamentos que a contemplação do cenário mundial nos proporciona com tanta eloquência em nossos dias, procurando remediar os males acumulados num passado que já se vai alongando demasiadamente. Procuremos completar com a nossa iniciativa e nossa boa vontade as deficiências do próprio Governo, prolongando a ação dos poderes e dos serviços públicos e, depois, estimulando e orientando estes mesmos serviços no sentido de sua maior eficiência. Passemos sem tardança, no domínio social, do empirismo da filantropia para a técnica do cooperativismo. Ha de ser no cooperativismo que havemos de encontrar solução para os aflitivos problemas de educação, saúde e trabalho de nossas populações rurais, aplicando com inteligência seus sadios princípios ás condições especialíssimas do meio sertanejo.

Na transformação que a Democracia experimenta, sob o influxo das novas idéias e da preocupação de eficiência técnica, que se verifica por toda parte, cabe ao Município — cé-

lula da República — realizar esse ideal de Governo técnico, assegurando pela eficiência de seus serviços a própria autonomia, conforme os princípios democráticos. O Governo municipal, único em condições de auscultar diretamente as aspirações do povo, deve imbuir-se dessas aspirações, visando os problemas que mais interessam a coletividade — a assistência social.

Imagino a Municipalidade coordenadora por excelência das atividades sociais, orientando as iniciativas particulares, indo buscar o homem em sua gleba, para educa-lo segundo os princípios da cooperação, organizando-lhe o trabalho, para trazê-lo ao convívio social, levando-lhe a instrução e a saúde e trazendo dele a contribuição material para a obra de interesse coletivo da qual será o primeiro a beneficiar-se. Seria um meio de tributar a contento do contribuinte — cooperador inconciente dessa cooperativa sui-generis, o qual, sentindo os resultados imediatos de seu sacrifício, vendo a obra para a qual concorre, benfeitor e beneficiado, dará assim, muito mais e de bom grado.

* * *

O Exército tem suscitado aos nossos sociólogos as idéias mais contraditórias.

O desprezo da realidade geográfica leva uns a verem os problemas políticos sobrepostos aos problemas económicos e mais propriamente sociais, encarando, exclusivamente, sob esse prisma a missão republicana, que cabe ás Forças Armadas, como sustentáculo da lei e da autoridade constituída. Seria o Exército absorvido por sua missão política.

Outros, mais próximos da verdade geográfica, se preocupam com a solidão de nossa imensa Interlândia e o abandono de nossas fronteiras e vêm no Exército mui justamente a instituição salvadora, capaz de realizar a integração nacional. Mas passam para o excesso oposto. Não querem tropa em cidade. Querem um Exército agrícola que, nas horas de lazer, faz lavoura, em vez de passear nas ruas.

Um terceiro grupo se especializa em assuntos económicos e se preocupa exclusivamente com a vida material das regiões ou

melhor das cidades, vendo no Exército o grande consumidor e medindo a importância militar das guarnições pelo vulto das aquisições que fazem nos mercados locais.

Podemos reunir esses tres grupos em dois: os primeiros e os últimos, que querem o Exército nas cidades, uns por motivos políticos, outros por motivos de ordem económica; e os do segundo, que adoptam o lema — rumo ao Sertão.

E' o que se poderia chamar militarismo urbano, em opposição ao militarismo sertanista, um e outro inçados de defeitos e erros de visão.

Não concórdo com os que vêm no Exército somente a Força Armada oposta á desordem, guarda vigilante da lei, mantenedora do princípio da autoridade, ao invés do Exército — Nação Armada.

Não aceito tambem o ponto de vista dos que preconizam o sertanismo, attribuindo ao Exército encargos de paz que, levados ao extremo que propõem, desvirtuariam a Força Armada de sua missão precípua, que é a guerra, com sua técnica dia a dia mais com-

plexa. Nem posso admitir o militarismo urbano, paliativo das nossas crises econômicas regionais.

Que me resta ser, então? Sou pelo sertanismo militar. Nem o militarismo urbano, nem o desprezo do Sertão; mas o sertanismo fecundo, sem desorganizar a instituição, afastando-a de sua grande finalidade.

Na verdade, a grande preocupação de todos, civis e militares, está inscrita em nossa bandeira — Ordem e Progresso. Quando nossas cidades pleiteiam seus batalhões ou se opõem aos deslocamentos das unidades, são movidas não somente pelo sentimento mui louvável de afeição às Forças Armadas nacionais, mas também pelo temor da desordem e do empobrecimento de suas regiões. Mas esta última razão não subsiste ao exame dos fatores diretos do progresso das regiões. O que lhes falta não é tropa aquartelada nas cidades, mas braços aplicados á agricultura e ás indústrias rurais.

Por que, então, pedir batalhões, quando nos faltam agricultores? Metralhadoras em vez de arados? Procuremos em sua origem

as causas para os efeitos que desejamos e, assim, alcançaremos sem delongas nossos objetivos.

Em verdade, cabe ao Exército Brasileiro uma grande missão colonizadora, diretamente ligada á obra nacional de integração dos Sertões, da terra e do homem, na Pátria Brasileira; missão que por sua identidade com a obra colonial dos grandes Exércitos europeus mais aproxima o nosso Exército de seu paradigma — o Exército Francês; mas que, por isso mesmo, deve ser conduzida, na prática, aqui como alhures, sem prejuizo das demais missões, tais como a de garantir a ordem no País, instruir as Reservas, zelar pela eficiência técnica de seus serviços e de suas unidades táticas, missões adstritas á Defesa Nacional tomada sob o aspecto militar. Aqui, como alhures, cumpre organizar os quadros e a tropa destinados á missão sertanista, constituindo de futuro a Infantaria Territorial e sua Reserva Indígena.

Em nenhum outro Estado cabe melhor ao Exército a missão de colonizador. Mato-Grosso é o Estado que possui as fronteiras

vivas mais extensas e acessíveis em toda a sua extensão; seu futuro econômico não é remoto como no Setentrião Brasileiro, onde a natureza ainda não completou sua obra e o homem, no dizer de Euclides da Cunha, surpreendeu a terra em plena gênese. Mato-Grosso, caminho dos Andes, prolongamento histórico e geográfico de São Paulo, é a grande reserva econômica despertada, quando o Mundo começa a inquietar-se com a escassez da terra e a nutrição dos povos, vendo nos horrores do morticínio uma solução expedita para a superpopulação de países empobrecidos pelo uso milenar de suas terras e de suas riquezas naturais. Mato-Grosso desperta para o progresso, quando o Brasil começa a sentir a restauração de suas forças econômicas. Cumpre-nos aproveitar o ensejo para orientar desde o início esse despertar promissor, com a técnica e a experiência haurida na observação daqueloutro despertar que lhe trouxe a República, com suas linhas telegráficas e a valorização dos produtos de suas indústrias extrativas. Na fronteira do Oeste, cabe a meu vêr ao Exér-

cito e ás Municipalidades, em íntima ligação, encaminhar esse ressurgimento econômico em todos os setores, estendendo pari passu sua ação benfazeja ao interior, até devassar todos os quadrantes do Brasil Central.

* * *

Senhores.

Não tenho palavras para exprimir meu reconhecimento á Sociedade Corumbaense pela honra imensa e distinção insigne de que sou alvo, imerecidamente, nesta noite memorável.

Não me perderei em considerações em torno de minha desvalia pessoal, depois de haver abusado de vossa benevolência por mais de uma hora. Prefiro antes lembrar, com júbilo de soldado e de Brasileiro, o verdadeiro sentido em que deve ser tomada vossa generosidade para comigo, que é o do elevado interesse pela obra de brasilidade, que o Exército Nacional desenvolve, ha quasi meio século, nos Sertões do Brasil Central.

Eu peço, portanto, que, nos momentos que ainda nos restam desta assembléia de intelectualidade, sejam voltados nossos corações para aquela pléiade de geógrafos-soldados, que foi a Comissão Rondon, cujo exêmplo e cuja obra só nos resta a nós e ás gerações vindouras imitar e prosseguir, meditando nos sacrifícios que lhes valeram a glória da consagração universal, que é do Brasil; que é do Exército e de Mato-Grosso, que foi o teatro de seu heroísmo e o objeto de seus desvelos e de sua dedicação !

(Conferência realizada na séde do Corumbense Foot-ball Club. Corumbá — 10 Outubro 1936).

NA SESSÃO INAUGURAL DO GRÊMIO
PRECURSOR DO INSTITUTO RONDON
EM CAMPO GRANDE

(CONFERÊNCIA)

24 Novembro 1937

Tenho a honra de vos dirigir a palavra, para expôr a significação desta assembléia e os objetivos do Grêmio Precursor do Instituto Rondon, que sob tão belos auspícios surge em Campo Grande.

Tumultuam em minha memória, no alvoroço das alegrias incontidas, recordações de outros momentos vividos alhures, entre as galas da sociedade intelectual, na Paulicéia, na Capital Federal, em Corumbá... como, certamente, de futuro, as recordações desta noite memoravel ressurgirão vivas e vibrantes, noutras assembléias a que ainda espero ter a ventura de assistir; não menos vibrantes.

tes, não menos vivas que aquelas, por isso que a presente assembléia em nada desmerece das anteriores — igual espontaneidade; igual entusiasmo cívico pelos objetivos sociais apenas entrevistos, sob o prisma do otimismo patriótico; igual condescendência generosa para com o arauto obscuro do novo bandeirantismo.

Compenetro-me bem da modéstia de meu posto, neste certame de brasilidade. Trata-se do Brasil e de seus problemas sertanejos. O que importa quem o diz, quando se atenta ao que se diz ?

Colonização e Geografia. Nacionalismo e Humanidade. São lemas que ressoam em ouvidos brasileiros como vozes de comando, convidando para a ação; não importa a fonte sonora donde partam. São idéias que, como o eco de nossa consciência, fazem vibrar em nossos corações a vontade de agir, de fazer algo que esteja em nós, por um ideal ainda vago de grandeza futura da Pátria.

Brasilidade ativa. Brasilidade em ação. Eis nosso escopo social.

Obra nacional por excelência. Eis irmanados para realiza-la civis e militares.

Obra de caridade cristã e humanidade. Eis a generosidade da Mulher Brasileira a desabrochar em animadora solidariedade.

Seria nescio não confiar em sociedade tão sensível aos apelos patrióticos; na grandeza de uma Pátria que tem ao seu serviço tão grandes corações; imperdoável lançar com o pessimismo da incompreensão o germe da descrença em nossas forças morais, cujo esto nos reúne nesta radiosa assembléia. Confiemos, pois, e esperemos com a esperança dos fortes, prontos para a luta e para o esforço generoso e desinteressado pela obra que se nos antolha grandiosa, empolgante, bem conforme ao cenário brasileiro — a obra redentora do Sertão.

* * *

O Sertão e o índio. São duas idéias que nos ocorrem associadas — a terra brasileira e o aborígene, seu primitivo habitante, que nos acostumamos, desde a infância, a vêr com

os ornamentos de seus dias festivos, na pujança de seu vigor físico, nos lanços de sua indómita bravura, em relatos e gravuras de compêndios de História Pátria que nossos Pais e nossos Mestres puseram em nossas mãos.

Até que ponto, porém, poderíamos levar a veracidade do que, assim, aprendemos como realidade nacional, através de lições com vãos ressaibos de incerteza e fantasia?

Ainda por algum tempo esta interrogação haveria de pairar em nossa mente, enquanto não lograssemos vencer a barreira de fatos sociais criada pela própria civilização, através de quatro séculos de vida nacional, vedando o âmago da nacionalidade como a uma grande reserva para as vindouras gerações de pesquisadores da sociologia brasileira.

Parece-nos chegado o momento de nos abalancharmos á empresa de desvendar aquela reserva e, por um esforço metódico e gradual, contínuo, perseverante, na medida de nossas possibilidades em tempo e recursos materiais, sem precipitação, mas também

sem tergiversar, sem dar aso ao desalento, prosseguir com firmeza a obra nacional encetada por nossos maiores, a cujos últimos e brilhantes esforços assistimos, através da Comissão Rondon.

* * *

Após quatro séculos de colonização e progresso, um século de vida nacional independente e organização política consolidada, definido o contorno físico do País no Continente, povoada a Interlândia, constituirá ainda o aborígene um problema nacional? E que vulto terá este problema, em nossos dias, no quadro da realidade brasileira?

Ensaaiemos a resposta aos quesitos que nosso patriotismo e nossa honestidade de estudiosos das cousas brasileiras nos sugerem.

Esboçemos em largos traços a distribuição geográfica dos atuais agrupamentos indígenas conhecidos. Veremos que a população indígena se apresenta dispersa por todo o território nacional; não somente no Brasil Central e em seus Sertões; mas também nos

Estados litorâneos, sem exclusão dos mais avançados em progresso: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, S. Paulo, Espírito Santo, Baía, Pernambuco, Paraíba e Maranhão. Pequenos e florescentes agrupamentos indígenas se enquistam, nestes Estados, como estrangeiros em seu próprio País.

Não caberia, nos limites que nos traçamos para esta digressão, mencionar as tribus remanescentes e sua distribuição geográfica. Se nos Estados litorâneos a tarefa não é tão árdua, o mesmo não se verifica em relação ao Brasil Central, aos Sertões fronteiriços e interiores do País — ao Acre, ao Amazonas, onde orçam por cento e cinquenta; Goiaz, Mato-Grosso, com seu misterioso nordeste, onde perduram ainda lendas vertidas pelos bandeirantes, pelos Raposos, pelos Paes Leme, pelos Moreira Cabral, da conquista do Continente, como a dos Martírios; onde os sacrifícios cruentos de apóstolos, dos Sardiha, dos Roque Gonzalez, ainda se repetem em nossos dias.

Neste anseio pela verdade geográfica, que toma por vezes o colorido da fantasia,

com a grande atenuante do desejo de esclarecer, aventando-se hipóteses que, ao depois, se rendem aos números, em face dos depoimentos insuspeitos, á falta do concurso decisivo das estatísticas, aventuramos alhures o cômputo global da população indígena brasileira em dois milhões de almas, incluindo nesse número desde o índio evoluído e incorporado aos agrupamentos sertanejos até o índio das tribus arredias.

Secundado nessa hipótese por acatada autoridade indianista, aduzimos, então, argumentos que nosso pobre cabedal geográfico nos forneceu. Tivemos, porém, a fortuna de conhecer o Amazonas e por dois anos palmilhar grande parte de suas fronteiras e percorrer extensas cordas fluviais de seu imenso interior. Sem grande esforço, salvo o que nos exigia a curiosidade, reunimos novos elementos estatísticos que, examinados serenamente após o regresso, vieram consolidar nossa primitiva hipótese, no que dizia respeito áquele Estado, ao qual havíamos atribuído meio milhão de indígenas.

Animados pela generosidade do complacente auditório, passaremos em revista aqueles elementos, que não hesitaremos em classificar de convincentes, embora ainda precários e ousados.

* * *

A rêde tributária do Amazonas, compreendida entre o Javari e o Tefé (inclusive), tem um desenvolvimento de 15.000 km. São cerca de 170 rios, paranás e igarapés (cujos nomes se podem mencionar, conhecidos e citados que são em cartas geográficas e compêndios de Corografia) e banham uma extensão de 365.000 km², aproximadamente.

Percorrendo o Uaupés, grande afluente do Rio Negro, desde sua foz neste rio até a boca do Querari, seu afluente da margem esquerda, na fronteira com a Colômbia, registramos, em 1932, 56 tendáuas (sítios) e aldeias indígenas.

Admitindo-se a média de 5 habitantes por barraca (rancho) e 10 por maloca, a população indígena do Uaupés, numa extensão de cerca de 500 quilómetros, que cor-

respondem á mencionada seção, orça por 1900 índios ribeirinhos, ou sejam 4 por km. em média.

Estendendo á referida zona Javari-Tefé a média obtida no Uaupés e confirmada em tres de seus afluentes mais importantes — o Querari, o Coduiari e o Papuri — 4 habitantes indígenas ribeirinhos por km. de via fluvial; e considerando que o Uaupés é um dos rios menos povoados e transitados do Amazonas e que a mesopotâmia definida pelos rios Javari e Tefé, a que aludimos, compreende cerca de $\frac{1}{5}$ da área global do Estado, concluimos que, aos 850 tributários que formam a gigantesca trama fluvial do Amazonas, desde os limites do Perú e de Colômbia até sua fronteira com o Pará, correspondem 75.000 km. de vias fluviais e 300.000 indígenas ribeirinhos. Não computamos, assim, as populações lacustres, que são numerosas, como incontáveis e extensos os lagos da Amazônia; nem os agrupamentos arredios dos tratos interiores de terra firme, os habitantes da floresta virgem, as tribus nômades, que frequentam os varadouros em

constantes migrações, nos grandes leques formados pelos gigantes fluviais que definem e limitam seus domínios.

Outros dados censitários nos levaram a concluir que se contam, no Amazonas, para 10 km² da zona rural: 2 índios arredios, 1 índio civilizado e 1 branco ou mestiço, ou sejam:

363.200	índios arredios
181.600	„ civilizados

que, somados, excedem ao meio milhão que aventuramos.

* * *

Peço e espero de vossa generosidade o perdão pela aridez e sensaboria desta digressão. Era meu intuito vos transmitir a idéia que faço da extensão do problema do índio, no quadro dos problemas brasileiros do momento. Não importa, porém, a pequena valia de meus esforços, neste ingrato terreno da estatística nacional. Não importa mesmo a extensão daquele problema, consi-

derado sob o ponto de vista demográfico, para a obra que temos em vista, nesta sessão inaugural do Instituto Rondon em Campo Grande, quando considerações de ordem moral, patriótica, nacionalista, sentimental, humana nos demoveram da dispersão social em que nos achavamos para esta magnífica comunhão de idéias em prol do índio brasileiro. Honra, pois, ao vosso espírito nacionalista, ao vosso descortino patriótico ! Bem haja vosso altruismo, vossa generosidade !

NA ASSEMBLÉIA DE FUNDADORES
DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO
NACIONAL

(DISCURSO)

Um dos mais palpitantes problemas da atualidade brasileira é a Colonização Nacional.

E' nova a expressão, como a idéia que ela encerra, ao menos considerada como empreendimento nacional e metódico, com a amplitude que deve ter, no tempo e no espaço, para corresponder ás aspirações e ás necessidades nacionais.

Até o presente, tem sido a colonização estrangeira objeto de quasi todos os empreendimentos congêneres concernentes ao desenvolvimento econômico e ao povoamento de nossos sertões mais acessíveis do Sul e da Amazonia, para onde se têm encaminhado, deliberadamente, as correntes européias e

asiáticas que, nestes ultimos cem anos, se beneficiaram das concessões de nossa política de fraternidade universal e de nosso moderado nacionalismo.

A reação nacionalista que ora se impõe aos excessos daquela tolerância, como corretivo demográfico, para acautelar os interesses nacionais em jôgo, seria, pois, a Colonização Nacional.

Dada a extensão do Continente Brasileiro, a diversidade de meio e de clima que ele oferece, em cada região, é, em verdade, um'ádvena o colono nacional que do Norte ou do Sul procure o Oeste, cedendo á secular atração do ignoto que, hoje, como ao tempo das Bandeiras, empolga o Brasileiro.

“O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste”.

A voz de comando presidencial traduz a inquietação das massas desacomodadas do Litoral e acena ao grande Sertão, á Interlandia e á Fronteira, esquecidas e abandonadas com as esperanças do ressurgimento pelo esforço nacional e, com êsse ressurgimento econômico pelo despertar de riquezas imprevisíveis por

imensuráveis, seguirão a reabilitação física, pela profilaxia dos males endêmicos e a redenção espiritual, pela instrução e pela assistência ao trabalho.

O Exército não podia ficar alheio a êsse movimento de solidariedade nacional pelo Sertão, êle que têm sido seu desbravador e zeloso guardião, através dos séculos de vida nacional.

A gênese do Exército brasileiro vamos encontrá-la nas Bandeiras, que foram suas primeiras imortais colunas. São os grandes chefes bandeirantes os primeiros capitães brasileiros. A Bandeira, como se sabe, era uma organização nítidamente militar. Conquistada a terra, surgiam **paripassu** os capitães môres de minas e conquistas, esbôço de comandos territoriais. Nossa nobreza rural teria surgido da mesma sementeira, que depois o Império consolidou com a Guarda Nacional. E os Sertões até hoje atestam, com o gôsto pelos postos militares, com o prestígio dos coroneis e a noção da hierarquia militar em função da propriedade da terra, quão profundamente penetraram no âmago da nacionali-

dade daquelas raízes da organização militar que nasceu com o nosso sertanismo.

Assim, hoje, a “Marcha para o Oeste” deve ser compreendida como o despertar das novas energias da Nacionalidade para a meta de nossos antepassados, afim de consolidar a obra interrompida pela tarefa política da formação nacional, oriunda da emancipação, que assoberbou a nacionalidade nascente, em plena fase de conquista e posse do domínio continental.

A despeito de nossos anseios de unidade nacional, constituiu-se o Imperio do Brasil, em realidade, como um grande império colonial, com a sua Metrópole, suas Províncias e seus Sertões que a-pesar-da continuidade geográfica, podiam ser assemelhados a possessões descontínuas, considerados os pélagos verdes de suas intérrimas florestas que a administração teria de vencer para se fazer sentir e com ela a soberania da nova nacionalidade, em face dos íncolas, e difundir entre êles a nossa civilização.

O Exército, defensor nato da integridade nacional, compreendeu e assumiu a missão

colonial remanescente, procurando soldar às Províncias aqueles Sertões, com o esforço de suas organizações e de seus empreendimentos sertanistas, através um século de atividade de suas comissões colonizadoras, demarcadoras de fronteiras e construtoras de linhas telegráficas, e o sacrifício de seus anônimos destacamentos.

A Comissão Rondon, que empolgou por dois decênios, não somente o Exército e o Brasil, mas também o Mundo, foi a organização que dentre aquelas, assinalou o apogeu do sertanismo militar fundado pelos Paes Leme, pelos Raposos, no Brasil Colônia, cultivado pelos Cárceres e Ricardo Franco, acolhido com carinho pelo Exército e pela Armada do Brasil Império, com os Couto Magalhães, Ladário e Teffé, e no Brasil Republica por Gomes Carneiro e Rondon, Guillobel e Ferreira da Silva, animado sempre pelos Estadistas de maior responsabilidade nos destinos brasileiros — José Bonifácio, Rio Branco, Afonso Pena, Nilo Peçanha e, em nossos dias, pelo Sr. Presidente Getúlio Vargas, com seu imperioso e oportuno **Rumo ao Oeste.**

O Instituto de Colonização Nacional é, pois, a sequência de uma aspiração secular. Será o coroamento da jornada da Comissão Rondon — o Instituto Rondon. Será a mesma Comissão continuada “por ampliação e ajustamento a imperativos nacionais e internacionais”, nova sementeira de aptidões sertanistas a derramar Brasil a dentro a cultura, a civilização brasileira, aproximando e unindo povos que não se conhecem, embora vivam sob a mesma bandeira e no seio da mesma Pátria: fazendo, enfim, o Brasil brasileiro de nossos sonhos, realizando, pela coordenação dos esforços de todos os Brasileiros, a máxima aspiração nacional — a Pátria forte, una e feliz.

Rio, 21 de Julho de 1938.

FAC. N. FILOSOFIA - BIBLIOTÉCA

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

- Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, Rua Xavier de Toledo, 72 — S. Paulo, para a Companhia Editora Nacional, Rua dos Gusmões, 118 — S. Paulo, em Dezembro de 1938.

I



Campos missioneiros (arredores de Santo Ângelo — Rio Grande do Sul — Junho 1930)

II



Coxilha Grande (rebordo ocidental do planalto riograndense) — Santa Maria — Rio Grande do Sul — Setembro 1930)



Imagens talhadas em madeira, do tempo das Missões jesuítas da Banda Oriental do Uruguai (século XVII), recolhidas á capela de São Nico'áu (M:ssões — Rio Grande do Sul — Julho 1930)

IV



V



Ruínas jesuítas (edificações do século XVII) (São Miguel -- Rio Grande do Sul — Junho 1930)

VI



VII



Na zona colonial de Santa Rosa (Alto Uruguai — Rio Grande do Sul). Filhos de colonos alemães e poloneses de regresso da escola, á hora do almoço. (Junho 1930)

VIII



Conscrito gaúcho, no quartel do 6.º R. A. M.
(Cruz Alta — Rio Grande do Sul — Junho 1930)



Colono do Alto Uruguai (Marcelino Ramos — Rio Grande do Sul — Maio 1930)

X



Na Barra do Quaraí (fronteira com o Uruguai — Rio Grande do Sul). Ponte internacional. (Agosto 1930)

XI



Paisagem da Campanha. Passo do Arroio Saican — (Rio Grande do Sul — Agosto 1930)

XII



Indtos Caingangas do toldo da Guarita (Palmeira — Rio Grande do Sul —
Junho 1930)

XIII



Vila de Palmeira (Missões — Rio Grande do Sul — Junho 1930)

XIV



Manáus — o Roadway (Junho 1931)

XV



Manáus — um igarapé (Junho 1931)

XVI



Indígenas do Uaupés, trabalhadores da turma de reconhecimento do Rio Papuri. Inteligentes, dedicados e doces. Como remeiros são inigualáveis. (Amazonas — Março 1932)

XVII



Tarianos do Uaupés, mudando o acampamento (cabecera do Rio Papuri — fronteira com a Colômbia — Amazonas — Março 1932)

XVIII



No Rio Negro (Amazonas). Gaiola atracado ao porto de Santa Isabel.
(Novembro 1932)

XIX



No Rio Solimões. Canoa de caboclos para longas viagens. Na proa, os remeiros.
Sob a coberta, a família e a carga. (Amazonas — Julho 1931)

XX



No Rio Papurí (fronteira com a Colômbia — Amazonas). Soldado maranhense patroneando uma ubá tripulada por índios Tucanos. (Fevereiro 1932)

XXI



Soldados nortistas da turma de reconhecimento do Rio Taraira (fronteira com a Colômbia — Amazonas). Têm desenvoltura equivalente á dos indigenas, nos rios do Amazonas. (Setembro 1931)

XXII



Casa de caboclo, á beira do Amazonas. Ao fundo, numeroso grupo de espécimens da elegante palmeira uassai. (Maio 1931)

XXIII



Índios do Uaupés, num acampamento da turma de reconhecimento do Rio Papuri (fronteira com a Colômbia — Amazonas — Abril 1932)

XXIV



Na fronteira Brasil-Perú-Colômbia. Tabatãga (Rio Solimões — Amazonas — Agosto 1931)

XXV.



Índios Ticunas (Rio Solimões — Amazonas), em suas inseparáveis uhás, abordam o vapor, para vender produtos de lavoura e animais domesticados. (Julho 1931)

XXVI



No coração do Pantanal, Corumbá — a cidade branca — edificada sobre terreno calcáreo, à margem direita do Paraguai, na latitude 19° Sul. Ao fundo se destaca a Serra de Urucum, com as suas ricas jazidas de ferro e manganês.
(Outubro 1936)

XXVII



Corumbá — jardim público e monumento ao Marechal Antônio Maria Coelho — o herói da retomada (1867). (Outubro 1936)

XXVIII



Corumbá (Mato-Grosso) — A elegante séde do Corumbaense Foot-ball Club
(Outubro 1936)

XXIX



Porto Esperança — ponta dos trilhos da E. F. Noroeste do Brasil, á margem
esquerda do Paraguai. (Abril 1937)

XXX



Colina calcárea coberta de mata, á margem direita do Paraguai. Junto ao rio, uma xarqueada — estabelecimento típico do Rio Paraguai (Porto Otilia — Outubro 1936)

XXXI



Locas ou cavidades produzidas no calcáreo da margem direita do Paraguai, pela erosão das águas, por ocasião das enchentes. (Corumbá — Outubro 1936)



O Rio Paraguai, nos arredores de Corumbá — o estirão do Ladário. À margem direita, terrenos calcáreos elevados, cobertos de vegetação alta, nos quais assentam a cidade e a vila. À margem esquerda, terrenos alagadiços, sujeitos às grandes enchentes. (Outubro 1936)



Terreno elevado, à margem direita do Rio Paraguai, no qual assentam o quartel do 17º B. C. e as ruínas do forte colonial do Limoeiro (cujas muralhas se destacam na fotografia), mostrando o calcáreo com a estratificação subvertida por dobramento e compressão. (Corumbá — Outubro 1936)

XXXIV



O Pantanal, no rigor da sêca. O horizonte é estreitamente limitado pela cerração e pelo fumo das queimadas. (Rio Paraguai — Corumbá — Julho 1936)

XXXV



No Pantanal. Ao fundo, a Serra do Urucum na região de Corumbá — (Rio Paraguai — Julho 1936)

XXXVI



XXXVII



Campo Grande (Mato-Grosso) — parada escolar (12 Outubro 1937)